

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	15
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	16
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	17
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	18
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	152
---	-----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	154
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	99.680
Preferenciais	160.595
Total	260.275
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	232
Total	232

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	17.412.036	17.755.524
1.01	Ativo Circulante	4.785.506	5.557.293
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.631.411	2.328.783
1.01.03	Contas a Receber	711.671	831.669
1.01.03.01	Clientes	672.953	791.538
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	38.718	40.131
1.01.04	Estoques	1.918.070	1.914.938
1.01.06	Tributos a Recuperar	393.560	413.721
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	393.560	413.721
1.01.07	Despesas Antecipadas	113.228	50.404
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.566	17.778
1.01.08.03	Outros	17.566	17.778
1.02	Ativo Não Circulante	12.626.530	12.198.231
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.295.593	1.982.045
1.02.01.03	Contas a Receber	50.251	46.736
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	50.251	46.736
1.02.01.06	Tributos Diferidos	218.408	225.010
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	218.408	225.010
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	36.461	31.979
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.428.817	1.143.031
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.358.344	1.074.175
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	1.171	1.171
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	69.302	67.685
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	561.656	535.289
1.02.01.09.03	Fundo de Inv. em Direitos Creditorios	126.109	124.276
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	25.169	24.526
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	410.378	386.487
1.02.02	Investimentos	4.245.006	4.191.683
1.02.02.01	Participações Societárias	4.245.006	4.191.683
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	4.245.006	4.191.683
1.02.03	Imobilizado	5.150.837	5.074.613
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.816.744	4.747.315
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	60.904	64.077
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	273.189	263.221
1.02.04	Intangível	935.094	949.890
1.02.04.01	Intangíveis	935.094	949.890
1.02.04.01.02	Intangíveis	935.094	949.890

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	17.412.036	17.755.524
2.01	Passivo Circulante	3.829.448	4.249.158
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	243.623	297.300
2.01.01.01	Obrigações Sociais	36.849	43.360
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	206.774	253.940
2.01.02	Fornecedores	2.005.112	2.526.912
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.979.210	2.498.452
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	25.902	28.460
2.01.03	Obrigações Fiscais	64.239	69.102
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	64.239	69.102
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	64.239	69.102
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	963.524	712.678
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	387.365	155.034
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	372.743	139.983
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.622	15.051
2.01.04.02	Debêntures	522.958	501.844
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	53.201	55.800
2.01.05	Outras Obrigações	453.265	466.995
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	178.339	188.272
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	6.307	7.900
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	156.133	161.772
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	12.514	15.256
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	3.385	3.344
2.01.05.02	Outros	274.926	278.723
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	103.386	103.387
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	5.849	2.968
2.01.05.02.05	Aluguéis	24.156	24.929
2.01.05.02.06	Propaganda	38.159	29.253
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	8.460	6.784
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	80.705	97.191
2.01.06	Provisões	99.685	176.171
2.01.06.02	Outras Provisões	99.685	176.171
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	12.274	12.957
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	87.411	163.214
2.02	Passivo Não Circulante	5.782.019	5.881.093
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.296.230	4.429.542
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.258.050	2.139.680
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.549.205	1.449.917
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	708.845	689.763
2.02.01.02	Debêntures	1.896.339	2.137.518
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	141.841	152.344
2.02.02	Outras Obrigações	1.238.480	1.214.629
2.02.02.02	Outros	1.238.480	1.214.629
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.212.269	1.202.667
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	26.211	11.962

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04	Provisões	247.309	236.922
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	247.309	236.922
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	92.896	90.426
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	79.100	75.543
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	38.900	36.072
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	36.413	34.881
2.03	Patrimônio Líquido	7.800.569	7.625.273
2.03.01	Capital Social Realizado	6.129.920	6.129.405
2.03.02	Reservas de Capital	392.128	384.342
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	238.930
2.03.02.04	Opções Outorgadas	145.800	138.014
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	1.111.929	1.111.526
2.03.04.01	Reserva Legal	248.249	248.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.550	80.147
2.03.04.10	Reserva para Expansão	783.130	783.130
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	166.592	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	4.568.037	3.858.868
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-3.379.207	-2.780.853
3.03	Resultado Bruto	1.188.830	1.078.015
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-865.575	-789.364
3.04.01	Despesas com Vendas	-682.270	-610.878
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-150.157	-138.769
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-2.255	-5.278
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	-2.255	514
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	0	-5.827
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	0	35
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-84.081	-71.099
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-84.083	-71.132
3.04.05.02	Outras despesas Operacionais	2	33
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	53.188	36.660
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	323.255	288.651
3.06	Resultado Financeiro	-116.495	-123.774
3.06.01	Receitas Financeiras	82.324	78.040
3.06.02	Despesas Financeiras	-198.819	-201.814
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	206.760	164.877
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.168	-32.477
3.08.01	Corrente	-33.566	-889
3.08.02	Diferido	-6.602	-31.588
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	166.592	132.400
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	166.592	132.400
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,60000	0,41000
3.99.01.02	PN	0,66000	0,45000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,60000	0,41000
3.99.02.02	PN	0,66000	0,44000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	166.592	132.400
4.03	Resultado Abrangente do Período	166.592	132.400

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-528.711	-435.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	384.086	300.235
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	166.592	132.400
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	6.602	31.588
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	2.255	15.152
6.01.01.04	Depreciação / Amortização	84.084	71.132
6.01.01.05	Juros e variações monetária	160.270	84.563
6.01.01.06	Ajuste a Valor Presente	599	-28
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-53.188	-36.660
6.01.01.08	Prov. para contingência	9.088	9.007
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	7.784	-6.919
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-912.797	-735.705
6.01.02.01	Contas a receber	117.208	136.151
6.01.02.02	Estoques	-3.132	-172.648
6.01.02.03	Impostos a recuperar	18.194	-46.968
6.01.02.04	Outros ativos	-67.094	-63.674
6.01.02.05	Partes Relacionadas	-307.069	-387.424
6.01.02.06	Depósitos judiciais	-28.666	-40.998
6.01.02.07	Fornecedores	-521.799	-173.162
6.01.02.08	Salários e encargos sociais	-53.676	-49.074
6.01.02.09	Impostos e contr. sociais a recolher	4.739	31.430
6.01.02.10	Contingência	-5.470	0
6.01.02.11	Demais contas a pagar	-66.032	30.662
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-144.443	47.020
6.02.01	Aumento de capital em controladas	0	211.880
6.02.02	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-145.471	-167.309
6.02.03	Aumento do ativo intangível	-197	2.449
6.02.04	Venda de bens do imobilizado	1.225	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-24.218	572.865
6.03.01	Aumento / redução de capital	515	0
6.03.02	Captações e refinanciamentos	323.716	951.100
6.03.03	Pagamentos	-308.918	-326.639
6.03.04	Juros pagos	-39.531	-51.571
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-25
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-697.372	184.415
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.328.783	1.757.576
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.631.411	1.941.991

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273
5.04	Transações de Capital com os Sócios	515	7.786	0	0	0	8.301
5.04.01	Aumentos de Capital	515	0	0	0	0	515
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.786	0	0	0	7.786
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	166.592	0	166.592
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	166.592	0	166.592
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	403	0	0	403
5.06.04	Ganho ou perda na participação societária	0	0	403	0	0	403
5.07	Saldos Finais	6.129.920	392.128	1.111.929	166.592	0	7.800.569

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589
5.04	Transações de Capital com os Sócios	527.175	-98.756	-421.500	0	0	6.919
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.919	0	0	0	6.919
5.04.08	Capitalização de Reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.400	0	132.400
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.400	0	132.400
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.360	0	0	-2.360
5.06.04	Ganho ou perda na participação societária	0	0	-2.360	0	0	-2.360
5.07	Saldos Finais	6.106.434	364.392	632.322	132.400	0	7.235.548

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	4.677.916	4.287.212
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	4.652.885	4.275.339
7.01.02	Outras Receitas	26.235	15.554
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.204	-3.681
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.655.025	-3.549.403
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.283.802	-3.201.397
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-371.223	-348.006
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.022.891	737.809
7.04	Retenções	-84.083	-71.132
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-84.083	-71.132
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	938.808	666.677
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	135.512	114.700
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	53.188	36.660
7.06.02	Receitas Financeiras	82.324	78.040
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.074.320	781.377
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.074.320	781.377
7.08.01	Pessoal	406.977	345.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	277.323	235.434
7.08.01.02	Benefícios	97.989	81.606
7.08.01.03	F.G.T.S.	24.936	21.255
7.08.01.04	Outros	6.729	6.896
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	212.080	18.966
7.08.02.01	Federais	142.697	18.418
7.08.02.02	Estaduais	38.603	-20.870
7.08.02.03	Municipais	30.780	21.418
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	288.671	284.820
7.08.03.01	Juros	198.819	201.814
7.08.03.02	Aluguéis	89.852	83.006
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	166.592	132.400
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	166.592	132.400

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	32.030.167	33.769.005
1.01	Ativo Circulante	15.465.684	17.276.223
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.745.811	4.969.955
1.01.03	Contas a Receber	5.274.634	5.716.952
1.01.03.01	Clientes	5.039.739	5.437.500
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	234.895	279.452
1.01.04	Estoques	5.177.976	5.552.769
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.031.675	907.702
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.031.675	907.702
1.01.07	Despesas Antecipadas	214.698	105.794
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	20.890	23.051
1.01.08.03	Outros	20.890	23.051
1.02	Ativo Não Circulante	16.564.483	16.492.782
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.893.445	3.855.049
1.02.01.03	Contas a Receber	655.150	662.854
1.02.01.03.01	Clientes	543.308	555.841
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	111.842	107.013
1.02.01.06	Tributos Diferidos	1.210.605	1.249.687
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.210.605	1.249.687
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	41.081	36.899
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	151.729	133.584
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	72.925	0
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	78.804	133.584
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	1.834.880	1.772.025
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	721.134	729.998
1.02.01.09.05	Depósitos para Recursos Judiciais	809.407	737.688
1.02.01.09.07	Opção de compra - Bartira	304.339	304.339
1.02.02	Investimentos	258.102	253.250
1.02.02.01	Participações Societárias	258.102	253.250
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	257.643	252.790
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	459	460
1.02.03	Imobilizado	7.436.281	7.358.250
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	6.901.890	6.827.551
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	176.775	185.025
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	357.616	345.674
1.02.04	Intangível	4.976.655	5.026.233
1.02.04.01	Intangíveis	4.976.655	5.026.233
1.02.04.01.02	Intangíveis	4.976.655	5.026.233

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	32.030.167	33.769.005
2.01	Passivo Circulante	11.445.014	13.501.202
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	712.236	758.663
2.01.01.01	Obrigações Sociais	72.236	96.376
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	640.000	662.287
2.01.02	Fornecedores	4.715.630	6.220.599
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.672.436	6.171.638
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	43.194	48.961
2.01.03	Obrigações Fiscais	198.995	332.416
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	189.407	324.826
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	49.024	151.052
2.01.03.01.02	Outros (Pis, COFINS, IOF, INSS, Funrural)	140.383	173.774
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	9.588	7.590
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.653.743	4.917.498
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	4.050.558	4.334.011
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	4.035.889	3.778.186
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	14.669	555.825
2.01.04.02	Debêntures	527.368	501.844
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	75.817	81.643
2.01.05	Outras Obrigações	978.994	1.005.942
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	87.882	86.036
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	7.084	11.764
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	12.932	15.772
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	67.866	58.500
2.01.05.02	Outros	891.112	919.906
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	103.396	103.396
2.01.05.02.04	Serviços Públicos	20.661	18.917
2.01.05.02.05	Aluguéis	42.229	48.991
2.01.05.02.06	Propaganda	87.910	89.682
2.01.05.02.07	Repasse a Terceiros	184.332	158.134
2.01.05.02.08	Financiamento por Compra de Ativos	14.211	14.211
2.01.05.02.09	Demais Contas a Pagar	382.082	431.746
2.01.05.02.10	Aquisição de Sociedades	56.291	54.829
2.01.06	Provisões	185.416	266.084
2.01.06.02	Outras Provisões	185.416	266.084
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação	12.274	12.957
2.01.06.02.05	Impostos Parcelados	94.397	171.212
2.01.06.02.06	Receitas Antecipadas	78.745	81.915
2.02	Passivo Não Circulante	10.319.666	10.173.378
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.322.131	6.240.900
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.844.975	3.908.594
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.970.988	3.097.465
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	873.987	811.129
2.02.01.02	Debêntures	2.298.159	2.137.518
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	178.997	194.788
2.02.02	Outras Obrigações	1.822.014	1.756.076

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	1.822.014	1.756.076
2.02.02.02.03	Impostos Parcelados	1.302.074	1.291.810
2.02.02.02.04	Demais Contas a Pagar	326.268	275.664
2.02.02.02.05	Aquisições de Sociedades	193.672	188.602
2.02.03	Tributos Diferidos	1.107.392	1.114.873
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.107.392	1.114.873
2.02.04	Provisões	700.628	680.123
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	700.628	680.123
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	384.512	375.510
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	142.336	132.853
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	52.178	48.669
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	121.602	123.091
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	367.501	381.406
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	367.501	381.406
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	10.265.487	10.094.425
2.03.01	Capital Social Realizado	6.129.920	6.129.405
2.03.02	Reservas de Capital	392.128	384.342
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	238.930	238.930
2.03.02.04	Opções Outorgadas	145.800	138.014
2.03.02.07	Reserva de Capital	7.398	7.398
2.03.04	Reservas de Lucros	1.111.929	1.111.526
2.03.04.01	Reserva Legal	248.249	248.249
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	80.550	80.147
2.03.04.10	Reserva para Expansão	783.130	783.130
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	166.592	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	2.464.918	2.469.152

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	12.147.451	10.868.794
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-8.891.241	-8.020.396
3.03	Resultado Bruto	3.256.210	2.848.398
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.674.607	-2.425.217
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.060.628	-1.880.203
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-437.336	-385.379
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.756	2.354
3.04.04.01	Resultado com Ativo Permanente	6.727	486
3.04.04.02	Outras Receitas Operacionais	4.029	1.834
3.04.04.03	Resultado Não Corrente	0	34
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-192.251	-172.536
3.04.05.01	Depreciação / Amortização	-186.445	-158.151
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-5.806	-14.385
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.852	10.547
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	581.603	423.181
3.06	Resultado Financeiro	-335.750	-325.725
3.06.01	Receitas Financeiras	145.624	133.372
3.06.02	Despesas Financeiras	-481.374	-459.097
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	245.853	97.456
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-83.682	13.394
3.08.01	Corrente	-52.081	-18.159
3.08.02	Diferido	-31.601	31.553
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	162.171	110.850
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	162.171	110.850
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	166.592	132.400
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.421	-21.550
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,60000	0,41000
3.99.01.02	PN	0,66000	0,45000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,60000	0,41000
3.99.02.02	PN	0,66000	0,44000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	162.171	110.850
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	162.171	110.850
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	166.592	132.400
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-4.421	-21.550

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-562.349	-2.447.626
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	771.585	513.096
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	162.171	110.850
6.01.01.02	Imposto de renda diferido	31.601	-31.553
6.01.01.03	Resultado de ativos permanentes baixados	-6.727	7.089
6.01.01.04	Depreciação / amortização	193.835	158.151
6.01.01.05	Juros e variações monetárias	300.302	264.227
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	23.419	-4.216
6.01.01.07	Resultado de equivalencia patrimonial	-4.852	-10.547
6.01.01.08	Provisão para contingencia	12.981	26.712
6.01.01.09	Prov. baixas e perdas de imobilizado	-1.959	-698
6.01.01.10	Pagamento baseado em ações	7.784	-6.919
6.01.01.11	Provisão para Devedores Duvidosos	53.030	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.333.934	-2.960.722
6.01.02.01	Contas a receber	399.394	-420.350
6.01.02.02	Estoques	350.166	-20.088
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-116.204	-193.699
6.01.02.04	Outros ativos	-110.925	-196.177
6.01.02.05	Partes relacionadas	32.645	-10.230
6.01.02.06	Depositos judiciais	-66.873	-117.510
6.01.02.07	Títulos e Valores Mobiliários	0	-1.360.409
6.01.02.08	Fornecedores	-1.563.128	-696.166
6.01.02.09	Salários e encargos sociais	-46.427	-65.087
6.01.02.10	Impostos e contr. sociais a recolher	-123.157	41.037
6.01.02.11	Contingencias	-15.199	-6.575
6.01.02.12	Demais contas a pagar	-74.226	84.532
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-201.535	-264.107
6.02.01	Aquisição de empresas	6.532	0
6.02.02	Aumento de capital em controladas	0	82.008
6.02.03	Aquisição de bens do ativo imobilizado	-228.182	-286.664
6.02.04	Aumento do ativo intangível	-7.818	-59.451
6.02.05	Venda de bens do imobilizado	27.933	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-460.260	880.483
6.03.01	Aumento / redução de capital	515	0
6.03.02	Captações e refinanciamento	1.785.355	2.127.086
6.03.03	Pagamentos	-2.123.720	-1.188.862
6.03.04	Juros pagos	-122.410	-57.716
6.03.05	Pagamento de dividendos	0	-25
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-1.224.144	-1.831.250
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	4.969.955	5.419.176
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.745.811	3.587.926

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273	2.469.152	10.094.425
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	6.129.405	384.342	1.111.526	0	0	7.625.273	2.469.152	10.094.425
5.04	Transações de Capital com os Sócios	515	7.786	0	0	0	8.301	0	8.301
5.04.01	Aumentos de Capital	515	0	0	0	0	515	0	515
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	7.786	0	0	0	7.786	0	7.786
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	166.592	0	166.592	-4.421	162.171
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	166.592	0	166.592	-4.421	162.171
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	403	0	0	403	187	590
5.06.04	Ganho ou perda na participação societária	0	0	403	0	0	403	187	590
5.07	Saldos Finais	6.129.920	392.128	1.111.929	166.592	0	7.800.569	2.464.918	10.265.487

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.579.259	463.148	1.056.182	0	0	7.098.589	2.485.181	9.583.770
5.04	Transações de Capital com os Sócios	527.175	-98.756	-421.500	0	0	6.919	0	6.919
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	6.919	0	0	0	6.919	0	6.919
5.04.08	Capitalização de reservas	527.175	-105.675	-421.500	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	132.400	0	132.400	-21.550	110.850
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	132.400	0	132.400	-21.550	110.850
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-2.360	0	0	-2.360	8.436	6.076
5.06.04	Ganho ou perda na participação societaria	0	0	-2.360	0	0	-2.360	0	-2.360
5.06.07	Participação de acionista não controladores	0	0	0	0	0	0	8.436	8.436
5.07	Saldos Finais	6.106.434	364.392	632.322	132.400	0	7.235.548	2.472.067	9.707.615

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	13.646.012	12.361.134
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	13.659.566	12.373.212
7.01.02	Outras Receitas	41.244	27.167
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-54.798	-39.245
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-10.640.610	-9.463.606
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-9.455.839	-8.320.901
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.184.771	-1.142.705
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.005.402	2.897.528
7.04	Retenções	-193.835	-164.122
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-193.835	-164.122
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.811.567	2.733.406
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	150.476	143.919
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.852	10.547
7.06.02	Receitas Financeiras	145.624	133.372
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.962.043	2.877.325
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.962.043	2.877.325
7.08.01	Pessoal	1.364.271	1.197.559
7.08.01.01	Remuneração Direta	967.092	916.697
7.08.01.02	Benefícios	217.254	180.329
7.08.01.03	F.G.T.S.	84.977	88.440
7.08.01.04	Outros	94.948	12.093
7.08.01.04.01	Participações	94.948	12.093
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	669.215	842.954
7.08.02.01	Federais	364.664	310.262
7.08.02.02	Estaduais	237.886	484.646
7.08.02.03	Municipais	66.665	48.046
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	766.389	725.962
7.08.03.01	Juros	481.373	459.097
7.08.03.02	Aluguéis	285.016	266.865
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-4.421	-21.550
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-4.421	-21.550
7.08.05	Outros	166.589	132.400
7.08.05.01	Acionistas da Companhia	166.589	132.400



Resultado do 1T12

Lucro líquido consolidado atingiu R\$ 167 milhões no trimestre

São Paulo, Brasil, 07 de maio de 2012 - O Grupo Pão de Açúcar [BM&FBOVESPA: PCAR4 (PN); NYSE: CBD] e Via Varejo S.A [BM&FBOVESPA: VVAR3] anunciam os resultados do 1º trimestre de 2012 (1T12). Os comentários estão distribuídos da seguinte forma: **GPA Alimentar**: composto por supermercados (Pão de Açúcar e Extra Supermercado), hipermercados (Extra Hiper), lojas de proximidade (Minimercado Extra), atacado de autosserviço (Assaí), postos de combustíveis e drogarias; e **GPA Consolidado**: composta por GPA Alimentar e Viavarejo (lojas físicas Casas Bahia e Ponto Frio e comércio eletrônico da Nova Pontocom: Extra.com.br, PontoFrio.com.br e Casasbahia.com.br).

GPA Alimentar

Receita bruta de vendas cresceu 11,0% no 1T12
GPA Alimentar atingiu margem EBITDA de 7,4% no 1T12

- A receita bruta de vendas foi de R\$ 7,371 bilhões, crescimento de 11,0% em relação ao 1T11
- Lucro bruto de R\$ 1,726 bilhão, aumento de 12,3% sobre o 1T11
- EBITDA de R\$ 493 milhões, crescimento de 16,9% em relação ao 1T11
- Lucro líquido de R\$ 161 milhões, aumento de 10,9% frente ao 1T11

GPA Consolidado

EBITDA totalizou R\$ 758 milhões no trimestre, com aumento de 30,1% em relação ao 1T11, com margem EBITDA de 6,2%
Lucro líquido somou R\$ 167 milhões, com crescimento de 25,8% em comparação ao 1T11

- A receita bruta de vendas foi de R\$ 13,660 bilhões, crescimento de 10,4% em relação ao 1T11
- Lucro bruto de R\$ 3,256 bilhões, com crescimento de 14,3%
- EBITDA de R\$ 758 milhões, com aumento de 30,1%
- Lucro líquido de R\$ 167 milhões, crescimento de 25,8% em relação ao 1T11

(R\$ milhões) ⁽¹⁾	DESTAQUES					
	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ
Receita Bruta de Vendas	7.371	6.640	11,0%	13.660	12.373	10,4%
Receita Líquida de Vendas	6.656	5.984	11,2%	12.147	10.869	11,8%
Lucro Bruto	1.726	1.537	12,3%	3.256	2.848	14,3%
Margem Bruta	25,9%	25,7%	0,2 p.p.	26,8%	26,2%	0,6 p.p.
EBITDA	493	422	16,9%	758	583	30,1%
Margem EBITDA ⁽³⁾	7,4%	7,1%	0,3 p.p.	6,2%	5,4%	0,8 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(142)	(162)	-11,9%	(336)	(326)	3,1%
% da Receita Líquida de Vendas	2,1%	2,7%	-0,6 p.p.	2,8%	3,0%	-0,2 p.p.
Lucro Líquido - acionistas controladores ⁽²⁾	161	146	10,9%	167	132	25,8%
Margem Líquida	2,4%	2,4%	0,0 p.p.	1,4%	1,2%	0,2 p.p.

(1) Os somatórios e percentuais podem não conferir devido a arredondamentos e todas as margens foram calculadas com percentual da receita líquida de vendas

(2) Lucro líquido após participação minoritária.

(3) Lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização.



DESEMPENHO POR SEGMENTO

A Companhia atua de forma integrada em dois segmentos de negócios, conforme demonstrado abaixo:

GPA Alimentar			Eletro		
Varejo	Supermercados	 	Lojas Físicas		
	Hipermercados				
	Proximidade		Comércio Eletrônico		
	Postos e Drogarias	   			
Atacado de Autosserviço	Atacado de Autosserviço				

DESEMPENHO DE VENDAS

GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Alimentar						GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	Varejo			Atacado de Autosserviço (Atacarejo)			1T12	1T11	Δ
				1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ			
Receita Bruta de Vendas	7.371	6.640	11,0%	6.240	5.730	8,9%	1.131	910	24,2%	13.660	12.373	10,4%
Receita Líquida de Vendas	6.656	5.984	11,2%	5.621	5.158	9,0%	1.035	827	25,2%	12.147	10.869	11,8%
Crescimento de Receita Bruta de Vendas 'mesmas lojas'	9,3%	5,6%								9,6%	6,8%	
Alimentos	9,4%	3,6%										
Não-Alimentos	9,2%	11,6%										

GPA Alimentar

A receita bruta de vendas do GPA Alimentar cresceu 11,0% no 1T12 em relação ao mesmo período de 2011. O crescimento da receita bruta de vendas 'mesmas lojas' foi de 9,3%. Em termos reais, ou seja, deflacionadas pelo IPCA, as vendas cresceram 4,1%. Os principais fatores que contribuíram para este aumento foram:

- ▶ Varejo: a receita bruta de vendas apresentou um aumento de 8,9% em comparação ao 1T11, impulsionadas, principalmente, por:
 - Categoria de alimentos, com crescimento similar entre as categorias de mercearia e perecíveis;
 - Categoria de não alimentos, cujo destaque foi o setor de têxtil da bandeira Extra, com adoção de nova estratégia a partir da coleção Outono/Inverno. A campanha de lançamento teve a participação da atriz Camila Pitanga e peças desenvolvidas pelo estilista Marcelo Sommer;



- Entre as bandeiras, os destaques foram Extra Supermercado e Minimercado Extra, cuja receita bruta de vendas no conceito 'mesmas lojas' cresceu acima da média do Grupo;
- Abertura de uma loja Extra Hiper e cinco conversões de Extra Fácil para Minimercado Extra. Outras 14 lojas estão em construção.
- ▶ Atacado de autosserviço: aumento de 24,2% na receita bruta de vendas, reflexo, principalmente, de:
 - Reposicionamento do sortimento do Assaí, processo que se iniciou no 2º semestre de 2011, para adequação aos públicos-alvo (transformadores, distribuidores e utilizadores), o que beneficia o crescimento do ticket médio;
 - Abertura de uma loja em São Paulo.

GPA Consolidado

- ▶ No trimestre, a receita bruta de vendas totalizou R\$ 13,660 bilhões, com crescimento de 10,4%. Além do GPA Alimentar, conforme comentado acima, contribuíram para esse aumento o desempenho da Viavarejo. Casas Bahia e Ponto Frio promoveram novas campanhas de marketing para suas lojas físicas e continuam com o processo de revisão e adequação do sortimento, além da reformulação das lojas para adequação ao novo posicionamento. O comércio eletrônico também contribuiu para esse crescimento, reforçando o papel da experiência de compra como um fator de diferenciação.

Desempenho Operacional

GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Alimentar						GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	Varejo			Atacado de Autosserviço (Atacarejo)			1T12	1T11	Δ
				1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ			
Receita Líquida de Vendas	6.656	5.984	11,2%	5.621	5.158	9,0%	1.035	827	25,2%	12.147	10.869	11,8%
Lucro Bruto	1.726	1.537	12,3%	1.575	1.421	10,8%	151	116	30,8%	3.256	2.848	14,3%
Margem Bruta	25,9%	25,7%	0,2 p.p.	28,1%	27,6%	0,5 p.p.	14,6%	14,0%	0,6 p.p.	26,8%	26,2%	0,6 p.p.
Despesas com Vendas	(1.039)	(938)	10,8%	(938)	(842)	11,4%	(101)	(95)	6,0%	(2.061)	(1.880)	9,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(193)	(177)	9,4%	(183)	(167)	9,2%	(11)	(9)	13,7%	(437)	(385)	13,5%
Despesas Operacionais Totais	(1.233)	(1.115)	10,6%	(1.121)	(1.010)	11,0%	(112)	(105)	6,7%	(2.498)	(2.266)	10,3%
% da Receita Líquida de Vendas	18,5%	18,6%	-0,1 p.p.	20,0%	19,6%	0,4 p.p.	10,8%	12,7%	-1,9 p.p.	20,6%	20,8%	-0,2 p.p.
EBITDA	493	422	16,9%	454	411	10,3%	40	11	261,9%	758	583	30,1%
Margem EBITDA	7,4%	7,1%	0,3 p.p.	8,1%	8,0%	0,1 p.p.	3,8%	1,3%	2,5 p.p.	6,2%	5,4%	0,8 p.p.

GPA Alimentar

No 1T12, o EBITDA totalizou R\$ 493 milhões, um crescimento de 16,9% e margem de 7,4%.

- ▶ Varejo: a margem EBITDA alcançou 8,1%, um ganho de 0,1 ponto percentual em relação ao 1T11, em função de:
 - Ganho de 0,5 ponto percentual na margem bruta, resultado de: (i) contínuo processo de melhoria de negociação com fornecedores; (ii) melhoria de mix de venda associada a mudança com os novos hábitos de consumo da classe média brasileira. Essa performance seguiu a mesma tendência dos trimestres anteriores.
 - Houve aumento de 0,4 ponto percentual nas despesas operacionais totais sobre a receita líquida de vendas, que ocorreu principalmente pelo crescimento no custo relacionado a funcionários em função do dissídio coletivo, acima da inflação (IPCA), e aumento de gastos com marketing no período.
- ▶ Atacado de autosserviço: a margem EBITDA foi de 3,8%, um ganho de 2,5 pontos percentuais em relação ao 1T11, em função de:
 - Ganho de 0,6 ponto percentual na margem bruta, em razão da adequação de sortimento para privilegiar mix



mais rentável, com foco nos canais voltados aos transformadores, distribuidores e utilizadores. Essas ações permitem ganhos de escala e acesso a melhores condições com fornecedores. Houve também a reformatação da área de vendas, que permite o melhor gerenciamento dos estoques e ganhos de produtividade em loja. Além disso, os ajustes promovidos no formato proporcionaram ganhos com redução de custo logístico.

- Redução de 1,9 ponto percentual na despesa operacional total sobre receita líquida de vendas, principalmente pelo incremento de vendas por meio da maturação das lojas e diluição das despesas fixas, além da eliminação, a partir do 2º semestre de 2011, das seções de padaria e açougue nas lojas.

GPA Consolidado

- ▶ No 1T12, o EBITDA totalizou R\$ 758 milhões, um crescimento de 30,1% em relação ao 1T11. Esse aumento foi em função da melhoria operacional do GPA Alimentar, comentada acima, e do avanço do processo de integração da Viavarejo, que centralizou as negociações de compra e as despesas operacionais, permitindo ganhos de margem bruta e redução de despesas.

Desempenho Financeiro e Endividamento

GPA Alimentar e GPA Consolidado

Resultado Financeiro

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ
Receitas Financeiras	106	92	14,6%	146	133	9,2%
Despesas Financeiras	(248)	(254)	-2,2%	(481)	(459)	4,9%
Resultado Financeiro Líquido	(142)	(162)	-11,9%	(336)	(326)	3,1%
% da Receita Líquida de Vendas	2,1%	2,7%	-0,6 p.p.	2,8%	3,0%	-0,2 p.p.
Encargos sobre Dívida Bancária Líquida	(79)	(84)	-5,3%	(83)	(98)	-15,1%
Custo do Desconto de Recebíveis	(30)	(48)	-38,1%	(218)	(195)	11,6%
Atualização de Outros Ativos e Passivos	(34)	(30)	11,3%	(35)	(32)	6,9%
Resultado Financeiro Líquido	(142)	(162)	-11,9%	(336)	(326)	3,1%

GPA Alimentar

- ▶ No trimestre, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 142 milhões e representou 2,1% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,6 ponto percentual em relação ao 1T11. O resultado financeiro foi composto da seguinte forma:
 - R\$ 79 milhões em encargos sobre a dívida bancária líquida, o que representa 1,1% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,3 ponto percentual em relação ao 1T11 (1,4%). A queda na taxa de juros no período favoreceu essa redução;
 - R\$ 30 milhões em custo do desconto de recebíveis de cartão de crédito, que representa 0,5% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,3 ponto percentual em comparação ao 1T11 (0,8%). Essa redução também foi provocada pela continua otimização das condições de pagamentos e da queda na taxa de juros.
 - R\$ 34 milhões em atualização dos outros passivos e ativos, que representa 0,5% da receita líquidas de vendas no trimestre, mesmo nível do 1T11 (0,5%).



GPA Consolidado

- ▶ No trimestre, o resultado financeiro líquido foi negativo em R\$ 336 milhões e representou 2,8% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação ao 1T11. O resultado financeiro foi composto da seguinte forma:
 - R\$ 83 milhões em encargos sobre a dívida bancária líquida, o que representa 0,7% da receita líquida de vendas, uma redução de 0,2 ponto percentual em relação ao 1T11 (0,9%). Assim como no GPA Alimentar, a taxa de juros foi o principal fator para a redução no período.
 - R\$ 218 milhões em custo da carteira de carnê e desconto de recebíveis de cartão de crédito no 1T12, representando 1,8% da receita líquida de vendas, mesmo patamar em relação ao 1T11 (1,8%).
 - R\$ 35 milhões em atualização dos outros passivos e ativos, que representaram 0,3% da receita líquida de vendas no trimestre, estável em relação ao 1T11 (0,3%).

Endividamento

GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar		GPA Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Dívida de Curto Prazo	(2.382)	(2.059)	(2.442)	(2.654)
Empréstimos e Financiamentos curto prazo	(1.859)	(1.557)	(1.915)	(2.153)
Debêntures - curto prazo	(523)	(502)	(527)	(502)
Dívida de Longo Prazo	(3.199)	(3.503)	(3.827)	(3.691)
Empréstimos e Financiamentos - longo prazo	(1.302)	(1.365)	(1.529)	(1.554)
Debêntures - longo prazo	(1.896)	(2.138)	(2.298)	(2.138)
Total da Dívida Bruta	(5.581)	(5.562)	(6.269)	(6.346)
Caixa e Aplicações Financeiras	2.831	3.544	3.746	4.970
Dívida Líquida	(2.750)	(2.017)	(2.523)	(1.376)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	1,36x	1,04x	0,78x	0,45x
Carnês - Financiamento ao Consumidor - curto prazo	-	-	(2.211)	(2.263)
Carnês - Financiamento ao Consumidor - longo prazo	-	-	(112)	(129)
Dívida Líquida com Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	(4.847)	(3.768)
Dívida Líquida / EBITDA ⁽¹⁾	1,36x	1,04x	1,51x	1,24x

(1) EBITDA acumulado dos últimos 12 meses.

GPA Alimentar

- ▶ A dívida líquida do GPA Alimentar totalizava R\$ 2,750 bilhões em 31/03/2012, um aumento de R\$ 733 milhões em relação ao 31/12/2011. Este aumento deu-se, principalmente, pela menor geração de caixa, característica do 1º trimestre do ano, especialmente quando comparado com o 4º trimestre, período de maior volume de vendas, que tem importante componente sazonal. A relação dívida líquida/EBITDA estava em 1,36x no 1T12.

GPA Consolidado

- ▶ A dívida líquida totalizava R\$ 4,847 bilhões em 31/03/2012, um aumento de R\$ 1,079 bilhão em comparação com 31/12/2011. A relação dívida líquida/EBITDA atingiu 1,51x.



Lucro Líquido

1T12 - GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Alimentar						GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	Varejo			Atacado de Autosserviço (Atacarejo)			1T12	1T11	Δ
				1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ			
EBITDA	493	422	16,9%	454	411	10,3%	40	11	261,9%	758	583	30,1%
Depreciação e Amortização	(147)	(125)	17,8%	(137)	(118)	15,9%	(10)	(7)		(186)	(158)	17,9%
Resultado Financeiro	(142)	(162)	-11,9%	(135)	(144)	-6,8%	(8)	(17)	-54,2%	(336)	(326)	3,1%
Resultado da Equivalência Patrimonial	4	7		4	7		-	-		5	11	-54,0%
Resultado com Ativo Permanente	(10)	0		(10)	0		(0)	0		7	3	126,5%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	0	(6)		0	(6)		-	-		(2)	(15)	-88,2%
Lucro Operacional antes de I.R.	198	138	43,5%	177	151	17,1%	21	(13)		246	97	152,3%
Imposto de Renda	(51)	(2)		(45)	(6)		(6)	4		(84)	13	
Participação de Acionistas Não Controladores	14	10		14	10		-	-		4	22	-79,5%
Lucro Líquido⁽¹⁾ - Acionistas Controladores	161	146	10,9%	146	155	-5,8%	15	(9)		167	132	25,8%
Margem Líquida	2,4%	2,4%	0,0 p.p.	2,6%	3,0%	-0,4 p.p.	1,5%	-1,1%		1,4%	1,2%	0,2 p.p.

GPA Alimentar

- ▶ No trimestre, o lucro operacional antes do imposto de renda foi de R\$ 198 milhões, com crescimento de 43,5% em relação ao 1T11. Esse resultado reflete a melhoria operacional em todos os formatos e o controle na despesa operacional e financeira.
- ▶ O lucro líquido no trimestre totalizou R\$ 162 milhões, com crescimento de 10,9% em comparação com o 1T11. O crescimento do lucro líquido foi menor do que o do lucro operacional antes do imposto de renda em função de uma alíquota efetiva de imposto de renda menor no 1T11.

GPA Consolidado

- ▶ No trimestre, o lucro líquido alcançou R\$ 167 milhões, com margem de 1,4%. O lucro líquido cresceu 25,8% no 1T12 em relação ao 1T11, reflexo da contínua melhoria operacional no GPA Alimentar e na Viavarejo.

Fluxo de Caixa

GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ
Caixa no início do período	3.544	2.468	1.076	4.970	4.426	544
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	(328)	(245)	(83)	(562)	(1.454)	892
EBITDA	493	422	71	758	583	175
Custo de desconto de recebíveis	(30)	(48)	18	(151)	(165)	14
Capital de giro	(791)	(619)	(172)	(1.170)	(1.872)	702
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(175)	(222)	47	(202)	(264)	63
CAPEX líquido	(209)	(342)	133	(236)	(346)	110
Aquisições e outros	34	120	(85)	34	82	(48)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	(210)	439	(650)	(460)	880	(1.341)
Dividendos e outros	-	(0)	0	-	(0)	0
Captações líquidas	(210)	439	(650)	(460)	881	(1.341)
Varição de caixa no período	(713)	(28)	(685)	(1.224)	(838)	(386)
Caixa no final do período	2.831	2.441	391	3.746	3.588	158



GPA Alimentar

- ▶ O fluxo de caixa no 1T12 foi negativo em R\$ 713 milhões. A variação de R\$ 685 milhões em relação ao 1T11 foi em função, principalmente, dos pagamentos com vencimentos no 1T12, cujas captações foram feitas durante o ano de 2011.

GPA Consolidado

- ▶ O fluxo de caixa no 1T12 foi de R\$ 1,224 bilhão. A variação de R\$ 386 milhões foi em função, principalmente, dos pagamentos com vencimentos no 1T12, cujas captações foram feitas em 2011.

CAPEX

GPA Alimentar e GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Alimentar	GPA Consolidado
	1T12	1T12
Novas Lojas e Aquisição de Terrenos	63	76
Reformas e Conversões de Lojas	52	59
Infraestrutura e Outros	75	106
Total	189	241

GPA Alimentar

- ▶ No trimestre, foram investidos R\$ 189 milhões, sendo:
 - Em abertura de lojas, construções e aquisições de terrenos foram gastos R\$ 63 milhões;
 - Em reformas e conversões foram investidos R\$ 52 milhões; e
 - Em infraestrutura e outros foram investidos R\$ 75 milhões.
- ▶ No trimestre foram abertas duas novas lojas, sendo um Extra Hiper e um Assaí. Além disso, cinco lojas Extra Fácil foram convertidas para o formato Minimercado Extra.

GPA Consolidado

- ▶ No trimestre, foram investidos R\$ 241 milhões, que incluem R\$ 52 milhões em investimentos na Viavarejo:
 - R\$ 76 milhões em construção de novas lojas;
 - R\$ 59 milhões em reformas; e
 - R\$ 106 milhões em infraestrutura.
- ▶ Além das aberturas das lojas do GPA Alimentar, duas lojas da Viavarejo foram abertas, sendo uma de Casas Bahia e uma de Ponto Frio.
- ▶ Importante destacar ainda que 14 lojas do GPA Alimentar encontram-se em construção.
- ▶ Os investimentos no período estão em linha com o plano de negócio anual da Companhia.



Dividendos

GPA Consolidado

(R\$ milhões)	GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ
Dividendos Totais	27,8	22,5	23,6%

GPA Consolidado

- ▶ Em 07/05/2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento no valor de R\$ 0,11 por ação preferencial e R\$ 0,10 por ação ordinária, a título de antecipação de dividendos intermediários. O montante total dos dividendos a serem distribuídos no 1T12 será de R\$ 27,8 milhões, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03/08/2009.
- ▶ O pagamento intermediário referente ao 1T12 será realizado no dia 20/06/2012. Terão direito os detentores de ações em circulação na data-base de 11/06/2012. A partir do dia 12/06/2012, as ações serão negociadas sem direito ("ex-direito") aos dividendos até a data do seu pagamento.
- ▶ Para o 4º trimestre, após o encerramento do exercício social de 2012 e da aprovação das correspondentes demonstrações financeiras, a Companhia pagará aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com a dedução da parcela de dividendos adiantada ao longo do exercício social.



BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

(R\$ milhões)	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	31.03.2012	31.03.2011	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.12.2011
Ativo Circulante	8.167	7.678	9.150	15.466	14.882	17.276
Caixas e Aplicações Financeiras	2.831	2.441	3.544	3.746	3.955	4.970
Contas a Receber	309	227	365	2.284	1.980	2.431
Cartões de Créditos	215	179	252	381	394	478
Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	-	1.988	1.404	1.985
Tickets e Outros	90	44	109	106	369	175
Cheques Pré-Datados	4	6	4	4	6	4
Provisão para Devedores Duvidosos	(0)	(2)	(0)	(195)	(192)	(211)
Provenientes de Acordos Comerciais	392	302	447	392	302	447
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.086	1.160	1.182	2.364	1.960	2.559
Estoques	2.832	2.627	2.865	5.178	4.848	5.553
Impostos a Recuperar	445	438	458	1.032	1.101	908
Despesas Antecipadas e Outras Contas a Receber	272	415	196	470	735	408
Ativo Não Circulante	13.799	13.187	13.576	16.564	15.347	16.493
Realizável a Longo Prazo	2.243	2.197	2.054	3.893	3.358	3.855
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	2	-
Contas a Receber	448	421	445	543	517	556
Paes Mendonça	448	431	445	448	431	445
Carnês - Financiamento ao Consumidor	-	-	-	101	86	118
Provisão para Devedores Duvidosos	-	(38)	-	(6)	(44)	(7)
Impostos a Recuperar	33	128	32	721	202	730
Valor Justo Bartira	304	416	304	304	416	304
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	442	592	456	1.211	1.358	1.250
Crédito com Pessoas Ligadas	248	79	93	152	143	133
Depósitos para Recursos Judiciais	652	488	616	809	611	738
Despesas Antecipadas e Outros	116	73	108	153	109	144
Investimentos	161	145	156	258	229	253
Imobilizado	6.523	6.072	6.446	7.436	6.862	7.358
Intangível	4.873	4.773	4.919	4.977	4.898	5.026
TOTAL DO ATIVO	21.966	20.865	22.726	32.030	30.229	33.769

PASSIVO

	GPA Alimentar			GPA Consolidado		
	31.03.2012	31.03.2011	31.12.2011	31.03.2012	31.03.2011	31.12.2011
Passivo Circulante	6.636	5.174	7.211	11.445	10.058	13.501
Fornecedores	2.744	2.782	3.421	4.716	4.864	6.279
Empréstimos e Financiamentos	1.859	649	1.557	1.915	1.406	2.153
Carnês - Financiamento ao Consumidor (CDCI)	-	-	-	2.211	1.521	2.263
Debêntures	523	505	502	527	505	502
Obrigações Sociais e Trabalhistas	321	257	376	712	530	759
Impostos, Taxas e Contribuições	82	123	92	199	358	332
Dividendos e JCP a Pagar	103	115	103	103	116	103
Financiamento Compra de Imóveis	14	14	14	14	14	14
Aluguéis a Pagar	42	68	49	42	68	49
Aquisições de Sociedades	56	63	55	56	63	55
Dívidas com Partes Relacionadas	513	507	582	88	20	28
Propaganda	38	38	29	88	38	90
Provisão para Reestruturação	12	-	13	12	-	13
Impostos Parcelados	91	-	168	94	0	171
Receitas Antecipadas	13	-	15	79	102	82
Outros	223	53	234	587	451	609
Passivo Não Circulante	7.755	8.416	8.051	10.320	10.463	10.173
Empréstimos e Financiamentos	1.302	2.089	1.365	1.529	2.239	1.554
Carnês - Financiamento ao Consumidor (CDCI)	-	-	-	112	87	129
Fundo de Recebíveis (FIDC)	1.167	1.128	1.236	2.383	2.346	2.420
Debêntures	1.896	1.451	2.138	2.298	1.451	2.138
Aquisições de Sociedades	194	225	189	194	225	189
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.107	1.303	1.115	1.107	1.313	1.115
Impostos Parcelados	1.260	1.346	1.249	1.302	1.401	1.292
Provisão para Contingências	537	571	520	701	676	680
Receitas Antecipadas	-	302	-	368	694	381
Outros	291	-	240	326	32	276
Patrimônio Líquido	7.575	7.275	7.463	10.265	9.708	10.094
Capital Social	4.708	4.894	4.758	6.130	6.106	6.129
Reservas de Capital	392	364	384	392	364	384
Reservas de Lucro	1.279	765	1.112	1.279	765	1.112
Participação de Acionistas não Controladores	1.196	1.251	1.210	2.465	2.472	2.469
TOTAL DO PASSIVO	21.966	20.865	22.726	32.030	30.229	33.769



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ - Milhões	GPA Alimentar			GPA Alimentar						GPA Consolidado		
	1T12	1T11	Δ	Varejo			Atacado Autoserviço (Atacarejo)			1T12	1T11	Δ
				1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ			
Receita Bruta de Vendas	7.371	6.640	11,0%	6.240	5.730	8,9%	1.131	910	24,2%	13.660	12.373	10,4%
Receita Líquida de Vendas	6.656	5.984	11,2%	5.621	5.158	9,0%	1.035	827	25,2%	12.147	10.869	11,8%
Custo das Mercadorias Vendidas	(4.930)	(4.448)	10,8%	(4.046)	(3.737)	8,3%	(884)	(711)	24,3%	(8.891)	(8.020)	10,9%
Lucro Bruto	1.726	1.537	12,3%	1.575	1.421	10,8%	151	116	30,8%	3.256	2.848	14,3%
Despesas com Vendas	(1.039)	(938)	10,8%	(938)	(842)	11,4%	(101)	(95)	6,0%	(2.061)	(1.880)	9,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(193)	(177)	9,4%	(183)	(167)	9,2%	(11)	(9)	13,7%	(437)	(385)	13,5%
Total das Despesas Operacionais	(1.233)	(1.115)	10,6%	(1.121)	(1.010)	11,0%	(112)	(105)	6,7%	(2.498)	(2.266)	10,3%
Lucro Oper. Antes da depr. e rec. (desp) Financeiras - EBITDA	493	422	16,9%	454	411	10,3%	40	11	261,9%	758	583	30,1%
Depreciação e Amortização	(147)	(125)	17,8%	(137)	(118)	15,9%	(10)	(7)	51,4%	(186)	(158)	17,9%
Lucro Operac. antes impostos e Rec(desp.) financeiras - EBIT	346	297	16,5%	317	293	8,1%	29	4	593,9%	572	425	34,6%
Receitas Financeiras	106	92	14,6%	98	92	6,6%	8	0		146	133	9,2%
Despesas Financeiras	(248)	(254)	-2,2%	(233)	(236)	-1,6%	(15)	(17)	-11,3%	(481)	(459)	4,9%
Resultado Financeiro Líquido	(142)	(162)	-11,9%	(135)	(144)	-6,8%	(8)	(17)	-54,2%	(336)	(326)	3,1%
Resultado da Equiv. Patrimonial	4	7	-42,7%	4	7		-	-		5	11	-54,0%
Resultado com Ativo permanente	(10)	0		(10)	0		(0)	0		7	3	126,5%
Outras Despesas e Receitas Operacionais	0	(6)		0	(6)		-	-		(2)	(15)	-88,2%
Lucro Operacional Antes I.R.	198	138	43,5%	177	151	17,1%	21	(13)		246	97	152,3%
Imposto de Renda	(51)	(2)		(45)	(6)		(6)	4		(84)	13	
Participação de Acionistas Não Controladores	14	10	41,7%	14	10	41,7%	-	-		4	22	-79,5%
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores ⁽¹⁾	161	146	10,9%	146	155	-5,8%	15	(9)		167	132	25,8%
Lucro por Ação										0,64	0,51	24,4%
No. de ações (milhões) ex - Ações em tesouraria										260	257	

% da Receita Líquida de Vendas	GPA Alimentar		GPA Alimentar						GPA Consolidado	
	1T12	1T11	Varejo			Atacado Auto-serviço (Atacarejo)			1T12	1T11
			1T12	1T11	Δ	1T12	1T11	Δ		
Lucro Bruto	25,9%	25,7%	28,0%	27,6%		14,6%	14,0%		26,8%	26,2%
Despesas com Vendas	15,6%	15,7%	16,7%	16,3%		9,8%	11,5%		17,0%	17,3%
Despesas Gerais e Administrativas	2,9%	3,0%	3,3%	3,2%		1,0%	1,1%		3,6%	3,5%
Total de despesas Operacionais	18,5%	18,6%	19,9%	19,6%		10,8%	12,7%		20,6%	20,8%
EBITDA	7,4%	7,1%	8,1%	8,0%		3,8%	1,3%		6,2%	5,4%
Depreciação e Amortização	2,2%	2,1%	2,4%	2,3%		1,0%	0,8%		1,5%	1,5%
EBIT	5,2%	5,0%	5,6%	5,7%		2,8%	0,5%		4,7%	3,9%
Resultado Financeiro Líquido	2,1%	2,7%	2,4%	2,8%		0,8%	2,1%		2,8%	3,0%
Resultado com Ativo Permanente e Outros	0,2%	0,1%	0,2%	0,1%		0,0%	0,0%		0,0%	0,1%
Lucro antes do I.R.	3,0%	2,3%	3,1%	2,9%		2,0%	1,6%		2,0%	0,9%
Imposto de Renda	0,8%	0,0%	0,8%	0,1%		0,5%	0,4%		0,7%	0,1%
Partic. de acionistas não controladores	0,2%	0,2%	0,3%	0,2%		0,0%	0,0%		0,0%	0,2%
Lucro/Prejuízo dos Acionistas Controladores	2,4%	2,4%	2,6%	3,0%		1,5%	-1,1%		1,4%	1,2%

(1) Lucro líquido antes de participação minoritária

* No 1T11, o lucro líquido dos acionistas controladores do GPA Alimentar foi recalculado, passando de R\$ 157 milhões para R\$ 146 milhões, em função da forma de contabilização entre GPA Alimentar e Vivarejo. Conseqüentemente, a linha participação minoritária passou de R\$ 21 milhões para R\$10 milhões no 1T11.



FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

(R\$ milhões)	GPA Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Lucro Líquido do Exercício	162	111
Ajuste para Reconciliação do Lucro Líquido	-	-
Imposto de Renda Diferido	32	(32)
Resultado de Ativos Permanentes Baixados	(7)	7
Depreciação e Amortização	194	158
Juros e Variações Monetárias	297	264
Ajuste a Valor Presente	23	(4)
Equivalência Patrimonial	(5)	(11)
Provisão para Contingências	13	27
Provisão para baixas e perdas do imobilizado	(2)	(1)
Remuneração Baseada em Ações	8	(7)
Provisão para devedores duvidosos	53	-
	768	513
(Aumento) Redução de Ativos		
Contas a Receber	399	(420)
Estoques	350	(20)
Impostos a Recuperar	(116)	(194)
Outros Ativos	(111)	(196)
Aplicações Financeiras	3	(367)
Partes Relacionadas	33	(10)
Depósitos Judiciais	(67)	(118)
	492	(1.325)
(Aumento) Redução de Passivos		
Fornecedores	(1.563)	(696)
Salários e Encargos Sociais	(46)	(65)
Impostos e Contribuições	(123)	41
Contingências	(15)	(7)
Demais contas a pagar	(74)	85
	(1.822)	(642)
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades Operacionais	(562)	(1.454)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

(R\$ milhões)	GPA Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011
Caixa Líquido de aquisições	-	-
Aquisição de empresas	7	-
Aumento de Capital em Controladas	-	82
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(228)	(287)
Aumento no Ativo Intangível	(8)	(59)
Venda de Bens do Imobilizado	28	-
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades de Investimento	(202)	(264)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Aumento (redução) de Capital	1	-
Aumento da Participação Minoritária	-	-
Financiamentos	-	-
Captação e Refinanciamentos	1.785	2.127
Pagamentos	(2.124)	(1.189)
Juros Pagos	(122)	(58)
Pagamentos de Dividendos	-	(0)
Caixa Líquido Gerado utilizado nas Atividades de Financiamento	(460)	880
Disponibilidades no Início do Exercício	4.970	4.426
Disponibilidades no Fim do Exercício	3.746	3.588
Variação no Caixa e Equivalentes	(1.224)	(838)



(R\$ milhões)	SEGMENTAÇÃO DE VENDAS BRUTAS POR BANDEIRA				
	1T12	%	1T11	%	Δ
Pão de Açúcar	1.348	9,9%	1.212	9,8%	11,2%
Extra Hiper ⁽¹⁾	3.411	25,0%	2.958	23,9%	15,3%
Extra Supermercado	1.143	8,4%	1.232	10,0%	-7,2%
Assaí	1.131	8,3%	910	7,4%	24,2%
Negócios Especializados ⁽²⁾	337	2,5%	328	2,7%	2,8%
GPA Alimentar	7.371	54,0%	6.640	53,7%	11,0%
Viavarejo ⁽³⁾	6.289	46,0%	5.733	46,3%	9,7%
GPA Consolidado	13.660	100,0%	12.373	100,0%	10,4%

(R\$ milhões)	SEGMENTAÇÃO DE VENDAS LÍQUIDAS POR BANDEIRA				
	1T12	%	1T11	%	Δ
Pão de Açúcar	1.213	10,0%	1.091	10,0%	11,2%
Extra Hiper ⁽¹⁾	3.030	24,9%	2.623	24,1%	15,5%
Extra Supermercado	1.044	8,6%	1.119	10,3%	-6,7%
Assaí	1.035	8,5%	827	7,6%	25,2%
Negócios Especializados ⁽²⁾	334	2,8%	325	3,0%	2,9%
GPA Alimentar	6.656	54,8%	5.984	55,1%	11,2%
Viavarejo ⁽³⁾	5.491	45,2%	4.884	44,9%	12,4%
GPA Consolidado	12.147	100,0%	10.869	100,0%	11,8%

(1) Inclui as vendas do Minimercado Extra.

(2) Inclui as vendas dos Postos de Combustíveis e Drogarias.

(3) Inclui as vendas das lojas físicas Ponto Frio e Casas Bahia e da Nova Pontocom.

	COMPOSIÇÃO DE VENDAS (% sobre Vendas Líquidas)			
	GPA Alimentar		GPA Consolidado	
	1T12	1T11	1T12	1T11
À Vista	53,3%	53,2%	40,6%	41,9%
Cartão de Crédito	39,2%	39,0%	48,8%	46,8%
Ticket Alimentação	7,4%	7,6%	3,9%	4,9%
À Prazo	0,1%	0,2%	6,7%	6,4%
Cheque Pré-Datado	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%
Crediário	0,0%	0,0%	6,6%	6,3%



MOVIMENTAÇÃO DE LOJAS POR BANDEIRA

	31/12/2011	Abertas	Fechadas	31/3/2012
Pão de Açúcar	159	0	-1	158
Extra Hiper	132	1	0	133
Extra Supermercado	204	0	0	204
Minimercado Extra	72	0	-1	71
Assaí	59	1	0	60
Ponto Frio	401	1	-2	400
Casas Bahia	544	1	-1	544
Negócios Especializados	232	1	-1	232
Postos de combustíveis	78	0	0	78
Drogarias	154	1	-1	154
GPA Consolidado	1.803	5	(6)	1.802
Área de Vendas (mil m²)	2.821			2.830
Nº de Funcionários (mil)	149			149



Teleconferência e Webcast de Resultados 1T12

Terça-feira, 08 de maio de 2012
11h (horário de Brasília) | 10h (NY) | 15h (Londres)

Conferência em Português (idioma original)

+55 (11) 3127-4971

Conferência em inglês (tradução simultânea)

+1 (516) 300-1066

Webcast: <http://www.gpari.com.br>

Replay

+55 (11) 3127-4999

Código para áudio em português: 20125656

Código para áudio em inglês: 19996509

<http://www.gpari.com.br>

CONTATOS

<p>Relações com Investidores – GPA e Viavarejo Fone: (11) 3886-0421 Fax: (11) 3884-2677 gpa.ri@grupopaodeacucar.com.br Website: www.gpari.com.br www.globex.com.br/ri</p>	<p>Relações com Imprensa - GPA Fone: (11) 3886-3666 imprensa@grupopaodeacucar.com.br Relações com Imprensa - Viavarejo Fone: (11) 4225-9228 imprensa@viavarejo.com.br</p>
<p>Casa do Cliente - Atendimento aos clientes Pão de Açúcar: 0800-7732732 / Extra: 0800-115060 Ponto Frio: (11) 4002-3388/Casas Bahia: (11) 3003-8889</p>	<p>Social Media News Room http://imprensa.grupopaodeacucar.com.br/category/gpa/ Twitter - Imprensa @imprensagpa</p>

"As informações contábeis contidas nas informações trimestrais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e referem-se ao primeiro trimestre de 2012 (1T12), exceto quando indicado de outra forma, com comparações feitas em relação ao mesmo período do ano anterior."

"Toda e qualquer informação não contábil ou derivada de números não contábeis não foi revisada pelos auditores independentes."

"Para o cálculo do "EBITDA" utilizamos lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização, conforme tabela na página 6.

A base para o cálculo da receita bruta de vendas "mesmas lojas" é definido pelas vendas realizadas em lojas abertas ao menos por 12 meses consecutivos e que não ficaram fechadas por 7 ou mais dias consecutivos nesse período. Aquisições não são incluídas na base mesmas lojas nos 12 primeiros meses de operação.

O Grupo Pão de Açúcar adota como indicador de inflação o IPCA-Índice Geral, que também é utilizado pela ABRAS (Associação Brasileira de Supermercados), por melhor refletir o mix de produtos e marcas comercializadas pela Companhia. O IPCA acumulado nos 12 meses findos em março de 2012 foi de 7,24%.

Sobre o Grupo Pão de Açúcar e Viavarejo: O Grupo Pão de Açúcar é a maior companhia varejista no Brasil, com distribuição por meio de aproximadamente 1.800 pontos-de-venda e canais eletrônicos. A estrutura multiformato do Grupo é formada pelas operações do GPA Alimentar e da Viavarejo. As operações do **GPA Alimentar** são compostas por supermercados (Pão de Açúcar e Extra Supermercado), hipermercados (Extra), lojas de proximidade (Minimercado Extra), atacarejo (Assai), postos e drogarias. No GPA Alimentar, os negócios são divididos em Alimentos e Não-Alimentos (eletroeletrônicos, têxtil, bazar, drogaria e postos de combustível). Já as operações da **Viavarejo** são formadas por lojas físicas de eletroeletrônicos e móveis (Ponto Frio e Casas Bahia) e por comércio eletrônico (Nova Pontocom: Extra.com.br, PontoFrio.com.br, Casasbahia.com.br). Fundado em 1948, em São Paulo, o Grupo está presente em 20 dos 27 Estados brasileiros, que juntos representam 94,1% do PIB.

Aviso/Disclaimer As declarações contidas neste comunicado relativas à perspectiva dos negócios da Companhia, projeções de resultados operacionais/financeiros, potencial de crescimento da Empresa e relativas às estimativas de mercado e macro-econômicas constituem-se em meras previsões e foram baseadas nas crenças, intenções e expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Estas expectativas são altamente dependentes de mudanças do mercado, do desempenho econômico geral do Brasil, da indústria e dos mercados internacionais e, portanto, estão sujeitas a mudanças.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas

A Companhia Brasileira de Distribuição (“Companhia” ou “GPA”), diretamente ou através de suas subsidiárias (“Grupo”), atua no segmento varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos por meio de sua cadeia de hipermercados, supermercados, lojas especializadas e lojas de departamento, principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Extra”, “Extra Super”, “Extra Fácil”, “Assai”, “Ponto Frio”, “Casas Bahia”, “Casas Bahia.Com”, “Extra.com” e “Ponto Frio.Com”. Sua sede social está localizada em São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil.

Fundada em 1948, a Companhia tem 149 mil funcionários, 1.802 lojas em 20 estados brasileiros e no Distrito Federal e uma infra-estrutura de logística que compreende 52 depósitos localizados em 14 estados, em 31 de março de 2012. As ações da Companhia são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo, estando suas ações listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo e de Nova York (ADR nível III).

A Companhia é controlada pela Wilkes Participações S.A. (“Wilkes”), que, por sua vez, é co-controlada pelo Grupo Casino e pela Família Diniz, que dividem igualmente os direitos de voto da Wilkes. O Sr. Abilio dos Santos Diniz é o presidente do Conselho de Administração da Wilkes.

O Sr. Abilio dos Santos Diniz é o presidente do Conselho de Administração da Companhia desde 2003 e da Wilkes desde 2006. Nos termos do acordo de acionistas celebrado em 27 de novembro de 2006, entre a Família Diniz e o Grupo Casino, na qualidade de acionistas controladores da Wilkes (“Acordo de Acionistas Wilkes”), entre 22 de junho de 2012 e 21 de junho de 2014, o Grupo Casino terá o direito de nomear o Presidente do Conselho de Administração da Wilkes pelo prazo remanescente do Acordo de Acionistas da Wilkes (cuja vigência é até 21 de junho de 2045), por meio de uma notificação enviada, por escrito, ao Grupo Diniz. Com o exercício de tal direito haverá uma mudança na governança do GPA, resultando no Grupo Casino se tornar, através da Wilkes, o único acionista controlador da Companhia. Nesse cenário, o Sr. Abilio dos Santos Diniz terá direito a determinados vetos e outros direitos conforme “Acordo de Acionistas Wilkes”. Nesse sentido, em 21 de março de 2012, o Grupo Casino informou a Companhia que havia notificado a Família Diniz exercendo seu direito de nomear, para eleição obrigatória, o presidente do Conselho de Administração da Wilkes em 22 de junho de 2012.

Mais detalhes do Acordo de Acionistas da Wilkes e do Acordo de Acionistas CBD podem ser obtidos no item 15.5 do Formulário de Referência da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

1. Informações corporativas—Continuação

Em 30 de maio de 2011, o Grupo Casino requereu a instauração de procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, contra Abilio dos Santos Diniz, Ana Maria Falleiros dos Santos Diniz D'Ávila, Adriana Falleiros dos Santos Diniz, João Paulo Falleiros dos Santos Diniz, Pedro Paulo Falleiros dos Santos Diniz e Península Participações Ltda. Em 1º de julho de 2011, o Grupo Casino requereu a instalação de outro procedimento arbitral de acordo com as normas da Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional, tendo como requeridos as partes acima mencionadas e a Companhia. Ambos os procedimentos arbitrais foram unificados em um único procedimento e um tribunal arbitral com três membros foi constituído para decidir a disputa. Tal procedimento arbitral unificado está sujeito à obrigação de confidencialidade e tem por objetivo assegurar o cumprimento do Acordo de Acionistas CBD e o Acordo de Acionistas Wilkes.

Reestruturação Via Varejo

Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração de Via Varejo (“Via Varejo”) aprovou o plano formal para o fechamento de 88 lojas da bandeira Ponto Frio, mediante aprovação prévia do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) conforme requerido pelo Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação (“APRO”). Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia comunicou os envolvidos (funcionários, proprietários das lojas, fornecedores, entre outros) e realizou provisão para fechamento de lojas no montante de R\$34.000, sendo R\$20.000 referentes ao valor líquido dos ativos fixos e R\$14.000 referente a outras despesas relacionadas ao fechamento. Para fins das informações contábeis consolidadas, o fundo de comércio referente a tais lojas no montante de R\$10.416 foi provisionado.

Em 15 de fevereiro de 2012, os acionistas da Via Varejo reunidos em assembleia geral aprovaram a alteração da denominação social da companhia de “Globex Utilidades S.A.” para “Via Varejo S.A.”.

No período de três meses findo em 31 de março de 2012 não houve eventos novos que impactassem a provisão constituída.

2. Base de elaboração

As informações contábeis da controladora e consolidada foram elaboradas com consonância em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

Os itens incluídos nas informações contábeis da controladora e de cada uma das subsidiárias da Companhia foram mensurados adotando-se a moeda do ambiente econômico principal em que a subsidiária atua (“moeda funcional”).

As informações contábeis da controladora e consolidada estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Companhia e de suas subsidiárias.

As informações contábeis do período encerrado em 31 de março de 2012 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de maio de 2012.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

2. Base de elaboração -- Continuação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são elaboradas e apresentadas de acordo com pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e de acordo com o IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, respectivamente, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Nas informações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”), seriam pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas informações contábeis.

Os dados não financeiros incluídos nestas informações contábeis, tais como número de colaboradores, números de lojas, entre outros, não foram objeto de revisão por parte de nossos auditores independentes.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação

a) Participação em subsidiárias, associadas e "joint ventures"

Sociedades	Participação nos investimentos - %		31.12.2011	
	31.03.2012		GPA	Part. Indiretas
Subsidiárias:				
Novasoc Comercial Ltda. ("Novasoc")	10,00	-	10,00	-
Sé Supermercado Ltda. ("Sé")	93,10	0,69	93,10	0,69
Sendas Distribuidora S.A. ("Sendas")	18,33	76,04	18,33	76,04
Pão de Açúcar Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("PAFIDC")	9,64	1,13	9,04	1,06
PA Publicidade Ltda. ("PA Publicidade")	100,00	-	100,00	-
Barcelona Comércio Varejista e Atacadista S.A. ("Barcelona")	-	93,79	-	93,79
CBD Holland B.V.	100,00	-	100,00	-
CBD Panamá Trading Corp.	-	100,00	-	100,00
Xantocarpa Participações Ltda. ("Xantocarpa")	-	94,36	-	94,36
Vedra Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Bellamar Empreend. e Participações Ltda.	-	93,10	-	93,10
Vancouver Empreend. e Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
Bruxellas Empreend. e Participações S.A.	99,99	0,01	99,99	0,01
Monte Tardeli Empreendimentos e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA Malls & Properties Gestão de Ativos e Serviços. Imobiliários Ltda. ("GPA M&P")	89,42	9,85	89,42	9,85
GPA 2 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
GPA 4 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 5 Empreend. e Participações S.A.	99,00	1,00	99,00	1,00
GPA 6 Empreend. e Participações Ltda.	99,90	0,10	99,90	0,10
ECQD Participações Ltda.	100,00	-	100,00	-
API SPE Planej. e Desenv. de Empreend. Imobiliários Ltda.	100,00	-	100,00	-
Lake Niassa Empreend. e Participações Ltda.	-	52,41	-	52,41
Via Varejo S.A. ("Via Varejo") – anteriormente Globex Utilidades S.A	52,41	-	52,41	-
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	-	52,41	-	52,41
Nova Casa Bahia S.A. ("NCB")	-	52,41	-	52,41
Ponto Frio Adm e Importação de Bens Ltda.	-	52,40	-	52,40
Rio Expresso Com. Atacad. de Eletrodoméstico Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex Adm. Consórcio Ltda.	-	52,41	-	52,41
PontoCred Negócio de Varejo Ltda.	-	52,41	-	52,15
Nova Extra Eletro Comercial Ltda.	0,10	52,36	0,10	52,36
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A. ("Nova Pontocom")	39,05	31,11	39,05	31,11
E-HubConsult. Particip. e Com. S.A. ("E-Hub")	-	70,16	-	70,16
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	70,16	-	70,16
Sabara S.A	-	52,41	-	52,41
Casa Bahia Contact Center Ltda.	-	52,41	-	52,41
Globex - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios ("Globex FIDC")	-	7,79	-	7,86
Ponto Frio Leasing S.A.	-	26,21	-	26,21
Associadas e Joint Ventures:				
Financeira Itaú CBD – FIC	-	40,76	-	40,76
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	-	13,10	-	13,10
Dunnhumby Brasil Cons. Ltda.	2,00	-	2,00	-
Banco Investcred Unibanco S.A	-	26,21	-	26,21
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	40,76	-	40,76

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

Todas as participações foram calculadas considerando o percentual detido pela controladora GPA ou suas subsidiárias. Não necessariamente a consolidação reflete tais percentuais, dado que em algumas empresas possuem acordo de acionistas que confere o controle à Companhia e, portanto, permite a consolidação integral.

b) Subsidiárias

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis de todas as subsidiárias nas quais a controladora exerce controle, direto ou indireto.

Subsidiárias são todas as entidades (incluindo sociedades de propósito específico) em que a Companhia tem poder para governar as políticas financeiras e operacionais e detém, de modo geral, ações que representam mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto atualmente exercíveis ou conversíveis são levados em consideração para determinar se a Companhia controla ou não outra entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data de aquisição, que corresponde à data em que a Companhia obtém o controle, e excluídas da consolidação a partir da data em que esse controle é perdido.

As informações contábeis das subsidiárias são elaboradas na mesma data de encerramento da Companhia, adotando-se políticas contábeis consistentes. Todos os saldos entre empresas do grupo, incluindo receitas e despesas, ganhos e perdas não realizados e dividendos resultantes de operações entre empresas do grupo são integralmente eliminados.

Ganhos ou perdas resultantes de alterações na participação societária em subsidiárias, que não resultem em perda de controle, são contabilizados diretamente no patrimônio líquido.

Os prejuízos são atribuídos às participações de acionistas não controladores, mesmo que isso resulte em saldo devedor.

As principais subsidiárias diretas ou indiretas incluídas na consolidação e o percentual de participação da Companhia compreendem:

i. *Novasoc*

Embora a participação da Companhia na Novasoc represente 10% de suas quotas, a Novasoc está incluída nas informações contábeis consolidadas porque a Companhia detém controle sobre 99,98% dos direitos de voto da empresa, nos termos do acordo de quotistas. Adicionalmente, de acordo com o Contrato Social da Novasoc, a alocação de seu lucro líquido não requer necessariamente que seja proporcional ao percentual de participação detida na sociedade.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

b) Subsidiárias--Continuação

ii. *PAFIDC e Globex FIDC*

A Companhia consolida as informações contábeis do PAFIDC e Globex FIDC, que representam fundos de investimento constituídos com a finalidade exclusiva de conduzir a securitização de recebíveis da Companhia e de suas subsidiárias. A consolidação se justifica pelo fato dos riscos de inadimplência, despesas de custódia e administração relacionadas ao fundo estar vinculada a quotas subordinadas detidas pela Companhia e subsidiárias.

iii. *Via Varejo*

A Companhia consolida as informações contábeis de Via Varejo (anteriormente Globex), subsidiária que concentra as atividades de comércio de eletro-eletrônicos do Grupo, operando sob as marcas "Ponto Frio" e "Casas Bahia". A Companhia atua também através de sua controlada Nova Pontocom, no comércio eletrônico de qualquer produto para consumidores finais por meio dos sites: www.extra.com.br, www.pontofrio.com.br e www.casasbahia.com.br.

iv. *Sendas*

A Companhia detém direta ou indiretamente 94,37% do capital de Sendas contemplando as operações de varejo, predominantemente no estado do Rio de Janeiro. Para informações detalhadas sobre a aquisição de participação não controladora, vide nota explicativa 14 (a ii).

v. *GPA M&P*

Em 2011, a Companhia iniciou os trabalhos para organizar uma subsidiária com o objetivo de gerir e explorar seu patrimônio imobiliário, a GPA M&P.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação—Continuação

b) Subsidiárias--Continuação

v. *GPA M&P* -- Continuação

A Companhia celebrou 3 (três) instrumentos particulares de permuta de imóveis com incorporadoras distintas, todos com condições suspensivas. Posto isso, a Companhia e sua subsidiária Sé transferiram 2 (dois) dos imóveis permutados para a GPA M&P, nos valores de R\$14.000 e R\$1.656, como aumento de seu capital social, em 18 de maio de 2011 e 5 de julho de 2011, respectivamente. Dessa forma, o capital da GPA M&P encontra-se distribuído entre a Companhia, com 89,42%, e a Sé, com 10,58%.

Dos instrumentos particulares de permuta de imóveis acima referidos, em 06 de dezembro de 2011, a GPA M&P celebrou com a Cyrela Polinésia Empreendimento Imobiliários Ltda. ("Cyrela") Escritura Pública de Permuta Sem Torna e Outras Avenças cujo objeto é a permuta do imóvel de propriedade da GPA M&P em troca de 24,2% de área de vendas integrantes do empreendimento imobiliário e uma loja, inteiramente prontas e acabadas, integrantes do futuro empreendimento, a ser erigido pela Cyrela sobre o imóvel. Em relação a tal empreendimento imobiliário, destacamos o seguinte:

(i) O empreendimento imobiliário é denominado THERA FARIA LIMA PINHEIROS;

(ii) Tem por objetivo a instituição de um condomínio edifício, composto por 3 (três) setores, sendo: (a) Setor Residencial "THERA RESIDENCE", que será composto de prédio de 36 (trinta e seis) andares, com 397 (trezentas e noventa e sete) apartamentos; (b) Setor Comercial "THERA OFFICE", que será composto de prédio de 30 (trinta) andares, com 575 (quinhentos e setenta e cinco) escritórios; e (c) Setor Loja, que será composto de 1 (uma) loja localizada no térreo;

(iii) O prazo para término da obra e entrega física das unidades permutadas é de 52 (cinquenta e dois) meses contados da data do lançamento de vendas do empreendimento (que ocorreu em 18 de dezembro de 2011);

(iv) A Cyrela é a única e exclusiva responsável pela incorporação e pela execução do empreendimento imobiliário, assim como pela comercialização de suas unidades autônomas, exceto com relação à loja;

(v) A permuta entre Cyrela e GPA M&P não tem o propósito de constituir entre elas associação ou sociedade de natureza civil ou comercial;

(vi) Os custos relativos a eventuais modificações do projeto na sua feição original, de qualquer natureza, inclusive os de sua aprovação, serão de única e exclusiva responsabilidade da Cyrela; e

(vii) A Cyrela é a exclusiva responsável pela aprovação do projeto de construção e de todos os outros que se apresentem necessários ao desenvolvimento do empreendimento imobiliário.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

c) Associadas – BINV e FIC

Os investimentos da Companhia em suas associadas FIC e BINV, ambas instituições de financiamento de vendas diretamente para clientes do GPA resultam de uma associação do Banco Itaú Unibanco S.A (“Itaú Unibanco”) com o GPA e a Via Varejo. Tais investimentos são contabilizados segundo o método da equivalência patrimonial. Uma associada é uma entidade na qual a Companhia exerce influência significativa, mas não o controle.

O poder sobre as decisões operacionais e financeiras do BINV e da FIC pertence ao Itaú Unibanco.

Segundo o método da equivalência patrimonial, os investimentos nas associadas são contabilizados pelo custo, refletindo ainda as alterações da participação da Companhia no patrimônio líquido da associada posteriores à aquisição.

A demonstração do resultado do período reflete a parcela dos resultados das operações das associadas. Quando há uma alteração reconhecida diretamente no patrimônio líquido das associadas, a Companhia reconhece sua participação nas eventuais alterações e a evidencia, conforme o caso, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados resultantes de operações entre a Companhia e as associadas são eliminados proporcionalmente à participação nas associadas.

A participação nos lucros das associadas está refletida na demonstração do resultado do período como resultado de equivalência patrimonial, correspondente ao lucro atribuível aos acionistas da associada, relacionada, portanto, ao lucro depois dos impostos e participações de acionistas não controladores nas subsidiárias das associadas. As informações contábeis das associadas são elaboradas para a mesma data de encerramento da controladora. Quando necessário, são feitos ajustes para harmonizar as políticas contábeis com as da Companhia.

Depois da aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer uma perda por não recuperação adicional referente ao investimento da Companhia em suas associadas. A Companhia verifica na data de cada balanço se há evidências de que o investimento nas associadas não será recuperável. Se aplicável, a Companhia calcula o valor da perda como a diferença entre o valor recuperável do investimento e seu valor contábil e reconhece a perda na demonstração do resultado do período.

Em caso de perda de sua influência significativa sobre as associadas, a Companhia mensura e reconhece os eventuais investimentos remanescentes pelo valor justo. As eventuais diferenças entre o valor contábil das associadas, quando da perda da influência significativa, e o valor justo do investimento remanescente e dos resultados da baixa são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

3. Base de consolidação--Continuação

d) Participação em joint venture - Bartira

A Companhia possui participação indireta em uma *joint venture*, denominada Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira"), na qual os participantes GPA, por meio de sua subsidiária NCB, com 25%, e a família Klein, por meio da Casa Bahia Comercial Ltda. ("Casa Bahia"), com 75% formalizaram um acordo de sócios que estabelece controle conjunto sobre as atividades operacionais da entidade.

O acordo de sócios exige deliberação unânime dos participantes para a tomada de decisões financeiras e operacionais. A Companhia reconhece sua participação na *joint venture* utilizando o método de consolidação proporcional. Portanto, combina sua parcela proporcional de cada ativo, passivo, receitas e despesas da *joint venture* com itens semelhantes – linha a linha – em suas informações contábeis consolidadas. As informações contábeis da *joint venture* são preparadas para o mesmo período adotado pela Companhia.

Demonstramos abaixo as principais linhas das informações contábeis condensadas da Bartira sociedade controlada em conjunto pela Companhia:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Ativo circulante	127.166	130.564
Ativo não circulante	59.752	60.258
Total do ativo	<u>186.918</u>	<u>190.822</u>
Passivo circulante	78.281	87.216
Passivo não circulante	653	1.177
Patrimônio líquido	107.984	102.429
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>186.918</u>	<u>190.822</u>
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Resultado:		
Receita líquida de vendas e prestação de serviços	120.649	118.839
Lucro antes do imposto de renda	7.180	1.389
Lucro líquido do período	5.555	767

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis

a) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia celebra o contrato. Quando reconhecidos, são registrados pelo valor justo, somado aos custos da transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre na data de cada balanço, de acordo com as regras estabelecidas para cada espécie de ativo ou passivo financeiro.

(i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia e incluídos no escopo da CPC 38 (IAS 39), são classificados como ativos financeiros mensurado pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos, recebíveis, instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* e investimentos mantidos até o vencimento. A Companhia define a classificação de seus ativos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os custos de transação, debitados ao resultado do período. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exijam entrega de ativos dentro de um prazo definido por regulamento ou convenção no mercado (negociações em condições normais) são reconhecidas na data da negociação, isto é, na data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a receber de partes relacionadas, depósitos judiciais e instrumentos financeiros derivativos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente

Os ativos são classificados em uma das categorias a seguir, conforme a finalidade para a qual foram adquiridos ou emitidos:

- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são mensurados pelo valor justo na data de cada balanço. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas. Os ativos financeiros são classificados como ativos financeiros pelo valor justo no resultado se adquiridos para fins de venda ou recompra a curto prazo, com alterações reconhecidas nas receitas ou despesas financeiras.
- Empréstimos e recebíveis: são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis não cotados em mercado ativo. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do período como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos; e
- Ativos e passivos financeiros mantidos até o vencimento: são ativos e passivos financeiros que não podem ser classificados como empréstimos e recebíveis, por serem cotados em um mercado ativo. Nesse caso, esses ativos financeiros são adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transferiu seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é reconhecido na medida da continuidade do envolvimento da Companhia nesse ativo.

Nesse caso, a Companhia reconhece também um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Perda do valor recuperável de ativos financeiros

Nas datas dos balanços, a Companhia verifica se há indícios de perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros. A perda do valor recuperável de um ativo ou grupo de ativos financeiros é considerada apenas (e tão somente) se houver evidências objetivas resultantes de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial do ativo ("evento de perda"), e caso referido evento venha a impactar os futuros fluxos de caixa estimados do ativo ou grupo de ativos financeiros, os quais podem ser estimados com segurança. As evidências de perda do valor recuperável podem incluir indícios de que os devedores (ou grupo de devedores) estão passando por dificuldades financeiras significativas, moratória ou inadimplência na amortização dos juros ou do principal, probabilidade de que entrem em processo de falência ou outro tipo de reorganização financeira e quando esses dados indicam queda mensurável nos fluxos de caixa futuros, tais como variações em juros moratórios ou condições econômicas que se correlacionam com inadimplementos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Perda do valor recuperável de ativos financeiros--Continuação

O valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se as perdas de crédito futuras não incorridas) descontados pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil do ativo é reduzido por meio do uso de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita de juros é registrada nas informações contábeis como parte das receitas financeiras.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do período consolidada. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do período.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Quanto aos ativos financeiros mantidos até o vencimento, a Companhia, em primeiro lugar, verifica se há evidências objetivas de perda do valor recuperável individualmente para os ativos financeiros que são individualmente significativos, ou coletivamente para os ativos que não são individualmente significativos. Caso a Companhia determine a inexistência de evidências objetivas de perda do valor recuperável de um ativo financeiro avaliado individualmente – seja esta perda significativa ou não –, a Companhia o classifica em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes, os quais são avaliados coletivamente. Os ativos avaliados individualmente quanto à perda do valor recuperável, ou para os quais a perda do valor recuperável é (ou continua a ser) reconhecida, não estão inclusos na avaliação coletiva da perda.

Caso haja evidência objetiva da ocorrência da perda do valor recuperável, o valor da respectiva perda é calculado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente do fluxo de caixa estimado (excluindo perdas de crédito estimadas e ainda não incorridas). O valor presente do fluxo de caixa estimado é descontado à taxa de juros original dos ativos financeiros. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, o desconto para mensurar eventuais perdas do valor recuperável será a taxa de juros efetiva à data presente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros mantidos até o vencimento--Continuação

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado do período. A receita financeira continua a ser acumulada sobre o valor contábil reduzido à taxa de juros utilizada para descontar fluxo de caixa futuro a fim de mensurar a perda do valor recuperável. Além disso, a receita de juros é contabilizada como parte do resultado financeiro na demonstração do resultado do período. Os empréstimos e recebíveis, juntamente com as respectivas provisões, são baixados quando não há perspectivas reais de recuperação futura, e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Caso, no exercício subsequente, a perda estimada do valor recuperável sofra alguma variação devido a um evento ocorrido após seu reconhecimento, um ajuste é efetuado na conta de provisão. Se uma baixa for recuperada posteriormente, ela é creditada às despesas financeiras na demonstração do resultado do período.

Contas a receber

As contas a receber são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou que possam ser apurados sem cotação em mercado ativo. Após mensuração inicial, esses ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado segundo o método de taxa efetiva de juros ("TEJ"), deduzindo a perda do valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando-se em consideração eventuais descontos ou prêmios sobre aquisição e tarifas ou custos que constituem o TEJ. A amortização TEJ está incluída no resultado financeiro líquido, na demonstração do resultado do período. As despesas decorrentes da perda do valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado do período.

A Companhia securitiza suas contas a receber por meio das sociedades de propósito específico, o PAFIDC e Globex FIDC (Vide nota explicativa 10).

As contas a receber oriundas de contratos comerciais decorrem de bônus e descontos concedidos por fornecedores, contratualmente estabelecidos e calculados sobre os volumes de compra, ações de *marketing*, reembolsos de custo de frete, dentre outras modalidades.

(ii) *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros no escopo do CPC 38 (IAS 39) são classificados como, empréstimos ou financiamentos ou instrumentos financeiros derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um relacionamento de *hedge* efetivo, conforme o caso. A companhia define a classificação de seus passivos financeiros quando do reconhecimento inicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, somados aos custos da operação diretamente atribuíveis.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, saldo negativo de contas bancárias, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos remunerados são posteriormente mensurados pelo custo amortizado adotando-se o método da taxa de juros efetiva. Os ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado do período quando da baixa dos passivos, bem como pelo processo de amortização segundo o método da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas informações contábeis, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

A nota explicativa 19 contém uma análise do valor justo dos instrumentos financeiros e detalhes adicionais sobre o modo como é mensurado.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Opções de venda outorgadas a acionistas não controladores

A classificação dos instrumentos de patrimônio e dos instrumentos de dívida emitidos pela Companhia depende das características específicas de cada instrumento. O instrumento é considerado um instrumento de patrimônio quando satisfeitas duas condições: (i) o instrumento não deve prever obrigação contratual de entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro para outra companhia, ou permuta de ativos ou passivos financeiros com outra companhia sob condições potencialmente desfavoráveis para a Companhia; e (ii) em caso de contrato que seja ou possa ser liquidado nos próprios instrumentos de dívida da Companhia, o instrumento tem de ser diferente de um derivativo que não preveja obrigação contratual de entrega de uma quantidade variável de instrumentos patrimoniais da própria Companhia ou um derivativo que deva ser liquidado mediante a troca de uma quantidade fixa de dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo de instrumentos patrimoniais representativos da própria Companhia.

Portanto, os instrumentos resgatáveis a critério da Companhia, cuja remuneração dependa do pagamento de dividendos, são classificados no patrimônio líquido.

Quando a Companhia detém uma participação societária presente nas ações sujeitas a um contrato de opção, nenhuma participação de acionistas não controladores é registrada e as ações sujeitas ao instrumento são contabilizadas como próprias. A política da Companhia é tratar qualquer obrigação associada ao instrumento como uma obrigação segundo o CPC 15 (IFRS 3) com alterações reconhecidas como contraprestação contingente contra ágio. As alterações nas obrigações associadas à passagem de tempo, como o fechamento de posição de uma taxa de desconto ou correção monetária, são reconhecidas como despesa financeira.

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio

Para reclassificar um instrumento de dívida e patrimônio, a Companhia deve efetuar a contabilização da forma a seguir especificada:

- reclassificar um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) como instrumento de dívida (passivo financeiro) a partir da data em que o instrumento deixar de apresentar todas as suas características e condições necessárias para suportar o seu reconhecimento. O passivo financeiro deve ser mensurado pelo valor justo do instrumento na data de reclassificação. A Companhia deve reconhecer no patrimônio líquido qualquer diferença entre o valor contábil do instrumento patrimonial e o valor justo do passivo financeiro na data da reclassificação; e

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*--Continuação

Reclassificação de instrumentos de dívida e patrimônio--Continuação

- reclassificar um instrumento de dívida como um instrumento de patrimônio (patrimônio líquido) a partir da data em que este apresentar todas as características e satisfizer as condições relativas ao seu reconhecimento, determinadas pelo CPC 39 (IAS 32). O instrumento de patrimônio deve ser mensurado pelo valor contábil do instrumento de dívida na data da reclassificação.

b) Contabilização de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do período.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para se determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os períodos dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

Para fins de contabilização de *hedge*, estes são classificados como *hedges* de valor justo quando protegem contra a exposição a alterações do valor justo de um ativo ou passivo reconhecido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

b) Contabilização de hedge--Continuação

Os *hedges* que satisfazem aos critérios de contabilização de *hedge* são contabilizados, para as transações mantidas pela Companhia, como *hedges* de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de taxa de juros é reconhecido como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrado como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do período;
- Com relação aos *hedges* de valor justo relacionados a itens contabilizados pelo custo amortizado, o ajuste ao valor contábil é amortizado no resultado ao longo do período restante até o vencimento. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que houver um ajuste, devendo sê-lo, no máximo, no momento em que o item protegido deixar de ser ajustado pelas alterações de seu valor justo atribuível ao risco protegido;
- Se o item protegido for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado do período; e
- No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dlxlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

c) Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o CPC 03 (IAS 7), o caixa e equivalentes de caixa compreendem ao caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas demonstrações financeiras.

d) Estoques

Os estoques são contabilizados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluídos os custos de armazenamento e manuseio, na medida que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas da Companhia, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

d) Estoques -- Continuação

Os estoques também são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, as quais são periodicamente analisadas e avaliadas quanto à sua adequação.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários circulantes, quando relevantes, e os ativos e passivos de longo prazo, são ajustados ao seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a respectiva taxa de juros, explícita ou implícita.

Os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a referidos ativos e passivos são ajustados para o apropriado reconhecimento em conformidade com o regime de competência. A constituição do ajuste a valor presente é registrada nas rubricas, sujeitas a aplicação da norma, e tem como contrapartida a rubrica "resultado financeiro".

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação ("*impairment test*") tem por objetivo apresentar de forma prudente o valor real líquido de realização de um ativo. Esta realização pode ser de forma direta ou indireta, respectivamente, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis ou intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência internas ou externas que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o valor justo do ativo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa (UGC), salvo se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização afim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente," exceção feita ao teste de recuperação de impostos diferidos", adotando-se uma taxa de desconto, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC"), antes dos impostos, que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do período em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida, "exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros", se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

g) Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de reposição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, a Companhia reconhece tais componentes como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do período conforme incorridos.

Categoria do ativos	Taxa média de depreciação anual em %
Edifícios	2,50%
Benfeitorias e melhorias	4,20%
Equipamentos de processamento de dados	10,00 a 50,00%
Instalações	4,20 a 10,00%
Móveis e utensílios	8,30 a 33,30%
Veículos	20,00%
Máquinas e equipamentos	2,80 a 50,00%
Decoração	20,00%

Itens do imobilizado, e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos (calculados como a diferença entre a receita da alienação e o valor contábil do ativo) são incluídos no resultado do período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis—Continuação

h) Custos de captação de empréstimos

Conforme CPC 20 (R1) - Custos de Empréstimos, os custos de captação de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos. Todos os demais custos de captação de empréstimos são lançados como despesas do período em que ocorrem. Os custos de captação de empréstimos compreendem os juros e demais custos em que a Companhia incorre em função da captação de recursos.

i) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são contabilizados pelo custo, deduzidas a amortização acumulada e as eventuais perdas por não recuperação acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do período quando incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente *software* adquirido de terceiros, *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de usos das lojas), lista de clientes, contratos vantajosos de aluguel, contratos vantajosos de fornecimento de móveis e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. Os ativos intangíveis de vida útil definida representado pelo contrato vantajoso de aluguel e contrato de fornecimento vantajoso de móveis são amortizados de acordo com os benefícios econômicos trazidos pelos contratos e submetidos a testes de recuperação quando há indícios de que o ativo intangível possa não ser recuperável. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento de cada exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças das premissas contábeis. As despesas de amortização com ativos intangíveis de vida útil definida são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício, na categoria correspondente à função do ativo intangível.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida, que é 10 anos.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis -- Continuação

i) Ativos intangíveis – Continuação

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento de cada exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas quando aplicável, resultantes do desconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício quando da baixa do ativo .

j) Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos diferidos) são classificados como “não circulantes”.

Todos os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como ativos ou passivos não circulantes, líquido por entidade consolidada.

k) Arrendamento mercantil

A definição de um acordo como arrendamento mercantil, ou contendo um arrendamento mercantil, baseia-se no teor do acordo em sua data inicial, isto é, se o cumprimento do acordo depende do uso de um ou mais ativos específicos ou se o acordo transfere um direito de uso do ativo.

A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos mercantil financeiro, que transferem para a Companhia substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios derivados da propriedade do item arrendado, são capitalizados quando do início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil, o que for menor. Os pagamentos de arrendamento mercantil são alocados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento mercantil, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado do período.

Os ativos arrendados são depreciados ao longo de sua vida útil. Porém, se não houver uma certeza razoável de que a Companhia obterá a titularidade quando do encerramento do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo do arrendamento mercantil, o que for menor.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

k) Arrendamento mercantil--Continuação

A Companhia como arrendatária - Continuação

Os contratos de arrendamento mercantil são classificados como arrendamento mercantil operacional quando não há transferência do risco e benefícios derivados da titularidade do item arrendado.

Os pagamentos das parcelas dos arrendamentos mercantis (com exceção dos custos dos serviços, tais como seguro e manutenção) classificados como contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesas, conforme sua competência, durante o prazo do arrendamento mercantil.

Os alugueis contingentes são reconhecidos como despesas nos períodos em que são auferidos.

A Companhia como arrendadora

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacional são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis contingentes são reconhecidos como receitas nos períodos em que são auferidos.

l) Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável de que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão – como, por exemplo, em virtude de um contrato de seguro – o reembolso é reconhecido como um ativo à parte, mas somente quando é praticamente certo. A despesa relacionada à eventual provisão é apresentada na demonstração do resultado do período, líquida do eventual reembolso.

m) Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos em lei. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

n) Receita antecipada

As receitas antecipadas são reconhecidas pela Companhia pela antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e reconhecidas ao resultado do período pela comprovação da prestação de serviço na venda dessas garantias junto aos parceiros comerciais.

o) Patrimônio líquido

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido.

Quando uma parte relacionada adquire ações do capital social da Companhia (ações em tesouraria), a remuneração paga, incluindo os eventuais custos incrementais diretamente atribuíveis, é deduzida do capital dos acionistas da Companhia, até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são posteriormente reemitidas, a eventual remuneração recebida, líquida dos eventuais custos da operação diretamente atribuíveis, é incluída no capital aos acionistas da Companhia. Não se reconhecem perdas ou ganhos resultantes da compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos representativos do capital da própria Companhia. As eventuais diferenças entre o valor contábil e a remuneração são reconhecidas como outras reservas de capital.

p) Pagamento baseado em ações

Os funcionários (incluindo executivos seniores da Companhia) recebem remuneração sob a forma de pagamento baseado em ações, segundo os quais os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

Nas situações em que são emitidos instrumentos patrimoniais e alguns dos bens ou serviços recebidos pela Companhia como contra-prestação não podem ser identificados especificamente, os bens ou serviços não identificados recebidos (ou a ser recebidos) são mensurados como a diferença entre o valor justo da operação de pagamento baseado em ações e o valor justo dos eventuais bens ou serviços identificáveis recebidos na data da outorga. Em seguida, o valor é capitalizado ou lançado como despesa, conforme o caso.

Operações liquidadas com ações

Quando qualquer parte relacionada compra ações da Companhia (ações em tesouraria), a consideração paga, incluindo qualquer custo diretamente atribuível é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando tais ações são subsequentemente reemitidas, qualquer consideração paga, líquida dos custos de transação atribuíveis, são incluídas no patrimônio líquido. Não há ganho ou perda reconhecidos na compra ou vendas na emissão ou cancelamento dos instrumentos de capital. Qualquer diferença entre o valor de livros e a consideração paga, é registrada como reserva de capital.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

p) Pagamento baseado em ações--Continuação

Operações liquidadas com ações--Continuação

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do período no qual as condições de performance e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

A despesa ou receita referente a cada período representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do período. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completarão o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente de ser satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação que eleve o valor justo total da operação de pagamento baseado em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esta é tratada como se fosse totalmente adquirida na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas referentes ao prêmio, reconhecidas imediatamente ao resultado do período. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e designada como outorgas substitutas na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano é tratado como se fosse uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação (Vide nota explicativa 25).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

q) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações de cada categoria em circulação durante o período, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado conforme segue:

- *numerador*: lucro do período; e
- *denominador*: número de ações de cada categoria ajustado de modo a incluir as possíveis ações correspondentes a instrumentos dilutivos (opções de ações), deduzido o número de ações que poderiam ser recompradas no mercado, conforme o caso.

Os instrumentos de patrimônio que devam ou possam ser liquidados com ações da Companhia somente são incluídos no cálculo quando sua liquidação tiver impacto dilutivo sobre o lucro por ação.

r) Apuração do lucro líquido

As receitas são reconhecidas na medida em que for provável que a Companhia receberá benefícios econômicos e é possível mensurar as receitas de forma confiável. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se os descontos, abatimentos e impostos ou taxas sobre vendas. A Companhia avalia seus contratos geradores de receitas segundo critérios específicos para determinar se atua na qualidade de principal ou de agente. A Companhia concluiu que atua na qualidade de principal em todos os seus contratos geradores de receitas, salvo os que se referem a garantias estendidas e intermediação na venda de apólice de seguros. Nesse caso especificamente, a Companhia atua como agente, sendo a receita reconhecida numa base líquida, que reflete a comissão recebida das seguradoras. Além disso, devem ser satisfeitos os critérios de reconhecimento específicos a seguir para que as receitas sejam reconhecidas:

(i) *Receita*

a) Vendas de mercadorias

As receitas são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de mercadorias e serviços. As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

r) Apuração do lucro líquido--Continuação

(i) Receita --Continuação

b) Receita de juros

Registra-se uma receita ou despesa de juros referente a todos os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do período.

(ii) Custo das mercadorias vendidas

O custo das mercadorias vendidas compreende o custo das aquisições líquido dos descontos e bonificações recebidos de fornecedores, variações nos estoques e custos de logística.

A bonificação recebida de fornecedores é mensurada com base nos contratos e acordos assinados com os mesmos.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

(iii) Despesas de vendas

As despesas de venda compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, etc.

(iv) Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, TI e funções financeiras.

(v) Outras despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ocorridos durante o período que não se enquadrem na definição das demais rubricas da demonstração do resultado do período, adotada pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Tributação

(vi) *Resultado financeiro*

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pela securitização de recebíveis durante o período, compensadas com os juros capitalizados, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro, bem como ajustes referentes a descontos.

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, os ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo, os descontos em compras obtidos de fornecedores e receitas referentes a descontos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, referentes ao período atual e a períodos anteriores, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, nas datas dos balanços.

A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15%, sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R\$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9%, no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, nas datas dos balanços, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referente a todas as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável contra o qual se possa deduzir as diferenças temporárias e prejuízos fiscais não utilizados, exceto quando o imposto de renda e contribuição social diferido ativo referente à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos referente a todas as diferenças temporárias tributáveis, exceto quando o passivo fiscal diferido resultar do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

Com relação às diferenças temporárias dedutíveis associadas a investimentos em subsidiárias e associadas, são reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos somente na medida em que seja provável que as diferenças temporárias serão revertidas em um futuro previsível e que haverá um lucro tributável contra o qual se possa utilizar as diferenças temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são revisados na data de cada balanço e reduzido na medida em que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos na medida em que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados segundo as alíquotas previstas para ser aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado, com base nas alíquotas (e leis tributárias) em vigor ou substancialmente em vigor nas datas dos balanços.

Impostos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma companhia contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Outros impostos

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), ao Imposto sobre Serviços ("ISS"), à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), segundo as alíquotas vigentes em cada região, e são apresentadas como deduções das vendas no resultado do período.

Os valores a recuperar derivados do ICMS, PIS e COFINS não cumulativos são deduzidos do custo das mercadorias vendidas.

Os impostos a recuperar ou impostos pagos antecipadamente estão demonstrados no ativo e passivo circulante e não circulante, de acordo com o momento previsto de sua realização.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

s) Tributação--Continuação

Impostos sobre vendas

As receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos do valor do imposto sobre vendas, exceto:

- Quando o imposto sobre vendas incidente sobre uma compra de ativos ou serviços não é recuperável junto à autoridade fiscal – nesse caso, o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou como parte do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar demonstrados com o valor do imposto sobre vendas incluído. O valor líquido do imposto sobre vendas a recuperar ou a pagar à autoridade fiscal está incluído como parte dos valores a receber ou a pagar nos balanços patrimoniais.

t) Combinações de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas usando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado como a soma entre a contraprestação transferida, mensurada ao valor justo na data da aquisição, e o montante remanescente de participação dos acionistas não controladores na empresa adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente mensura a participação dos acionistas não controladores na adquirida a valor justo ou pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida. Os custos de aquisição incorridos são tratados como despesa e incluídos nas despesas administrativas.

Quando a Companhia adquire um negócio, ela avalia os ativos e passivos financeiros assumidos para a apropriada classificação e designação segundo os termos contratuais, circunstâncias econômicas e condições pertinentes na data da aquisição. Isso inclui a separação dos derivativos embutidos em contratos pela empresa adquirida.

Caso a combinação de negócios seja efetuada em estágios, o valor justo na data da aquisição da participação detida anteriormente pelo adquirente na adquirida é reajustado ao valor justo na data da aquisição por meio do resultado.

Qualquer pagamento contingente a ser transferido pelo adquirente será reconhecido ao valor justo na data da aquisição. Mudanças subsequentes no valor justo do pagamento contingente considerado como um ativo ou passivo serão reconhecidas segundo o CPC 38 (IAS 39) por meio do resultado ou como uma alteração nos outros resultados abrangentes. Caso o pagamento contingente seja classificado como patrimônio, não será reajustado até que seja finalmente liquidado dentro do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

t) Combinações de negócios e ágio--Continuação

O ágio é inicialmente mensurado ao custo, sendo o excedente entre a contraprestação transferida e o montante reconhecido de participação dos acionistas não controladores sobre os ativos adquiridos e os passivos assumidos. Caso esse pagamento seja menor que o valor justo dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida no resultado como ganho por compra vantajosa.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado ao custo, deduzidas eventuais perdas por não recuperação. Para fins de teste de perda do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, desde a data da aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que devem beneficiar-se da combinação de negócio realizada, independentemente se outros ativos ou passivos da adquirida serão atribuídos a essas unidades.

Em casos nos quais o ágio faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte da operação dentro dessa unidade é vendida, o ágio associado à operação vendida é incluído no montante contábil da operação na determinação do lucro ou prejuízo auferido com a venda da operação. O ágio assim disposto é mensurado com base nos valores relativos da operação vendida e da parte da unidade geradora de caixa que foi mantida.

u) Plano de pensão

O plano de pensão é custeado por meio de pagamentos a seguradoras, sendo classificado como plano de contribuição definida de acordo com o CPC 33 (IAS 19). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão no qual a Companhia paga contribuições fixas para uma pessoa jurídica distinta. A Companhia não tem qualquer obrigação legal ou construtiva de efetuar contribuições adicionais se o fundo não dispuser de ativos suficientes para pagar a todos os funcionários os benefícios referentes ao tempo de serviço no período atual e nos exercícios anteriores.

v) Programas de fidelidade de cliente

São utilizados pela Companhia para fornecer incentivos aos seus clientes na venda de produtos ou serviços. Se o cliente compra produtos ou serviços, a Companhia concede créditos aos mesmos. O cliente pode resgatar os créditos sem custo, na forma de desconto no valor dos produtos ou serviços.

A Companhia estima o valor justo dos pontos concedidos segundo o plano de fidelidade "Programa Mais", aplicando técnicas estatísticas, considerando os prazos de vencimentos do plano definidos no regulamento.

y) Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações contábeis individuais e

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

4. Principais políticas contábeis--Continuação

y) Demonstração do valor adicionado-- Continuação

consolidadas intermediárias, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, às outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes

Não há CPCs publicados ainda não vigentes, porém há normas IFRS publicadas para as quais ainda não há alteração nos CPCs vigentes, porém espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas IFRS publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as informações contábeis da Companhia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas - O IFRS 10 substitui o SIC 12 e IAS 27 e se aplica às demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. A norma inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: a) poder sobre uma investida; b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 11 – Joint Ventures - O IFRS 11 substitui o SIC 13 e IAS 31 e se aplica às entidades controladas em conjunto. De acordo com a norma, os acordos de participação são classificados como operações conjuntas ou *joint ventures*, conforme os direitos e obrigações das partes dos acordos. As *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, podem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de contabilização proporcional. A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

IFRS 12 – Divulgação da participação em outras entidades - O IFRS 12 trata da divulgação de participação em outras entidades, cujo objetivo é possibilitar que os usuários conheçam os riscos, a natureza e os efeitos sobre as demonstrações financeiras dessa participação. A norma passa a vigorar para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

5. Normas publicadas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 13 – Mensuração do valor justo - O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma passa a vigorar por períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013.

O IASB emitiu esclarecimentos para as normas e emendas de IFRS para aplicação após 31 de março de 2012. Abaixo elencamos as principais emendas:

- IAS 1 – Apresentação de demonstrações financeiras – Apresentação de itens de “Outros resultados abrangentes”;
- IAS 12 – Impostos sobre a renda – Esclarece a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduce a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades para investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS40 – Propriedade para investimento, deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda;
- IAS 19 – Benefícios aos empregados – Engloba desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação;
- IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e individuais – Como consequência da aplicação futura das IFRS 10 e 12, o que permanece na norma restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto e associadas em demonstrações financeiras em separado;
- IAS 28 – Investimentos em coligadas – Como consequência da aplicação futura das IFRS 11 e 12, a norma passa a ser IAS28 – Investimentos em Associadas, *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimento em *joint ventures*, além do investimento em associadas; e
- IAS 32 – Instrumentos financeiros: Apresentação – Esclarece alguns requisitos por compensação de ativos e passivos financeiros no balanço.

A Companhia aprofundará seus estudos na adoção desses pronunciamentos e interpretações, entretanto não espera efeitos significativos em suas informações contábeis individuais e consolidadas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas

Julgamentos

A elaboração das informações contábeis individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidência dos passivos contingentes no encerramento do período. Porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais do valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou os seguintes julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis individuais e consolidadas:

- a) *Compromissos de arrendamento mercantil financeiro – A Companhia como arrendatária*

A Companhia celebrou contratos de locação de imóveis comerciais em sua carteira de imóveis arrendados e com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que retém a totalidade dos riscos e recompensas significativos da propriedade desses imóveis e contabilizou os contratos como arrendamento mercantil financeiro.

- b) *Redução ao valor recuperável- “Impairment”*

Conforme método divulgado na nota explicativa 4 (f) a Companhia avaliou se havia indícios de ativos que poderiam não ser recuperáveis e no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não foi identificado indícios ou fatos que justificassem uma nova avaliação.

Estimativas e premissas

- a) *Impostos sobre a renda*

Em virtude da natureza e complexidade dos negócios da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis, para as possíveis conseqüências de inspeções das autoridades fiscais dos respectivos países em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela companhia contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem referir-se a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva companhia.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

a) *Impostos sobre a renda* -- Continuação

São reconhecidos o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os prejuízos possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige um grau significativo de julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro futuro real, baseados no plano anual de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.

Os prejuízos fiscais da Companhia totalizam um benefício fiscal de R\$859.164 em 31 de março de 2012 (R\$764.524 em 31 de dezembro de 2011). Esses prejuízos não têm prazo prescricional e referem-se a subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

A nota explicativa 21 fornece outros detalhes sobre impostos.

b) *Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros*

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas informações contábeis é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo CPC 38 (IAS 39), a quem determina certas técnicas de avaliação, entre as quais o modelo do fluxo de caixa descontado. As informações para esses modelos são obtidos, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado, nas datas dos balanços, sem dedução dos custos da operação. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros registrados no balanço patrimonial não pode ser observado em mercados ativos, eles são determinados usando técnicas de valorização, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As informações desses modelos são extraídas do mercado quando possível. Quando tais informações não são possíveis, julgamento é requerido na determinação do valor justo. O julgamento inclui considerações dos *inputs* tais como: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo dos instrumentos financeiros.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

6. Principais julgamentos contábeis, estimativas e premissas--Continuação

c) Pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo das transações com empregados liquidadas com ações com base no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento baseado em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes. As premissas e modelos adotados na estimativa do valor justo referente às operações de pagamento com base em ações estão evidenciados na nota explicativa 25.

d) Perda do valor recuperável do ágio

A Companhia testa anualmente se os ágios sofreram alguma perda de acordo com a política contábil descrita na nota explicativa 4 e o CPC 1 (IAS 36). Os valores de recuperação das unidades geradoras de caixa foram apurados na preparação das demonstrações financeiras anuais, com base em cálculos do valor recuperável e cotações de mercado e não foram identificados ajustes.

7. Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de março de 2012 eram remuneradas principalmente pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

	Taxa ¹	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e contas bancárias		97.641	144.507	316.802	522.293
<u>Aplicações financeiras:</u>					
	98,7% do CDI e				
Itaú BBA	Selic	350.337	549.678	812.321	879.271
Itaú – Fundo Delta	101,1%	374.588	1.069.170	1.270.846	1.738.612
Banco do Brasil	101,3%	610.689	400.167	843.601	631.620
Bradesco	100,6%	1	118.051	74.598	852.181
Santander	102,0%	100.099	3.080	101.095	110.996
CEF	98,7%	2.881	2.812	3.881	2.812
Votorantim	103,8%	2.697	2.640	6.411	7.433
Safra	101,2%	89.980	1.826	303.058	156.305
Outros	26,6%	2.498	36.852	13.198	68.432
		1.631.411	2.328.783	3.745.811	4.969.955

¹Taxa média do CDI

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Administradoras de cartões de crédito (a)	125.422	144.227	341.216	429.697
Administradoras de cartões de débito (b)	-	-	22.727	29.314
Tickets de vendas e outros	75.044	92.810	107.424	136.454
Financiamento ao consumidor (c)	-	-	1.981.845	1.959.768
Financiamento ao consumidor – Bradesco (c.1)	-	-	6.427	25.606
Vendas a crédito - cheques pré-datados	835	984	3.833	4.010
Contas a receber de clientes do negócio atacado	-	-	6.758	49.106
Contas a receber – FIDCs (d)	-	-	2.363.639	2.558.726
Ajuste a valor presente (e)	-	-	(8.516)	(10.823)
Cartão de crédito própria - parcelamento sem juros	17.359	19.214	17.359	19.214
Provisão crédito de liquidação duvidosa (f)	-	-	(194.714)	(210.970)
Contas a receber de fornecedores (h)	284.452	336.545	391.741	447.398
Contas a receber de partes relacionadas	169.841	197.758	-	-
Circulante	672.953	791.538	5.039.739	5.437.500
Contas a receber – Paes Mendonça (g)	-	-	448.405	445.056
Financiamento ao consumidor	-	-	101.268	117.783
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (f)	-	-	(6.365)	(6.998)
Não circulante	-	-	543.308	555.841
	672.953	791.538	5.583.047	5.993.341

a) Administradoras de cartão de crédito

As vendas por cartão de crédito são recebíveis das empresas de cartões de crédito. Nas subsidiárias Via Varejo, NCB e Nova Pontocom, os recebíveis de cartões de crédito referentes à venda de eletrodomésticos vencem em parcelas de até 18 meses, sendo que tais recebíveis de cartões de crédito são descontados com bancos ou administradoras de cartões de crédito para obter capital de giro.

b) Administradora de cartões de débito

As vendas por cartão de débito são recebíveis de cartões de débito referentes à venda de eletrodomésticos e móveis nas lojas da Via Varejo e sua subsidiária NCB, cujos recursos são disponibilizados no dia posterior (D+1) após a realização da venda por cartão de débito.

c) Financiamento ao consumidor

Correspondem aos financiamentos por crédito direto ao consumidor por interveniência (CDCI) que podem ser parcelados em até 24 meses, principalmente na subsidiária NCB.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

c) Financiamento ao consumidor -- Continuação

A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (Vide nota explicativa 18).

c.1) Financiamento ao consumidor – Banco Bradesco

Até novembro de 2010, a subsidiária NCB mantinha um acordo operacional com o Banco Bradesco (“Bradesco”), por intermédio de sua subsidiária Finasa, para a concessão de financiamento aos seus clientes com o objetivo de viabilizar a aquisição de mercadoria em suas lojas. Em decorrência dos financiamentos concedidos aos clientes, a NCB recebia o valor principal financiado pelo Bradesco no primeiro dia útil seguinte a data da venda.

Neste acordo, a NCB é responsável pela cobrança extrajudicial dos clientes inadimplentes, arcando com os correspondentes custos. Passados 45 dias do vencimento inicial das parcelas inadimplentes, a NCB adquire o crédito mediante cessão. Neste contexto, conforme requerimentos determinados no CPC 38 (IAS 39) – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, os riscos e benefícios atrelados ao contas a receber cedido ao Bradesco não são substancialmente transferidos a contraparte, sendo este reconhecido no balanço patrimonial da NCB, com contrapartida à rubrica “Empréstimos e Financiamentos”.

O saldo em aberto desses recebíveis de responsabilidade da NCB em 31 de março de 2012 era de R\$6.427 (R\$25.606 em 31 de dezembro de 2011).

d) Contas a receber - FIDCs

A Companhia e suas subsidiárias realizam operações de securitização de seus direitos creditórios representados substancialmente por vendas a crédito com tickets e contas a receber de administradoras de cartões de crédito, com PAFIDC e Globex FIDC. O volume de operações foi de R\$2.477.888 em 31 de março de 2012 (R\$ 2.390.481 em 31 março de 2011), para o PAFIDC e R\$837.737 em 31 de março de 2012 (R\$ 870.172 em 31 de março de 2011) para o Globex FIDC, nos quais foram retidas a responsabilidade de prestação de serviços e participação subordinada. Os custos consolidados na securitização desses títulos em 31 de março de 2012 foram de R\$24.345 (R\$ 41.488 em 31 de março de 2011) para o PAFIDC e R\$30.653 (R\$ 32.299 em 31 de março de 2011) para a Globex FIDC, reconhecidos como despesas financeiras no resultado do período.

A prestação de serviços, que não é remunerada, inclui a análise de crédito e assistência pelo departamento de cobrança ao administrador do fundo.

Os saldos em aberto desses recebíveis no PAFIDC e Globex FIDC em 31 de março de 2012 foi de R\$2.363.639 (R\$2.558.726 em 31 de dezembro de 2011), líquidos de provisão para perdas.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

8. Contas a receber -- Continuação

e) Ajuste a valor presente

A taxa de desconto utilizada pela subsidiária NCB considera as atuais avaliações de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o ativo. As operações de vendas a prazo com o mesmo valor à vista foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, adotando a taxa média mensal das operações de antecipação de recebíveis junto às administradoras de cartão de crédito. No período de três meses findo em 31 de março de 2012 essas taxas ficaram em média de 0,87% (0,97% em 31 de dezembro de 2011).

f) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidações duvidosas baseia-se na média histórica de perdas complementada pelas estimativas das perdas futuras prováveis da Companhia:

		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011
No início do período		(217.968)	(180.964)
Provisão para devedores duvidosos		(58.387)	(268.902)
Recuperações e baixas de provisões		75.276	231.898
No final do período		(201.079)	(217.968)
Circulante		(194.714)	(210.970)
Não circulante		(6.365)	(6.998)

		Títulos vencidos					
		Total	A vencer	<30 dias	30-60 dias	61-90 dias	>90 dias
31.03.2012	5.583.047	5.433.346	86.144	29.985	29.284	4.288	
31.12.2011	5.993.341	5.818.401	109.509	31.935	20.776	12.720	

g) Contas a receber – Paes Mendonça

As contas a receber do Paes Mendonça referem-se a valores derivados do pagamento de passivos de terceiros pelas subsidiárias Novasoc e Sendas. Segundo disposições contratuais, essas contas a receber são corrigidas monetariamente (IGPM) e garantidas por direitos de locação comercial “Fundo de Comercio” de certas lojas atualmente operadas pela Companhia, pela Novasoc e pela Sendas. O vencimento das contas a receber está vinculado aos contratos de arrendamento.

h) Contas a receber de fornecedores

As contas a receber de fornecedores incluem bonificação e descontos obtidos de fornecedores. Esses valores são definidos em contrato ou acordos e incluem valores referentes a descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

9. Outras Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Contas a receber referente venda de ativo imobilizado	-	-	66.377	50.423
Publicidade cooperada com fornecedores	-	-	46.238	50.617
Adiantamentos a fornecedores	17.667	17.958	36.994	21.345
Contas a receber relativo a créditos não homologados	47.305	41.674	96.149	86.252
Sinistros a receber	1.670	248	16.102	49.927
Contas a receber serviços prestados	3.491	3.491	3.982	4.706
Aluguéis a receber	6.795	8.905	10.812	13.462
Outros contas a receber - PAFIDC	-	-	17.272	46.466
Empréstimos a funcionários	-	-	3.271	11.925
Supermercado Boa Esperança	8.393	8.393	8.393	8.393
Cyrela Empreendimentos	-	-	14.000	14.000
Outros	3.648	6.198	27.147	28.949
	88.969	86.867	346.737	386.465
Circulante	38.718	40.131	234.895	279.453
Não circulante	50.251	46.736	111.842	107.013

10. Fundos de securitização de recebíveis

a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar

O PAFIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes, exceto recebíveis de crediário e cheques pré-datados. O fundo tem prazo de duração definida, encerrando-se em 07 de dezembro de 2012.

A estrutura de capital do fundo em 31 de março de 2012 é composta por 10.295 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.167.425 (R\$1.235.901, em 31 de dezembro de 2011), representando 89,23% do patrimônio do fundo (89,90% em 31 de dezembro de 2011) e 2.864 quotas subordinadas (idem em 31 de dezembro de 2011) detidas pela Companhia e subsidiárias no valor de R\$140.864, representando 10,77% do patrimônio do fundo (10,10% em 31 de dezembro de 2011).

As quotas subordinadas foram atribuídas à Companhia, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$126.109 em 31 de março de 2012 (R\$124.276 em 31 de dezembro de 2011). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis -- Continuação

a) Fundo de Securitização de Recebíveis – Pão de Açúcar -- Continuação

A taxa de juros das quotas seniores está demonstrada a seguir:

Quotistas	Quantidade	31.03.2012		31.12.2011	
		Taxa CDI	Saldo a resgatar	Taxa CDI	Saldo a resgatar
Seniores A	5.826	108,0%	677.492	108,0%	758.660
Seniores B	4.300	108,0%	213.135	108,0%	207.614
Seniores C	169	108,0%	276.798	108,0%	269.627
			1.167.425		1.235.901

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A Companhia resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do prazo do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da Companhia em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a Companhia e o PAFIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

b) Fundo de Securitização de Recebíveis– Globex FIDC

O Globex FIDC é um fundo de securitização de recebíveis constituído para fins de aquisição das contas a receber de clientes da Via Varejo e de suas subsidiárias, NCB e Nova Pontocom, (principalmente de cartão de crédito), resultantes de vendas de produtos e serviços a seus clientes. O fundo foi constituído em 26 de maio de 2010 e tem prazo de duração definida, encerrando-se em 11 de novembro de 2013.

A estrutura de capital do fundo em 31 de março de 2012 é composta de 11.666 quotas seniores detidas por terceiros no valor de R\$1.215.949 (R\$1.184.522 em 31 de dezembro de 2011), representando 85,13% do patrimônio do fundo (85,00% em 31 de dezembro de 2011), e 1.910 quotas subordinadas (idem quotas em 31 de dezembro de 2011), detidas pela Companhia e suas subsidiárias, no valor de R\$212.392 (R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011), representando 14,87% do patrimônio do fundo (15% em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

10. Fundos de securitização de recebíveis -- Continuação

b) Fundo de Securitização de Recebíveis – Globex FIDC -- Continuação

As quotas subordinadas foram atribuídas à Via Varejo, e estão registradas no ativo não circulante, como participação no fundo de securitização, com saldo de R\$212.392 em 31 de março de 2012 (R\$209.068 em 31 de dezembro de 2011). A participação retida em quotas subordinadas representa a exposição máxima à perda das transações de securitização.

As taxas de juros das quotas seniores estão demonstradas abaixo:

Quotista	Quantidade	31.03.2012		31.12.2011	
		Taxa do CDI	Saldo a resgatar	Taxa do CDI	Saldo a resgatar
Sênior - 1ª série	11.666	107,75%	1.215.949	107,75%	1.184.522

As quotas subordinadas são nominativas e intransferíveis e foram emitidas em uma única série. A controlada Via Varejo resgatará as quotas subordinadas somente após o resgate das quotas seniores ou quando do encerramento do fundo. Uma vez remuneradas as quotas seniores, as quotas subordinadas receberão o saldo do patrimônio líquido do fundo depois de absorvidas as eventuais perdas nos recebíveis transferidos e eventuais perdas atribuídas ao fundo. Seu valor de resgate está sujeito aos riscos de crédito, pagamento antecipado e taxa de juros dos ativos financeiros transferidos.

Os detentores das quotas seniores não têm direito de regresso contra os demais ativos da controlada Via Varejo em caso de inadimplência dos valores devidos pelos clientes. Conforme definido no contrato entre a controlada Via Varejo e o Globex FIDC, a transferência dos recebíveis é irrevogável, irretroativa e definitiva.

11. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Lojas	1.156.046	1.172.026	3.253.790	3.489.429
Centrais de distribuição	812.225	796.600	2.108.359	2.292.939
Bonificações em estoques	(45.838)	(46.908)	(108.273)	(130.303)
Provisão para obsolescência/quebras	(4.363)	(6.780)	(51.273)	(75.757)
Ajuste a valor presente	-	-	(24.627)	(23.539)
	1.918.070	1.914.938	5.177.976	5.552.769

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

11. Estoques -- Continuação

A Companhia apropria ao resultado do período as bonificações recebidas de fornecedores na medida em que o estoque que deu origem a bonificação se realiza. As bonificações em estoque na Controladora recebidas e não realizadas totalizam R\$45.838 em 31 de março de 2012 (R\$46.908 em 31 de dezembro de 2011), no Consolidado R\$108.273 (R\$130.303 em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de março de 2012 a Companhia efetuou provisões para obsolescência (baixo giro) e quebras de estoque totalizando R\$4.363 (R\$6.780 em 31 de dezembro de 2011) e R\$51.273 (R\$75.757 em 31 de dezembro de 2011) na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

O ajuste a valor presente dos estoques refere-se à contrapartida do ajuste a valor presente de fornecedores da subsidiária indireta NCB.

12. Impostos a recuperar

Os saldos de impostos a recuperar referem-se a créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS") e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Imposto sobre vendas	190.443	176.986	638.370	434.530
ICMS a recuperar (a)	183.285	169.829	472.982	262.242
PIS/COFINS a recuperar	7.158	7.157	165.388	172.288
Imposto de renda	87.326	110.532	180.505	250.690
Aplicação financeira	39.904	63.479	89.686	96.210
Outros	47.422	47.053	90.819	154.480
Outros	115.791	126.203	212.800	222.482
ICMS a recuperar sobre imobilizado	11.255	10.594	52.607	52.733
INSS	-	-	46.279	43.497
ICMS substituição tributária (a)	101.831	93.741	102.775	94.291
Outros	3.288	22.469	12.243	33.201
Ajuste a valor presente	(583)	(601)	(1.104)	(1.240)
Circulante	393.560	413.721	1.031.675	907.702
Imposto sobre vendas	-	-	678.456	687.925
ICMS a recuperar (a)	-	-	678.456	677.095
PIS/COFINS a recuperar	-	-	-	10.830
Outros	25.169	24.526	42.678	42.073
ICMS a recuperar sobre imobilizado	33.765	31.781	55.865	55.306
Ajuste a valor presente	(8.596)	(7.255)	(13.187)	(13.233)
Não circulante	25.169	24.526	721.134	729.998
	418.729	438.247	1.752.809	1.637.700

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

12. Impostos a recuperar -- continuação

(a) A realização do ICMS total desse valor nos próximos cinco anos ocorrerá conforme indicado a seguir:

<u>Em 31.03.2012</u>	<u>Consolidado</u>
2012	575.757
2013	455.717
2014	161.463
2015	21.927
2016	39.349
	1.254.213

A Administração da subsidiária Via Varejo preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ICMS, considerando a expectativa futura de compensação de débitos oriundos das operações da Via Varejo e subsidiárias, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

13. Partes relacionadasa) Vendas, compras de mercadorias e serviços

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<u>Clientes</u>				
Novasoc Comercial	38.347	42.232	-	-
Sé Supermercados	82.267	91.146	-	-
Sendas Distribuidora	45.060	57.312	-	-
Barcelona	1.765	5.137	-	-
Xantocarpa	-	1	-	-
Via Varejo	1.587	1.176	-	-
Nova PontoCom	815	754	-	-
	169.841	197.758	-	-
<u>Fornecedores</u>				
Novasoc Comercial	6.803	8.482	-	-
Sé Supermercados	3.167	4.662	-	-
Sendas Distribuidora	7.262	17.984	-	-
Barcelona	1.954	1.923	-	-
Xantocarpa	428	1.530	-	-
FIC	7.137	8.574	8.993	10.679
Via Varejo	823	1.721	-	-
Industria de Móveis Bartira Ltda.	-	-	52.376	58.158
Nova PontoCom	813	1.148	-	-
Globalbev bebidas e alimentos	1.945	2.586	2.539	3.012
Bravo Café	228	231	228	231
Fazenda da Toca Ltda	275	222	310	254
Restaurante FNH Ltda	-	4	-	4
Axialent	42	307	42	310
	30.877	49.374	64.488	72.648

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas -- Continuaçãoa) Vendas, compras de mercadorias e serviços-- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
<u>Vendas</u>				
Novasoc Comercial	86.158	77.915	-	-
Sé Supermercados	199.044	185.164	-	-
Sendas Distribuidora	90.551	67.950	-	-
Barcelona	616	533	-	-
Via Varejo	-	4	-	-
Nova PontoCom	-	7.349	-	-
Nova Casa Bahia	5	-	-	-
	376.374	338.915	-	-
<u>Compras</u>				
Novasoc Comercial	1.664	876	-	-
Sé Supermercados	2.817	4.676	-	-
Sendas Distribuidora	7.559	5.970	-	-
Industria de Móveis Bartira Ltda.	-	-	89.702	355.379
Globalbev bebidas e alimentos	3.167	2.791	4.181	3.627
Bravo Café	376	336	376	336
Sykué Geração de energia Ltda (vii)	2.488	920	3.666	920
Fazenda da Toca Ltda	1.155	214	1.286	214
E-HUB Cons. Part. e Com. S.A.	229	247	229	247
	19.455	16.030	99.440	360.723

As transações com partes relacionadas, conforme acima apresentadas, são realizadas a custo e são eliminadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuaçãob) Outras operações

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<u>Ativo</u>				
Novasoc Comercial (x)	28.208	18.994	-	-
Sé Supermercados (x)	68.263	40.313	-	-
Casino (i)	7.599	7.898	7.599	7.898
FIC (iv)	-	-	3.493	3.634
Sendas Distribuidora (x)	965.580	889.455	-	-
Xantocarpa	19.825	18.698	-	-
Barcelona (x)	101.158	88.030	-	-
Vedra	20	20	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	64.250	55.243
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	-	132	169
Nova PontoCom	167.546	15.059	-	-
Vancouver	3.470	3.183	-	-
Administradores da Nova Pontocom (vi)	35.049	34.209	35.049	34.209
Nova Casa Bahia	416	5	-	-
Audax SP (xi)	22.133	20.746	22.133	20.728
Audax Rio (xi)	-	-	9.516	9.378
Outros (ix)	9.550	6.421	9.557	2.325
	1.428.817	1.143.031	151.729	133.584
<u>Passivo</u>				
Fundo Península (ii)	12.514	15.256	12.514	15.772
Via Varejo(xii)	146.632	153.212	-	-
FIC (iv)	6.307	7.900	7.502	11.764
P.A. Publicidade	9.500	7.601	-	-
Nova Pontocom	-	959	-	-
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	12.105	342
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	-	-	52.376	58.158
Outros (ix)	3.386	3.344	3.385	-
	178.339	188.272	87.882	86.036

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

b) Outras operações -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Receitas (Despesas) do resultado				
Novasoc Comercial (x)	2.140	2.116	-	-
Sé Supermercados (x)	5.338	5.406	-	-
Sendas Distribuidora (x)	7.859	14.022	-	-
Casino (i)	(1.334)	(1.248)	(1.334)	(1.248)
Fundo Península (ii)	(35.891)	(34.195)	(35.891)	(35.793)
Família Diniz (iii)	(4.592)	(3.948)	(4.592)	(4.252)
Sendas S.A.	-	-	-	(10.089)
Globex Adm de Consórcio Ltda.	-	-	-	11.878
Sykué Consultoria em Energia Lt. (viii)	(155)	198	(332)	198
Casa Bahia Comercial Ltda. (v)	-	-	(36.592)	(33.708)
Industria de Móveis Bartira Ltda.	-	-	(230)	-
FIC (iv)	(399)	-	(850)	1.338
Axialent	(569)	(186)	(569)	(186)
Outros (ix)	(2.102)	(2.101)	(2.101)	(2.100)
	(29.705)	(19.936)	(82.491)	(73.962)

- i. *Casino*: Contrato de Assistência Técnica, assinado entre a Companhia e o Casino em 21 de julho de 2005, pelo pagamento anual de US\$ 2.727 mil, permite-se a transferência de *know-how* no âmbito administrativo e financeiro. O contrato é válido por 7 anos, com renovação automática por prazo indeterminado. Este contrato foi aprovado na Assembléia Geral Extraordinária ocorrida em 16 de agosto de 2005.
- ii. *Fundo Península*: 59 contratos de locação de imóveis com a Companhia, 1 imóvel com a Novasoc, 1 imóvel com a Sé e 1 imóvel com a Barcelona.
- iii. *Família Diniz*: Locação de 15 imóveis para a Companhia e 2 imóveis para a Sendas Distribuidora.
- iv. *FIC*: O impacto na demonstração do resultado relativa ao Banco Investcred representa: (i) reembolso das despesas oriundas do contrato de infra-estrutura, tais como: despesas relativas à folha de pagamento de operadores de caixa e comissões pela venda de produtos financeiros; (ii) despesas financeiras relativas ao desconto de recebíveis (chamados "desconto financeiro"), e (iii) receitas de aluguel de imóveis.
- v. *Casa Bahia Comercial Ltda.*: Companhia possui um contas a receber referente ao "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo, GPA e Casa Bahia Comercial, que garante a Via Varejo o direito de indenização, por GPA, de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010.

Adicionalmente, a Companhia e sua subsidiária NCB tem contratos de aluguel de centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os Administradores de Casa Bahia Comercial Ltda.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

b) Outras operações--Continuação

- vi. *Administradores da Nova Pontocom* : Em novembro de 2010, no contexto da reestruturação dos negócios de comércio eletrônico do GPA, a Companhia concedeu a determinados administradores estatutários da Nova Pontocom, um mútuo no valor de R\$10.000 bem como celebrou contrato de permuta com torna no valor de R\$ 20.000, ambos com vencimentos em 8 de janeiro de 2018 e devidamente reajustados.
- vii. *Sykué Geração de Energia*: Aquisição de Energia Elétrica no Mercado Livre para abastecimento de diversas unidades consumidoras da Companhia.
- viii. *Sykué Consultoria*: Prestação de Serviços de planejamento energético para suprimento de energia elétrica, com projeção do consumo de energia para cada unidade consumidora, durante 102 meses (estudo de viabilidade econômica dos custos da manutenção das lojas no mercado cativo ou no mercado livre) e assessoria regulatória junto a ANEEL, CCEE e NOS.
- ix. *Outras*: Despesas pagas pela Companhia as suas subsidiárias e a outras empresas associadas. Outras partes relacionadas não descritas nesta nota explicativa não apresentam saldos ou operações nos exercícios.
- x. *Novasoc Comercial, Sé Supermercados, Sendas Distribuidora e Barcelona*: compreendem os valores decorrentes da utilização da central de serviços compartilhados, tais como: tesouraria, contabilidade, jurídico e outros.
- xi. *Audax*: Valores de mútuo aos clubes de futebol Audax SP e Audax RJ, que investe na formação de atletas profissionais.
- xii. *Via Varejo*: A companhia possui um contas a pagar referente "Primeiro Aditivo ao Acordo de Associação" entre Via Varejo e Casa Bahia, que garante o direito de indenização de certas contingências reconhecidas que venham a ser devidas por Via Varejo a partir de 30 de junho de 2010.

As operações com partes relacionadas mostradas acima são resultado principalmente de operações que a Companhia e suas subsidiárias mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, termos e condições contratadas entre as partes.

c) Remuneração da Administração

As despesas relativas à remuneração do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração), que foram registradas na demonstração do resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2012, foram às seguintes:

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

13. Partes relacionadas--Continuação

d) Remuneração da Administração -- continuação

	Em relação à remuneração total			
	Salário base	Remuneração variável	Plano de Opção de compra de ações	Total
Conselho de Administração (*)	-	1.685	-	1.685
Diretoria	6.316	8.642	3.541	18.499
Conselho Fiscal	108	-	-	108

(*) Variável de acordo com o número de participação em reunião.

14. Investimentosa) Composição dos investimentos

	Controladora									Total
	Sé	Sendas	Novasoc	Via varejo (*)	Nova Pontocom	NCB (*)	GPA Malls	API SPE	Outros	
Saldos em 31.12.2011	1.770.825	34.737	55.177	1.381.880	30.436	856.504	13.334	15.488	33.302	4.191.683
Variação Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	(269)
Equivalência patrimonial	50.906	6.824	9.044	11.660	(5.802)	(15.565)	(5.277)	(16)	1.414	53.188
Ganho (Perda) Participação Acionária	-	-	-	163	241	-	-	-	-	404
Saldos em 31.03.2012	1.821.731	41.561	64.221	1.393.703	24.875	840.939	8.057	15.472	34.447	4.245.006

(*) Refere-se aos efeitos das mensurações a valor justo da combinação de negócio.

	Consolidado			
	FIC	BINV	Outros	Total
Saldos em 31.12.2011	233.068	19.722	460	253.250
Equivalência patrimonial	4.680	173	(1)	4.852
Transferência	-	-	-	-
Saldos em 31.03.2012	237.748	19.895	459	258.102

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Investimentos – Continuação(i) *FIC*

As informações contábeis resumidas da FIC em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 são os seguintes:

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Ativo circulante	3.398.359	3.485.365
Ativo não circulante	26.457	201.785
Ativo total	3.424.816	3.687.150
Passivo circulante	2.821.206	3.008.357
Passivo não circulante	407	52.446
Patrimônio líquido	603.203	626.347
Total passivo e patrimônio líquido	3.424.816	3.687.150
	31.03.2012	31.03.2011
<u>Resultados operacionais:</u>		
Receitas	236.155	203.585
Resultados operacionais	(14.754)	11.773
Lucro líquido	(5.365)	8.560

Para efeito do cálculo do investimento o Patrimônio da investida deve ser deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú.

(ii) *Sendas**Compra de participação de acionistas não controladores de Sendas Distribuidora*

Sendas S.A. e Barcelona celebraram um Compromisso de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, segundo o qual as ações de Sendas detidas por Sendas S.A. foram transferidas à Barcelona. A aquisição desta participação minoritária foi aprovada pelo Conselho de Administração, em 23 de fevereiro de 2011, e pela assembléia geral da Companhia, em 14 de março de 2011. Aprovada a aquisição, Sendas S.A. transferiu à Barcelona a totalidade da sua participação na Sendas, equivalente a 42,57% do capital social total à época, pelo preço de R\$377.000, a ser liquidado da seguinte forma: R\$59.000 mediante transferência das ações e a parcela remanescente, no valor de R\$318.000, em 6 parcelas anuais iguais e consecutivas de R\$53.000 cada uma, vencendo a primeira delas em julho de 2011, com previsão de atualização pelo IPCA a partir da 4ª. parcela, tomando-se como base o mês de julho de 2010. O valor presente da obrigação assumida, em 31 de março de 2012, é de R\$245.284 (R\$238.863 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

14. Investimentos – Continuação(iii) *Sendas -- continuação*Contas a pagar por aquisição de participação de acionistas não controladores

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Aquisição de participação em Assai (i)	4.679	4.568
Aquisição de participação em Sendas (ii)	245.284	238.863
	249.963	243.431
Passivo circulante	56.291	54.829
Passivo não circulante	193.672	188.602

- i. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Assai, subsidiária que desenvolve os negócios de “atacarejo” para o Grupo.
- ii. Contas a pagar pela aquisição de participação acionária não controladora de Sendas, que será liquidada em 6 parcelas anuais, sendo a última amortização em dezembro de 2017.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores

a) Associação com Nova Casa Bahia ("NCB")

Contexto da associação

Em 4 de dezembro de 2009, a Casa Bahia a Companhia e a sua subsidiária, Via Varejo celebraram Acordo de Associação ("Acordo de Associação") visando a integração dos seus negócios de varejo de bens duráveis e de comércio eletrônico de bens duráveis.

Em 3 de fevereiro de 2010 as partes assinaram com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") um Acordo Provisório para Manutenção da Reversibilidade da Operação ("APRO"), determinando as seguintes ações: (i) manutenção das marcas "Casas Bahia" e "Ponto Frio", bem como a realização de campanhas promocionais separadas, assegurando investimentos em propaganda e marketing em patamares compatíveis com os exercícios anteriores, ressalvadas as hipóteses excepcionais decorrentes da conjuntura econômica; (ii) manutenção em funcionamento das lojas existentes nos 146 municípios nos quais "Casas Bahia" e "Ponto Frio" estão presentes; (iii) manutenção dos seus respectivos Centros de Distribuição (CDs) e da fábrica de móveis Bartira; (iv) manutenção das respectivas políticas de concessão de crédito; e (v) manutenção das estruturas de compras e dos seus instrumentos contratuais comerciais separados, ainda que possam, desde logo, atuar de forma conjunta nessa área. Ressalvadas essas condições específicas, tanto Via Varejo como NCB, poderão adotar as medidas que sejam necessárias para a integração das atividades e capturar as sinergias resultantes da operação. A presente operação está pendente de aprovação perante o CADE.

Em 1º de julho de 2010, as partes celebraram aditivo ao Acordo de Associação, no qual as partes revisaram certas condições para a associação, bem como definiram as etapas necessárias para sua implementação.

Como etapa preliminar a integração desses negócios, em 1º de outubro de 2010 os ativos operacionais de Casa Bahia foram transferidos à NCB mediante processo de cisão parcial. Nessa transferência foi incluída uma participação societária de 25% na Indústria de Móveis Bartira Ltda. (os outros 75% continuam em poder da CB).

Assim, a partir de 1º de outubro de 2010, NCB passou a operar sob a marca "Casas Bahia", a qual estava presente, naquele momento, em 11 estados brasileiros e no Distrito Federal, representada com 526 lojas e 8 centros de distribuição, comercializando uma variada gama de produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos e aparelhos domésticos, tais como móveis, brinquedos eletrônicos, produtos de escritório, celulares, computadores e acessórios.

Em 9 de novembro de 2010, como etapa preparatória do processo de incorporação de ações de NCB por Via Varejo, a Companhia promoveu a concentração das atividades de varejo e de comércio eletrônico de bens duráveis na Via Varejo. Para tanto, a Companhia realizou contribuições de capital em sua subsidiária Via Varejo, enquanto sociedade que agregou todas as atividades acima referidas, dos seguintes valores: (i) ativos líquidos da operação de eletro-eletrônicos da Companhia, estabelecida pela marca "Extra-Eleto", no montante de R\$89.826; (ii) aplicações financeiras no montante de R\$290.143; e (iii) recebíveis entre subsidiárias da Companhia, no montante de R\$375.550. Na mesma data, os acionistas de Via Varejo aprovaram a incorporação de ações de NCB, de forma que a Via Varejo passou a operar com as bandeiras "Ponto Frio" e "Casas Bahia".

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

**15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores --
Continuação**a) Associação com Nova Casa Bahia --_Continuação*Determinação da contraprestação transferida pela aquisição de controle de NCB*

Com as contribuições de capital estabelecidas, e como parte do processo de incorporação das ações de NCB ao patrimônio líquido de Via Varejo, GPA transferiu para os sócios de CB o equivalente a aproximadamente 47,08% da totalidade de seu investimento em Via Varejo, sendo esta determinada como a contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB ("Contraprestação total transferida").

Como Via Varejo é uma companhia de capital aberto, com ações cotadas em bolsa de valores praticadas por compradores e vendedores independentes, para fins contábeis o valor justo da contraprestação transferida foi determinada pela cotação final da ação ordinária de Via Varejo, negociada no pregão da Bovespa em 9 de novembro de 2010, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Quantidade de ações ordinárias mantidas por CBD, correspondentes a participação de 98,77% detida	168.927.975
Cotação da ação ordinária de Via Varejo em 09 de novembro de 2010 - R\$	<u>15,00</u>
Valor de mercado (Bovespa) do investimento em Via Varejo- 98,77%	<u>2.533.920</u>
47,08% do valor de mercado do investimento em Via Varejo cedidos aos acionistas de CB	1.193.082
Dividendos fixos obrigatórios aos acionistas de Bartira (i)	6.069
<i>Ativos recebidos de CB e considerados como contraprestação transferida:</i>	
Pagamento adicional (ii)	95.084
Opção de compra de participação controladora de Bartira, líquido de imposto de renda e contribuição social (iii)	(200.864)
Participação de acionistas não controladores sobre os ativos recebidos	95.523
Valor da contraprestação total transferida	<u><u>1.188.894</u></u>

- (i) Conforme Acordo de Associação pactuado, a Bartira realizará uma distribuição desproporcional do resultado obrigatória aos seus acionistas, de forma a assegurar a CB o recebimento de R\$12 milhões a título de dividendos, nos próximos três anos. Este dividendo mínimo obrigatório que Bartira deverá pagar como uma distribuição desproporcional foi considerada, de acordo com o CPC15 e IFRS 3R, como parte da contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--

Continuação

- a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação
- (ii) Pagamento adicional em espécie nos termos da cláusula 6.3 do acordo de acionista entre GPA e os sócios da Casa Bahia em 04 de dezembro de 2009 e posteriormente alterado em 01 de dezembro de 2010 pelo 1º aditivo de associação entre GPA e sócios da Casa Bahia.
- (iii) Valor justo da opção de compra da Bartira: as partes outorgaram, através do Acordo de Associação, opções de compra e venda sobre as participações detidas por NCB e CB, em Bartira. As condições são definidas como segue:
- Durante o período de restrição definido no Acordo de Associação como 36 meses, NCB tem o direito de vender sua participação de 25% no capital social de Bartira por R\$1,00 (“Um real”);
 - Para o período compreendido entre o fim do período de restrição e o término do 6º ano do Acordo, NCB pode adquirir os restantes 75% de participação no capital social de Bartira, atualmente detida por CB, pelo montante de R\$175.000, ajustado pelo IPCA; e
 - Na hipótese de NCB não exercer a opção de compra referida acima, ao final do 6º ano, CB tem a obrigação de adquirir a participação de 25% de NCB pelo montante de R\$58.500, ajustado pelo IPCA.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--

Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de NCB, na data da combinação de negócios, são os seguintes:

	Balanco de abertura	(iv) Valor justo do investimento detido em Bartira	(v) Marca "Casa Bahia"	(vi) Fundo de comércio	(vii) Mais valia de imobilizado	(viii) Contrato de fornecimento em condições favoráveis	(ix) Contrato de aluguel em condições favoráveis	Balanco após a alocação provisional do preço de compra
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	64.957	-	-	-	-	-	-	64.957
Aplicações financeiras	586.536	-	-	-	-	-	-	586.536
Contas a receber de clientes	2.434.960	-	-	-	-	-	-	2.434.960
Estoques	1.360.420	-	-	-	-	-	-	1.360.420
Impostos a recuperar	240.091	-	-	-	-	-	-	240.091
Imposto de renda diferido	152.291	(29.434)	(549.242)	(136.344)	(31.376)	(75.213)	(87.075)	(756.393)
Despesas antecipadas	58.498	-	-	-	-	-	-	58.498
Outros	268.059	-	-	-	-	-	-	268.059
Investimentos em associadas	-	86.572	-	-	-	-	-	86.572
Imobilizado	570.889	-	-	-	92.281	-	-	663.170
Intangível	57.217	-	1.615.417	401.011	-	221.214	256.103	2.550.962
	5.793.918	57.138	1.066.175	264.667	60.905	146.001	169.028	7.557.832
Passivo								
Contas a pagar	(1.063.178)	-	-	-	-	-	-	(1.063.178)
Empréstimos e financiamentos	(1.438.859)	-	-	-	-	-	-	(1.438.859)
Impostos a pagar	(448.565)	-	-	-	-	-	-	(448.565)
Receitas diferidas	(230.637)	-	-	-	-	-	-	(230.637)
Provisão para contingências	(33.796)	-	-	-	-	-	-	(33.796)
Outros	(1.405.165)	-	-	-	-	-	-	(1.405.165)
	(4.620.200)	-	-	-	-	-	-	(4.620.200)
Ativos líquidos	1.173.718	57.138	1.066.175	264.667	60.905	146.001	169.028	2.937.632

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos -- Continuação

- (iv) Valor justo do investimento detido em Bartira (25%): refere-se a mensuração do valor justo do investimento atualmente detido pela NCB de 25% do capital social de Bartira. Sua mensuração foi realizada pelo método de “*Income Approach*”, considerando o valor presente dos benefícios futuros gerados direta ou indiretamente avaliado, quantificado na forma de fluxo de caixa;
- (v) Marca “Casas Bahia”: A marca é tradicional e conhecida no mercado varejista brasileiro, sendo considerada uma das mais valiosas por empresas especializadas na avaliação de marcas. Dado a força e reconhecimento desta marca, um participante de mercado não deveria descontinuá-la. Sua mensuração foi baseada pela metodologia “*royalties relief*”, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida;
- (vi) Fundo de comércio: pontos comerciais, muitos deles localizados em shoppings centers de grande movimentação. Tanto em shoppings como em lojas de rua, é comum a cobrança de taxas de cessão de direitos de uso do ponto na transferência deste ativo. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado através da metodologia “*Market Approach*”;
- (vii) Mais valia de imobilizado: calculado segundo o método “*Market Approach*” para determinar o valor de um ativo através da análise de transações envolvendo ativos compatíveis efetuada com base na tabela FIPE vigente a época da transação com deságio de 10%.
- (viii) Contrato de fornecimento de móveis pela Bartira: a NCB possui contrato exclusivo de fornecimento com a Bartira. Este contrato apresenta condições vantajosas à NCB na aquisição de móveis, quando comparadas as margens estabelecidas no setor. O montante foi estabelecido por informações de transações comparáveis no mercado, apurado a metodologia “*Income Approach*”; e
- (ix) Contrato vantajoso sobre aluguel de imóveis, pactuado com CB: refere-se aos imóveis de CB, compreendidos por lojas, centros de distribuição e edificações, que são objeto de arrendamento mercantil operacional realizado por NCB. Sua mensuração foi realizada por informações de transações comparáveis no mercado, aplicado a metodologia “*Income Approach*”.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores-- Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

Valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos -- Continuação

Nenhum passivo ou ativo contingente foi identificado e reconhecido na data da aquisição e mesmo que fosse, seria indenizável por CB ou GPA, conforme o caso.

O valor justo da participação de acionistas não-controladores foi mensurado aplicando a participação por eles detida, pelo valor justo dos ativos líquidos identificáveis de NCB na data da combinação de negócios, conforme demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	2.937.632
Participação de acionista não controlador	47,56%
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	1.397.020

Ganho por compra vantajosa

Como resultado da: (i) mensuração da consideração total transferida pela aquisição do controle de NCB, (ii) mensuração da participação do acionista não controlador, e (iii) mensuração dos ativos e passivos identificáveis ao valor justo, a Companhia apurou contabilmente um ganho por compra vantajosa, no montante de R\$351.718, reconhecido na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica Outras despesas operacionais, e demonstrado abaixo:

	<u>31.12.2010</u>
Contraprestação total transferida pela aquisição de controle de NCB	(1.188.894)
Participação de acionista não controlador - mensurado pelo método da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos da parcela proporcional ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos	(1.397.020)
Valor justo dos ativos líquidos adquiridos	<u>2.937.632</u>
Ganho por compra vantajosa resultante na aquisição do controle de NCB	<u><u>351.718</u></u>

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores--
Continuaçãoa) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação*Mensuração subsequente – alocação do preço de compra*

A aquisição de controle da NCB foi contabilizada segundo o método de aquisição, em concordância com o IFRS 3R e CPC 15.

A locação provisória do preço de compra era em 31 de dezembro de 2010 R\$ 453.569 que foi diminuído para R\$351.718 devido a revisão da metodologia dos intangíveis Bartira, mais valia de caminhões, consideração contingente e outros. O período de mensuração encerrou em 08 de novembro de 2011.

Alocação final do preço de compra gerou a seguinte diferença em relações a alocação provisória divulgada em 31 de dezembro de 2010.

Ganho Vantajoso provisório em 31 de dezembro de 2010		453.569
Finalização da valorização da consideração paga:		(133.851)
Opção compra – Bartira (ii)	(111.665)	
Pagamento adicional por indenização (iv)	(95.084)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações na consideração paga	37.849	
Efeito dos não controladores sobre as variações na consideração paga	35.047	
Finalização na identificação de ativos intangíveis		32.000
Contrato de fornecimento Bartira (ii)	80.121	
Mais valia investimento Bartira (ii)	(50.688)	
Mais valia caminhões NCB (iii)	92.281	
Outros (i)	(29.263)	
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(31.433)	
Efeito dos não controladores sobre as variações dos ativos intangíveis identificados	(29.018)	
Ganho vantajoso final em 31 de dezembro de 2011		351.718

- (i) Ajustes nos ativos não recuperáveis de NCB;
- (ii) Valor dos intangíveis relacionados a Bartira de contrato de fornecimento, opção de compra e investimento de NCB em Bartira, utilizando margem projetada e fluxo de caixa descontado;
- (iii) Mais valia da frota de caminhões da NCB;

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

15. Combinação de negócios e aquisição de participações de não controladores— Continuação

a) Associação com Nova Casa Bahia—Continuação

- (iv) Despesas assumidas de Via Varejo com fatos geradores anteriores a data base da combinação, que devem ser reembolsados a família Klein na proporção dos respectivos efeitos.

O referido ganho obtido justifica-se para a Casa Bahia principalmente em função dos desdobramentos futuros extremamente positivos advindos dessa associação com o GPA. Essa associação permitirá à NCB melhores acessos a financiamentos e sinergias em todas as áreas, tais como: comercial, logística, administrativa e financeira, dentre outras.

Adicionalmente, a associação com a Casa Bahia colocará a Via Varejo num novo patamar de negócios, permitindo maior cobertura nacional, ganhos de escala e outros benefícios a serem convertidos em favor dos clientes e colaboradores, que resultarão possivelmente em uma rentabilidade futura mais atraente, com a consequente valorização das ações pertencentes à Casa Bahia. Com participação de 47% na Via Varejo, a Casa Bahia continuará participando ativamente na operação, seja na Administração direta ou através do Conselho de Administração.

Os custos da transação, no total de R\$100.100, foram tratados como despesa e incluídos na rubrica outras despesas operacionais na demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b) *Combinação de Negócios eHUB*

Em 8 de novembro de 2010, a Via Varejo e a subsidiária Nova.com assinaram um acordo para aquisição da participação remanescente de 55% na eHub (empresa prestadora de serviços na área de comércio eletrônico). A eHub era uma joint venture contabilizada como investimento em empresas afiliadas. Os antigos proprietários de eHub cederam de 55% de sua participação nesta empresa, além do pagamento de R\$20.000 com vencimento em 8 de janeiro de 2013, em troca de 5,56% da subsidiária Nova.com.

As partes assinaram um acordo de acionistas com duração de 7 anos, com garantia mútua direito de preferência em qualquer oferta relativa a essa participação, sempre a valores de mercado.

Os ativos recebidos se referem aos ativos líquidos dos passivos de eHub a valor de livros contábeis somam R\$2.200, além da torna de R\$20.000, enquanto as considerações pagas foram 6% de Nova Pontocom estimados a valor justo de R\$31.530, incluindo o valor de livros. A transação gerou um ágio que R\$9.230.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizadoa) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.03.2012
Terrenos	806.089	-	-	-	15.886	821.975
Edifícios	1.960.871	2.961	(14.623)	-	3.102	1.952.311
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.096.368	30.058	(18.273)	(105)	35.074	1.143.122
Máquinas e equipamentos	513.805	46.878	(20.596)	(1.467)	(128)	538.492
Instalações	110.421	2.561	(2.540)	(8)	864	111.298
Móveis e utensílios	208.921	9.148	(6.315)	(324)	(11.044)	200.386
Veículos	18.700	1.348	(1.127)	(1.576)	16	17.361
Imobilizado em andamento	259.165	52.344	-	-	(41.372)	270.137
Outros	36.196	3.496	(2.104)	-	(2.737)	34.851
	5.010.536	148.794	(65.578)	(3.480)	(339)	5.089.933
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	42.472	-	(2.832)	-	-	39.640
Edifícios	21.605	-	(341)	-	-	21.264
	64.077	-	(3.173)	-	-	60.904
Total	5.074.613	148.794	(68.751)	(3.480)	(339)	5.150.837

	Saldo em 31.03.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	821.975	-	821.975	806.089	-	806.089
Edifícios	2.655.442	(703.131)	1.952.311	2.649.382	(688.511)	1.960.871
Benfeitorias em imóveis de terceiros	2.001.460	(858.338)	1.143.122	1.937.875	(841.507)	1.096.368
Máquinas e equipamentos	1.265.238	(726.746)	538.492	1.223.421	(709.616)	513.805
Instalações	288.156	(176.858)	111.298	285.015	(174.594)	110.421
Móveis e utensílios	504.461	(304.075)	200.386	507.854	(298.933)	208.921
Veículos	26.655	(9.294)	17.361	29.318	(10.618)	18.700
Imobilizado em andamento	270.137	-	270.137	259.165	-	259.165
Outros	67.409	(32.558)	34.851	66.647	(30.451)	36.196
	7.900.933	(2.811.000)	5.089.933	7.764.766	(2.754.230)	5.010.536
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos de informática	58.702	(19.062)	39.640	58.703	(16.231)	42.472
Edifícios	34.448	(13.184)	21.264	34.448	(12.843)	21.605
	93.150	(32.246)	60.904	93.151	(29.074)	64.077
Total	7.994.083	(2.843.246)	5.150.837	7.857.917	(2.783.304)	5.074.613

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado -- Continuaçãob) Consolidado

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Depreciação	Baixas	Transferências	31.03.2012
Terrenos	948.170	-	-	-	17.186	965.356
Edifícios	2.115.548	2.996	(15.812)	(2.150)	(1.442)	2.099.140
Benfeitorias em imóveis de terceiros	1.797.492	48.299	(34.072)	1.524	42.239	1.855.482
Máquinas e equipamentos	919.182	70.854	(40.505)	(2.982)	13.082	959.631
Instalações	265.700	9.967	(8.103)	(2.089)	2.341	267.816
Móveis e utensílios	437.406	17.096	(14.696)	(3.702)	(7.311)	428.793
Veículos	266.871	2.089	(9.698)	(10.092)	54	249.224
Imobilizado em andamento	341.547	75.314	-	-	(62.393)	354.468
Outros	81.309	5.100	(4.504)	(149)	(2.160)	79.596
	7.173.225	231.715	(127.390)	(19.640)	1.596	7.259.506
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos	27.941	-	(1.098)	(156)	-	26.687
Hardware	105.085	1.929	(7.519)	-	-	99.495
Instalações	861	-	(26)	(2)	-	833
Móveis e Utensílios	10.147	-	(381)	(176)	-	9.590
Veículos	14.064	1	(56)	(328)	-	13.681
Edifícios	26.927	-	(438)	-	-	26.489
	185.025	1.930	(9.518)	(662)	-	176.775
Total	7.358.250	233.645	(136.908)	(20.302)	1.596	7.436.281

	Saldo em 31.03.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	965.356	-	965.356	948.170	-	948.170
Edifícios	2.902.248	(803.108)	2.099.140	2.907.817	(792.269)	2.115.548
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.214.866	(1.359.384)	1.855.482	3.116.923	(1.319.431)	1.797.492
Máquinas e equipamentos	1.966.520	(1.006.889)	959.631	1.892.180	(972.998)	919.182
Instalações	521.744	(253.928)	267.816	512.834	(247.134)	265.700
Móveis e utensílios	873.754	(444.961)	428.793	870.285	(432.879)	437.406
Veículos	303.869	(54.645)	249.224	319.889	(53.018)	266.871
Imobilizado em andamento	354.468	-	354.468	341.547	-	341.547
Outros	138.817	(59.221)	79.596	136.885	(55.576)	81.309
	11.241.642	(3.982.136)	7.259.506	11.046.530	(3.873.305)	7.173.225
Arrendamento mercantil financeiro:						
Equipamentos	38.796	(12.109)	26.687	39.374	(11.433)	27.941
Hardware	204.341	(104.846)	99.495	207.951	(102.866)	105.085
Instalações	1.217	(384)	833	1.220	(359)	861
Móveis e Utensílios	15.103	(5.513)	9.590	15.373	(5.226)	10.147
Veículos	16.129	(2.448)	13.681	20.293	(6.229)	14.064
Edifícios	43.403	(16.914)	26.489	43.402	(16.475)	26.927
	318.989	(142.214)	176.775	327.613	(142.588)	185.025
Total	11.560.631	(4.124.350)	7.436.281	11.374.143	(4.015.893)	7.358.250

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

c) Garantias

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 a Companhia e subsidiárias possuíam bens do ativo imobilizado dados em garantia e demandas judiciais, conforme divulgado na nota explicativa 22 (h).

d) Custos de captação de empréstimos capitalizados

O valor dos custos de captação de empréstimos capitalizados para o período de três meses findo em 31 de março de 2012 foi de R\$3.532 (R\$27.076 em 31 de dezembro de 2011). A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 104,8% do CDI, correspondente à taxa de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

e) Adições no Ativo Imobilizado

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Adições (i)	145.470	726.557	228.183	1.262.640
Arrend. Financeiros (ii)	-	50.239	1.930	101.318
Juros capitalizados	3.324	21.461	3.532	27.076
Total	<u>148.794</u>	<u>798.257</u>	<u>233.645</u>	<u>1.391.034</u>

- (i) As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas, modernização das centrais de distribuição existentes, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.
- (ii) Nas demonstrações dos fluxos de caixa foram subtraídas adições de imobilizado realizadas no período, no montante de R\$1.930 em 31 de março de 2012 (R\$101.318 em 31 de dezembro de 2011), Controladora e Consolidado, referente a aquisições de imobilizado realizadas por intermédio de arrendamentos mercantis financeiros.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado—Continuaçãof) Outras informações

Em 31 de março de 2012 a subsidiária NCB contabilizou no custo das mercadorias vendidas e serviços prestados o valor de R\$7.390 (R\$25.947 em 31 de dezembro de 2011) referente a depreciação da sua frota de caminhões e maquinários da Bartira.

Do saldo de Imobilizado em andamento R\$8.482 se refere ao projeto “Oracle Retail” com previsão de conclusão no ano de 2013.

A Companhia não identificou itens de seu ativo imobilizado que requeressem uma provisão para não recuperação em 31 de março de 2012.

As transferências líquidas se referem a itens de software que foram baixados de imobilizado em andamento para adições no grupo de intangível.

17. Intangíveisa) Controladora

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.03.2012
Ágio - eletro	183.781	-	-	-	-	183.781
Ágio - varejo	300.614	-	-	-	-	300.614
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	-	-	-	17.600
Softwares	447.895	197	(15.333)	-	340	433.099
	949.890	197	(15.333)	-	340	935.094

	Saldo em 31.03.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio - eletro	183.781	-	183.781	183.781	-	183.781
Ágio - varejo	1.148.825	(848.211)	300.614	1.148.825	(848.211)	300.614
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	17.600	-	17.600
Softwares	690.704	(257.605)	433.099	690.179	(242.284)	447.895
	2.040.910	(1.105.816)	935.094	2.040.385	(1.090.495)	949.890

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação**b) Consolidado -- Continuação**

	Saldo em:					Saldo em:
	31.12.2011	Adições	Amortização	Baixas	Transferências	31.03.2012
Ágio – atacarejo	358.965	-	-	-	2.602	361.567
Ágio – eletro	289.084	-	-	-	7.523	296.607
Ágio – varejo	723.776	-	-	-	(6.706)	717.070
Marcas – atacarejo	38.639	-	-	-	-	38.639
Marcas – eletro	2.015.092	40	-	-	126	2.015.258
Fundo de comércio – eletro	593.110	-	(2.042)	-	20.374	611.442
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	-	-	-	17.600
Relacionamento de clientes – eletro	18.562	-	(1.571)	-	-	16.991
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	134.932	-	(18.434)	-	-	116.498
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	201.002	-	(12.966)	-	-	188.036
Mais valia de investimento mantido em Bartira	86.872	-	-	-	-	86.872
Software	548.599	7.777	(21.955)	(791)	(23.555)	510.075
Total Intangível	5.026.233	7.817	(56.968)	(791)	364	4.976.655

	Saldo em 31.03.2012			Saldo em 31.12.2011		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio – atacarejo	371.008	(9.441)	361.567	358.965	-	358.965
Ágio – eletro	296.607	-	296.607	289.084	-	289.084
Ágio – varejo	1.826.132	(1.109.062)	717.070	1.842.279	(1.118.503)	723.776
Marcas – atacarejo	38.639	-	38.639	38.639	-	38.639
Marcas – eletro	2.015.258	-	2.015.258	2.015.092	-	2.015.092
Fundo de comércio – eletro	661.823	(50.381)	611.442	646.488	(53.378)	593.110
Fundo de comércio - Varejo	17.600	-	17.600	17.600	-	17.600
Relacionamento de clientes – eletro	34.267	(17.276)	16.991	34.268	(15.706)	18.562
Contrato de fornecimento vantajoso – Bartira	221.215	(104.717)	116.498	221.214	(86.282)	134.932
Contrato de aluguel vantajoso – Nova casa Bahia	256.103	(68.067)	188.036	256.103	(55.101)	201.002
Mais valia de investimento mantido em Bartira	86.872	-	86.872	86.872	-	86.872
Software	820.960	(310.885)	510.075	892.793	(344.194)	548.599
Total Intangível	6.646.484	(1.669.829)	4.976.655	6.699.397	(1.673.164)	5.026.233

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

17. Intangíveis—Continuação

c) Testes de não recuperação do ágio e intangíveis -- Continuação

O ágio e os ativos intangíveis foram submetidos a testes de desvalorização em 31 de dezembro de 2011 e 2010 segundo o método descrito na nota explicativa 4 – Principais práticas contábeis.

Como resultado dos testes de não recuperação realizados em 2011 e 2010 e pelo fato de não haver indícios de não realização em 31 de março de 2012, a Companhia não reconhece perdas por não recuperação.

Para o exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2012, a Administração da Companhia submeterá a novos testes de desvalorização todos os ágios e intangíveis reconhecidos até esta data.

d) Marca.

O valor foi submetido a teste recuperável de ativos através da metodologia de *Income approach – Relief from Royalty*, que consiste na determinação do valor de um ativo mensurando o valor presente dos benefícios futuro. Dado a vida útil indefinida da marca, consideramos na elaboração do fluxo de caixa descontado um crescimento de perpetuo de 2,5%. A taxa de royalty utilizada foi 0,9%.

e) Fundo de Comércio

Os Fundos de Comércio foram alocados na UGC. As UGCs foram submetidas ao teste recuperável de ativos através do fluxo de caixa descontado em 31 de dezembro de 2011 e não foram identificados ajustes.

f) Outros Intangíveis

O *software* foi submetido a testes de recuperação segundo os mesmos critérios definidos para o ativo imobilizado.

Outros ativos intangíveis, cuja vida útil seja indefinida, foram submetidos a teste de recuperação segundo os mesmos critérios de cálculo realizados para o ágio sobre investimentos, não sendo necessário constituir provisão para recuperabilidade.

g) Vida útil

O contrato de aluguel de loja e edificações em condição vantajosa (10 anos), contrato vantajoso de fornecimento de móveis em condição vantajosa (3 anos) e relacionamento de clientes (5 a 7 anos).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentosa) Composição da dívida

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Debêntures (i)				
Debêntures	527.344	506.122	532.005	506.122
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(203)	68	(203)	68
Custo de captação	(4.183)	(4.346)	(4.434)	(4.346)
	522.958	501.844	527.368	501.844
Em moeda local				
BNDDES (e)	116.462	109.224	147.856	152.629
IBM	-	-	6.803	6.815
Capital de giro (c)	272.172	38.065	519.305	126.892
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	2.211.480	2.263.122
PAFIDC (Nota 10)	-	-	1.167.425	1.235.934
Arrendamentos financeiros (Nota 23)	53.201	55.800	75.817	81.643
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(8.600)	(882)	(9.864)	(882)
Custo de captação	(7.291)	(6.424)	(9.395)	(8.670)
Antecipação de recebíveis	-	-	-	-
Outros	-	-	2.279	2.346
	425.944	195.783	4.111.706	3.859.829
Em moeda estrangeira				
Capital de giro (c)	14.505	15.546	14.552	537.023
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	414	(197)	414	19.163
Custo de captação	(297)	(298)	(297)	(361)
	14.622	15.051	14.669	555.825
Circulante	963.524	712.678	4.653.743	4.917.498

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoa) Composição da dívida -- Continuação

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Debêntures (i)				
Debêntures	1.903.838	2.145.886	2.306.244	2.145.886
Custo de captação	(7.499)	(8.368)	(8.085)	(8.368)
	1.896.339	2.137.518	2.298.159	2.137.518
Em moeda local				
BNDES (e)	336.363	375.560	366.324	405.515
IBM	-	-	3.401	5.112
Capital de giro (c)	1.244.700	1.098.730	1.318.513	1.406.575
Financiamento ao consumidor por interveniência – CDCI (c) (d)	-	-	111.903	129.300
FIDCs (Nota 10)	-	-	1.215.949	1.184.522
Arrendamentos financeiros (Nota 23)	141.841	152.344	178.997	194.788
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	(21.036)	(17.129)	(34.158)	(25.779)
Custo de captação	(10.822)	(7.244)	(10.944)	(7.780)
	1.691.046	1.602.261	3.149.985	3.292.253
Em moeda estrangeira				
Capital de giro (c)	707.437	716.621	864.030	832.657
Contratos de <i>swap</i> (c), (g)	1.463	(26.729)	10.012	(21.399)
Custo de captação	(55)	(129)	(55)	(129)
	708.845	689.763	873.987	811.129
Não circulante	4.296.230	4.429.542	6.322.131	6.240.900
Total	5.259.754	5.142.220	10.975.874	11.158.398

b) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulantes

Ano	Controladora	Consolidado
2013	1.093.240	2.643.406
2014	1.675.464	1.741.115
2015	1.070.667	1.473.436
2016	110.924	111.341
Após 2016	364.311	371.917
Sub-total	4.314.606	6.341.215
Custo de Captação	(18.376)	(19.084)
Total	4.296.230	6.322.131

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoc) Financiamento do capital de giro, swap e financiamento ao consumidor por interveniência

	Taxa*	Controladora		Consolidado	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Dívida					
Moeda local					
Banco do Brasil	11,7% a.a	846.456	809.769	1.804.730	1.856.869
Banco do Brasil	98,5% do CDI	334.948	327.026	334.948	327.026
Bradesco	CDI + 1,25%	-	-	1.040.645	1.041.287
Santander	104% do CDI	-	-	-	88.830
Safra	106,3% a.a.	335.468	-	335.468	611.877
Safra	CDI + 1,35%	-	-	645.410	-
		1.516.872	1.136.795	4.161.201	3.925.889
Circulante		272.172	38.065	2.730.785	2.390.014
Não circulante		1.244.700	1.098.730	1.430.416	1.535.875
Moeda estrangeira					
Citibank	Libor +1,45% a.a.	-	-	42.416	-
Itaú BBA	USD + 3,2% a.a.	526.349	536.100	526.349	536.100
Banco do Brasil	USD + 3,9% a.a. e 2,3% a.a.	-	-	-	317.373
Bradesco	USD + 2,7% e 3,9% a.a.	-	-	-	115.017
Santander	USD + 4,5% a.a.	2.877	203	117.054	116.239
ABN AMRO	USD+ 4,9% a.a.	-	-	47	89.087
HSBC	USD + 2,4% a.a.	192.716	195.864	192.716	195.864
		721.942	732.167	878.582	1.369.680
Circulante		14.505	15.546	14.552	537.023
Não circulante		707.437	716.621	864.030	832.657
Contratos de swap					
Citibank	CDI 105,0%	-	-	(1.645)	-
Itaú BBA	CDI 103,7%	20.109	(901)	20.109	(901)
Banco do Brasil	CDI 103,2%	(29.636)	(18.011)	(44.022)	(15.681)
Bradesco	CDI 103,9%	-	-	-	(4.348)
Santander	CDI 110,7%	-	-	10.194	18.058
ABN AMRO	CDI 104,3%	(203)	68	(203)	68
HSBC	CDI 99,1%	(18.232)	(26.025)	(18.232)	(26.025)
		(27.962)	(44.869)	(33.799)	(28.829)
Circulante		(8.389)	(1.011)	(9.653)	18.349
Não circulante		(19.573)	(43.858)	(24.146)	(47.178)
		2.210.852	1.824.093	5.005.984	5.266.740

* Taxa média ponderada.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

c) Financiamento do capital de giro, swap e financiamento ao consumidor por interveniência --Continuação

Os recursos para fins de financiamento de capital de giro são captados junto a instituições financeiras locais, denominadas em moeda estrangeira ou local. As principais operações classificadas nesta rubrica são empréstimos para financiamento do capital de giro.

d) Financiamento ao consumidor por interveniência - CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira, realizadas pela subsidiária NCB. As vendas podem ser parceladas em até 24 meses, e os encargos financeiros médios cobrados são de 11,69% a.a. Nestes contratos, NCB retém substancialmente os riscos e benefícios atrelados aos créditos financiados, garantidos junto às instituições financeiras por notas promissórias emitidas pela subsidiária e por cessão de direitos creditórios.

e) BNDES

Os contratos de linha de créditos em Reais, com o BNDES, são sujeitos a indexação baseada na taxa TJLP (taxa de longo prazo), mais taxa de juros anuais, a fim de refletir a carteira de financiamento do BNDES. O financiamento é pago em parcelas mensais depois de um período de carência, como mencionado no quadro abaixo.

A Companhia não pode oferecer nenhum bem como garantia dos empréstimos a outras partes sem autorização prévia do BNDES, e deve cumprir com certos índices financeiros, calculados com base no balanço patrimonial consolidado, como segue: (i) manter um índice de capitalização (patrimônio líquido/ativo total) igual ou maior que 0,30 e (ii) relação EBITDA/Dívida líquida igual ou maior que 0,35. A Companhia controla e monitora esses índices.

Em 31 de março de 2012, a Companhia estava adimplente com as cláusulas supramencionadas.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuaçãoe) BNDES -- Continuação

Encargos financeiros anuais	Número de parcelas mensais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
TJLP + 3,2%	46	Nov/12	22.026	30.285	22.026	30.285
TJLP + 2,7%	46	Nov/12	3.182	4.375	3.182	4.375
TJLP + 3,6%	60	Dez/16	389.811	410.327	389.811	410.327
4,5% a.a.	60	Dez/16	37.806	39.797	37.806	39.797
TJLP + 2,3%	48	Jun/13	-	-	3.439	4.127
TJLP + 2,3%	48	Mai/12	-	-	845	2.112
TJLP + 1,9% a.a.	30	Jun/14	-	-	25.411	28.234
7% a.a.	24	Out/12	-	-	11.681	16.687
TJLP + 3,5% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-	9.084	12.105
TJLP + 1,9% a.a. + de 1% a.a.	30	Jun/14	-	-	10.895	10.095
			452.825	484.784	514.180	558.144
Circulante			116.462	109.224	147.856	152.629
Não circulante			336.363	375.560	366.324	405.515

f) Garantias

A Companhia assinou notas promissórias e carta de fianças garantia nos empréstimos e financiamentos junto ao BNDES e IBM.

g) Contratos de swap

A Companhia faz uso de operações de *swap* para trocar obrigações denominadas em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, para o Real atrelado à taxas de juros do CDI (flutuante). A Companhia contrata operações de *swap* com a mesma contraparte, moeda e taxa de juros. Todas estas transações são classificadas como contabilização de *hedge*, conforme divulgadas na nota explicativa 19. A taxa de referência anual do CDI em 31 de março de 2012 era de 11,39% (11,60% em 31 de dezembro de 2011).

h) Quotas do PAFIDC e Globex FIDC resgatáveis

Segundo o CPC 38 (IAS 39), a Companhia registra os valores relativos às quotas sênior como "Empréstimos e financiamentos".

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
	Em 27 de março de 2007, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 77.965 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$779.650. As debêntures emitidas dentro do escopo da 6ª emissão têm as seguintes características:	Em 4 de dezembro de 2010, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 500 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$500.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 8ª emissão têm as seguintes características:	Em 5 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 610 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$610.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 9ª emissão têm as seguintes características:	Em 14 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão e a oferta restrita de 80.000 debêntures não convertíveis, no valor total de R\$800.000. As debêntures emitidas dentro do escopo da 10ª emissão têm as seguintes características:
<u>Séries:</u>	Duas séries: 54.000 e 23.965 debêntures foram emitidas na primeira e na segunda séries, respectivamente.	Única.	Única.	Única
<u>Classe e convertibilidade:</u>	Não convertíveis em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.	Nominativa, escritural e sem certificados de emissão de ações. As debêntures não são convertidas em ações emitidas pela Companhia.
<u>Tipo:</u>	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.	Sem garantia.
<u>Data de emissão:</u>	1º de março de 2007.	15 de dezembro de 2009.	05 de janeiro de 2011.	29 de dezembro de 2011.
				3ª. emissão --Via Varejo Em 27 de janeiro de 2012, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão de 40.000 debêntures, correspondendo ao valor total de R\$ 402.406. As debêntures emitidas dentro do escopo da 3.a emissão têm as seguintes características:
				Com aval da Companhia Brasileira de Distribuição 17 de fevereiro de 2012

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais -- Continuação

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Prazo e vencimento:</u>	72 (setenta e dois) meses, vencendo assim em 1º de março de 2013.	60 (sessenta) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 15 de dezembro de 2014.	36 (trinta e seis) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 05 de janeiro de 2014.	42 (quarenta e dois) meses a partir da data de emissão, vencendo, portanto, em 29 de junho de 2015.
<u>Remuneração:</u>	Taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 0,5%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 1º de março e 1º de setembro de cada ano.	109,5% de taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga a partir do 36º (trigésimo sexto) mês após a data de emissão, nas datas seguintes: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014; e (v) na Data de Vencimento, 15 de dezembro de 2014.	107,75% de taxa média diária de Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP.	Taxa média diária de Certificados de Depósitos Interbancários (CDI) de um dia, conhecidos como "over extra group", expressa em porcentagem anual, baseada em um ano de 252 dias, calculada e divulgada pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação, mais spread anual de 1,0%, do principal, devido a cada semestre, com base na data de emissão, sempre nos dias 30 de janeiro e 30 de julho de cada ano.
				3ª. emissão –Via Varejo
				42 (quarenta e dois) meses, vencendo assim em 30 de julho de 2015.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) *Debêntures--Continuação*
(i) *Informações adicionais – Continuação*

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Amortização:</u> A ser amortizado em 3 (três) parcelas anuais: 1º de março de 2011; 1º de março de 2012, e 1º de março de 2013. Em cada data de pagamento da amortização, 25.988 debêntures serão pagas.	O valor nominal das debêntures será amortizado nas seguintes datas: (i) 15 de dezembro de 2012; (ii) 15 de junho de 2013; (iii) 15 de dezembro de 2013; (iv) 15 de junho de 2014. Em cada data, 1/5 (um quinto) do valor nominal unitário das debêntures (R\$1.000.000) será pago.	O valor nominal das debêntures será amortizado ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debêntures será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.	O valor unitário das debêntures não será amortizado parcialmente ao longo do prazo de vigência das Debêntures. O valor nominal unitário de cada Debêntures será pago integral e exclusivamente na data de vencimento.	Amortização em uma única parcela na data de vencimento. A remuneração será paga anualmente nas seguintes datas: (i) 29 de dezembro de 2012; (ii) 29 de dezembro de 2013; (iii) 29 de dezembro de 2014; (iv) 30 de janeiro de 2014; (v) 30 de julho de 2014; (vi) 30 de janeiro de 2015 e (vii) 30 de julho de 2015.
				3ª. emissão – Via Varejo A remuneração será paga semestralmente nas seguintes datas: (i) 30 de julho de 2012; (ii) 30 de janeiro de 2013; (iii) 30 de julho de 2013; (iv) 30 de janeiro de 2014; (v) 30 de julho de 2014; (vi) 30 de janeiro de 2015 e (vii) 30 de julho de 2015.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

- i) *Debêntures--Continuação*
(ii) *Informações adicionais – Continuação*

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
Resgate antecipado:	No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar parcial ou totalmente, antecipadamente, as debêntures pagando: (i) o Valor Nominal Unitário, calculado "pro rata temporis" da data de emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, quando aplicável, até a data do seu pagamento efetivo; ou (ii) o reembolso do prêmio correspondente a, no máximo, 1,5%, calculado pro rata temporis, diminuindo conforme a passagem do tempo. O resgate parcial, se aplicável, poderá ocorrer por saque, de acordo com o art. 55, Parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e com outras normas aplicáveis.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.	A Companhia tem direito de resgate antecipado a qualquer tempo, exclusivamente a seu arbítrio, de acordo com as condições estabelecidas no instrumento de emissão.
				3ª. emissão – Via Varejo No 18º mês após a data de emissão, a Companhia poderá resgatar integralmente as debêntures pagando o Valor Nominal Unitário, acrescido: (a) da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data do efetivo Resgate Antecipado; e (b) um prêmio equivalente a 0,5% (cinquenta centésimos por cento), calculado sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração correspondente com base no prazo de vigência remanescentes das Debêntures.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

i) Debêntures--Continuação

(i) Informações adicionais – Continuação

Descrição	Dados			
	6ª. emissão	8ª. emissão	9ª. emissão	10ª. emissão
<u>Índices financeiros:</u>	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25. Em 31 de março de 2012, a Companhia havia atendido todos esses índices.	Calculados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia em BR GAAP: (i) a dívida líquida (dívida menos caixa e disponibilidades e contas a receber) não excedente ao patrimônio líquido; (ii) índice dívida líquida consolidada/EBITDA menor ou igual a 3,25.
<u>Utilização dos fundos:</u>	Os fundos arrecadados através das séries da 6.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e para pagar dívidas de curto prazo.	Os fundos arrecadados através da 8ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através da 9ª emissão de debêntures serão usados pela Companhia para manter a sua estratégia de caixa e para fortalecer o seu capital de giro.	Os fundos arrecadados através das séries da 3.a emissão de debêntures serão usados pela Companhia para fortalecer o capital de giro e alongamento do perfil de endividamento.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% dos riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizados para reduzir a exposição à flutuação de moeda estrangeira e taxa de juros, visando a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos CPCs 38, 39 e 40 (IAS 39, IAS 32 e IFRS 7). Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	1.631.411	2.328.783	1.631.411	2.328.783
Contas a receber	799.062	915.814	799.062	915.814
Partes relacionadas – Ativo	1.428.817	1.143.031	1.428.817	1.143.031
Partes relacionadas - Passivo	(178.339)	(188.272)	(178.339)	(188.272)
Fornecedores	(2.005.112)	(2.526.912)	(2.005.112)	(2.526.912)
Empréstimos e financiamentos	(2.840.457)	(2.502.858)	(2.991.969)	(2.673.150)
Debêntures	(2.419.297)	(2.639.362)	(2.336.804)	(2.641.113)
Exposição líquida	(3.583.915)	(3.469.776)	(3.652.934)	(3.641.819)

	Consolidado			
	Valor contábil		Valor justo	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Caixa e equivalentes de caixa	3.745.811	4.969.955	3.745.811	4.969.955
Contas a receber	5.583.047	5.993.341	5.587.322	5.998.354
Partes relacionadas - Ativo	151.729	133.584	151.729	133.584
Partes relacionadas - Passivo	(87.882)	(86.036)	(87.882)	(86.036)
Fornecedores	(4.715.629)	(6.220.599)	(4.715.629)	(6.220.599)
Empréstimos e financiamentos	(8.150.347)	(8.519.036)	(8.241.023)	(8.725.757)
Debêntures	(2.825.527)	(2.639.362)	(2.743.035)	(2.641.113)
Opção de compra - Bartira	304.339	304.339	304.339	304.339
Exposição líquida	(5.994.459)	(6.063.814)	(5.998.368)	(6.267.273)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros -- Continuação

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na nota explicativa 19 (b) permite uma aproximação do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. A classificação dos ativos e passivos a valor justo está descrito na nota explicativa 19 (c).

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias

A Companhia adota métodos e procedimentos de controle de risco, tais como descritos abaixo:

(i) *Risco de crédito*

- Caixa e equivalentes de caixa: de modo a minimizar o risco de crédito desses investimentos, a Companhia adota políticas que restringem os investimentos em uma única instituição financeira, levando ainda em consideração limites monetários e avaliações de instituições financeiras, que são constantemente atualizados (Vide nota explicativa 7).
- Contas a receber: a Companhia vende diretamente para clientes individuais através de cheques pré-datados, em uma pequena parte das vendas 0,07% no período de três meses findo em 31 de março de 2012 (0,09% em 31 de dezembro de 2011).
- A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos; esse risco é mitigado pela política da Companhia de efetuar transações com as instituições financeiras renomadas.
- Vendas por cartão de crédito e/ou por vales-alimentação são substancialmente destinadas ao PAFIDC e Globex FIDC, cujo risco é relacionado e limitado pelo valor de quotas subordinadas detidas pela Companhia (Vide nota explicativa 10).

(ii) *Risco de taxa de juros*

A Companhia e suas subsidiárias obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras para fazer frente às necessidade de caixa para investimentos e crescimento. Em decorrência, a Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente em função da parte passiva das operações com derivativos (*Hedge* de exposição cambial) e de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexadas ao CDI, neutraliza parcialmente este efeito.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(iii) *Risco da taxa de câmbio*

A Companhia e suas subsidiárias estão expostas a flutuações nas taxas de câmbio, que podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira. A Companhia e suas controladas utilizam-se de derivativos, tais como *swaps*, que visam anular o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida para moeda e taxa de juros locais.

(iv) *Risco de gestão de capital*

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012.

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos e financiamentos	5.259.754	5.142.220	10.975.874	11.158.398
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.631.411)	(2.328.783)	(3.745.811)	(4.969.955)
Dívida líquida	3.628.343	2.813.437	7.230.063	6.188.443
Patrimônio líquido	7.800.569	7.625.273	10.265.487	10.094.425
Patrimônio líquido e dívida líquida	11.428.912	10.438.710	17.495.550	16.282.868

(v) *Risco de gestão de liquidez*

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

a) Controladora

	Controladora			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	92.100	2.828.530	-	2.920.630
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	355	70.562	-	70.917
Arrendamento mercantil financeiro	55.800	118.000	34.100	207.900
31 de dezembro de 2011	730.510	5.787.225	34.100	6.551.835

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

(v) *Risco de gestão de liquidez* -- Continuação

a) Controladora -- Continuação

	Controladora			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	338.505	2.699.260	154.396	3.192.161
Debêntures	287.858	2.644.005	-	2.931.863
Instrumentos financeiros derivativos	7.348	29.296	-	36.644
Arrendamento mercantil financeiro	60.673	114.430	59.603	234.706
31 de março de 2012	694.384	5.486.991	213.999	6.395.374

b) Consolidado

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	3.248.159	3.478.612	-	6.726.771
Debêntures	582.255	2.770.133	-	3.352.388
Instrumentos financeiros derivativos	27.573	66.634	-	94.207
Arrendamento mercantil financeiro	88.847	158.140	41.800	288.787
31 de dezembro de 2011	3.946.834	6.473.519	41.800	10.462.153

	Consolidado			Total
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	2.963.942	3.079.307	154.397	6.197.646
Debêntures	325.548	3.154.303	-	3.479.850
Instrumentos financeiros derivativos	(3.549)	52.485	-	48.936
Arrendamento mercantil financeiro	97.607	186.243	41.844	325.694
31 de março de 2012	3.383.548	6.472.337	196.241	10.052.126

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos*

Algumas operações de *swap* são classificadas como *hedge* de valor justo, cujo objetivo é proteger da exposição cambial (dólares norte americanos e YEN) e taxas de juros fixas, convertendo a dívida para taxa de juros e moeda local.

Esses contratos montam em 31 de março de 2012, um valor de referência de R\$1.716.483 (R\$2.057.826 em 31 de dezembro de 2011). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas, preferencialmente, são realizados com a mesma instituição financeira, observados os limites fixados pela Administração.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiária--Continuação

(vi) *Instrumentos financeiros derivativos --Continuação*

Os derivativos da Companhia contratados em data anterior a 31 de dezembro de 2008 são medidos pelo valor justo no resultado, incluindo: (i) Contratos de *swap* de dívidas em moeda estrangeira (Dólares norte-americanos e Yen japoneses) para conversão de taxas de juro fixas e moedas estrangeiras para Real e taxas de juros locais variáveis (CDI). Esses contratos totalizam o valor nominal de R\$259.883 em 31 de março de 2012 (R\$607.184 em 31 de dezembro de 2011) e (ii) são primariamente relativos a debêntures e empréstimos do BNDES, trocando taxas de juros locais variáveis mais taxas de juros fixas por taxas de juros variáveis (CDI).

De acordo com as políticas de tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações de *swaps* com limitadores (“*caps*”), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos *swaps* tradicionais para proteção de dívidas, inclusive para fins especulativos.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de modo a garantir que as transações celebradas estejam em conformidade com essa política de tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de *hedge* é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas no período de três meses findo em 31 de março de 2012 apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de cobertura (“*hedge accounting*”), conforme o CPC 38 (IAS 39), a dívida objeto da cobertura é também ajustada a valor justo conforme as regras de *hedge* de valor justo.

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Hedge de valor justo					
Objeto de <i>hedge</i> (dívida)		1.716.483	2.057.826	2.045.938	2.398.836
Posição comprada					
Taxa pré-fixada	11,72% a.a.	935.225	685.000	1.162.414	810.335
USD + Fixa	3,11% a.a.	781.258	1.372.826	890.740	1.604.792
		1.716.483	2.057.826	2.053.154	2.415.127
Posição vendida					
	CDI 103,35% a.a.	(1.716.483)	(2.057.826)	(2.019.154)	(2.373.503)
Posição líquida		-	-	34.000	41.624

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãoa) Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia e suas subsidiárias--Continuação(vi) *Instrumentos financeiros derivativos--Continuação*

		Consolidado			
		Valor de referência		Valor Justo	
		31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Contratos de swap mensurados a valor justo por meio do resultado					
Posição ativa					
USD + Fixa	5,92% a.a.	-	67.884	-	89.474
CDI + Fixa	100% CDI + 0,05% a.a.	259.883	539.300	262.957	540.987
		259.883	607.184	262.957	630.461
Posição passiva	CDI	(259.883)	(607.184)	(263.160)	(643.191)
Posição de swap líquida		-	-	(203)	(12.730)
Posição de swap líquida		-	-	33.797	28.894

Ganhos e perdas realizados e não realizados, sobre esses contratos durante o período de três meses findo em 31 de março de 2012 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a pagar pelo valor justo é de R\$33.797 (R\$28.894 em 31 de dezembro de 2011) e está registrado na rubrica "empréstimos e financiamentos".

Os efeitos do hedge de valor justo no resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2012 foram de R\$74.451 de perda (R\$70.395 de perda em 31 de março de 2011).

(vii) *Valores justos dos instrumentos financeiros derivativos*

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa futuro das operações, usando as curvas do CDI e descontando-os ao valor presente, usando taxas de mercado do CDI para *swap*, ambas divulgadas pela BM&F Bovespa.

Os valores a mercado dos *swaps* cupom cambiais x CDI foram obtidos utilizando-se as taxas de câmbio de mercado vigentes na data em que as demonstrações financeiras são levantadas e as taxas projetadas pelo mercado calculadas com base nas curvas de cupom da moeda. Para a apuração do cupom das posições indexadas em moeda estrangeira foi adotada a convenção linear - 360 dias corridos e para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

As Companhias abertas devem divulgar quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada período.

Em cumprimento ao disposto acima, foi considerado como cenário mais provável, na avaliação da Administração de se realizar, nas datas de vencimento de cada uma das operações, o que o mercado vem sinalizando através das curvas de mercado (moedas e juros) da BM&FBovespa. Desta maneira, no cenário provável (I), não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros já apresentados acima. Para os cenários II e III, para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, considerou-se uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco, até a data de vencimento dos instrumentos financeiros.

No cálculo de valor justo, as dívidas e os swaps são mensurados através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo pelo método de interpolação dos empréstimos em moeda estrangeira, é desenvolvida através das curvas DDI, Cupom limpo e Dlxlene, índices divulgados pela BM&FBovespa e os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos, vide item b(ii).

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e certos instrumentos financeiros na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados:

(i) *Hedge de valor justo (nas datas de vencimento)*

Operações	Risco	Projeção de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida a taxa pré-fixada	Aumento da taxa	(1.339.022)	(1.339.022)	(1.339.022)
Swap (posição ativa a taxa pré-fixada)	Aumento da taxa	1.339.569	1.339.569	1.339.569
	Efeito líquido	547	547	547
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.281.572)	(1.325.273)	(1.370.424)
Efeito líquido total		-	(43.701)	(88.852)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuaçãob) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros--Continuação(ii) *Derivativos contabilizados pelo valor justo por meio do resultado*

Transações	Risco	Projeções de Mercado		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida – USD	Aumento do USD	(996.655)	(1.245.819)	(1.494.982)
Swap (posição ativa em USD)	Aumento do USD	1.014.536	1.268.170	1.521.804
	Efeito líquido	17.881	22.351	26.822
Swap (posição passiva em CDI)	Queda do CDI	(1.021.512)	(1.050.722)	(1.080.325)
Efeito líquido total		-	(24.740)	(49.872)
Swap (posição vendida em USD)	Queda do USD	292.301	299.509	306.830
Swap (posição comprada em CDI)	Aumento do CDI	(281.681)	(286.861)	(292.084)
	Efeito líquido	10.620	12.648	14.746
Efeito líquido total		-	2.028	4.126

(iii) *Outros instrumentos financeiros*

Transações	Risco	31.03.2012	Projeções de mercado		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Empréstimos e financiamentos					
Debêntures:					
6ª emissão	CDI + 0,5%	261.999	288.375	324.305	331.203
8ª emissão	109,50% do CDI	643.606	771.841	945.741	965.856
9ª emissão	107,75% do CDI	703.837	830.584	1.001.454	1.022.754
10ª emissão	108,5% do CDI	821.739	976.466	1.185.542	1.210.757
3ª emissão- Via Varejo	100,0% do CDI + 1%	407.067	450.278	508.900	519.723
Total Debêntures		2.838.248	3.317.544	3.965.942	4.050.293
Empréstimo bancário – Via Varejo	100,0% do CDI	2.397.222	2.625.438	2.937.865	3.000.351
Arrendamento Mercantil – Via Varejo	100,0% do CDI	42.899	46.983	52.574	53.692
PAFIDC (quotas seniores)	108,0% do CDI	2.383.374	2.819.093	3.406.930	3.479.392
Exposição total a empréstimos e financiamentos		7.661.743	8.809.058	10.363.311	10.583.728
Caixa e equivalentes de caixa (*)	100,8 % do CDI	3.745.811	4.135.232	4.664.343	4.763.549
Exposição líquida total (e deterioração comparada com o cenário I)		(3.915.932)	(757.894)	(1.025.142)	(1.146.353)

(*) média ponderada

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Premissas sobre sensibilidade

A exposição líquida da Companhia corresponde à dívida em CDI e o efeito líquido total representa a deterioração dos cenários II e III em relação ao cenário I, o qual é considerado o mais provável pela Companhia.

A Companhia projetou juros e taxas do dólar norte-americano futuros, obtidas junto à BM&FBovespa na data de vencimento de cada contrato, considerando um aumento de 25% no cenário II e um aumento de 50% para o cenário III.

Para calcular a exposição líquida, todos os derivativos foram considerados pelo seu valor justo nas respectivas datas de vencimento, bem como as dívidas relativas a elas (itens cobertos por *hedge*) e outros instrumentos financeiros da Companhia.

c) Mensurações de valor justo

Ativos e passivos consolidados mensurados ao valor justo são resumidos abaixo:

	31.03.2012	Preços orçados em mercados ativos para instrumentos idênticos (Nível 1)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 2)	Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis (Nível 3)
Caixa e equivalentes de caixa	3.745.811	3.745.811	-	-
Swaps de taxa de juros entre moedas	(10.427)	-	(10.427)	-
Swaps de taxas de juros	44.224	-	44.224	-
Empréstimos e Financiamentos	(2.661.910)	-	(2.661.910)	-
Opção de Compra - Bartira	304.339	-	-	304.339
	1.422.037	3.745.811	(2.628.113)	304.339

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no período.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros --Continuação

d) Posição consolidada das operações com instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro abaixo:

Em aberto		Valor de referência	Data da Contratação	Vencimento	Valor a pagar ou a receber		Valor justo	
Descrição	Contrapartes				31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
<i>Swap cambiais registrados na CETIP (USD x CDI)</i>								
	Santander	US\$ 57.471	16/04/2010	10/04/2013	(11.182)	(5.680)	(10.194)	(5.330)
	ABN AMRO	US\$ 40.000	14/03/2008	02/03/2012	-	(13.094)	-	(12.728)
	Brasil	US\$ 84.000	31/03/2010	12/03/2012	-	(16.320)	-	(16.080)
	Brasil	US\$ 78.500	09/02/2011	03/02/2012	-	4.964	-	5.099
	Citibank	US\$ 40.000	13/02/2012	13/02/2014	1.912	-	1.645	-
	Bradesco	US\$ 38.892	07/01/2011	04/01/2012	-	3.423	-	4.348
	Itaú	US\$ 175.000	01/07/2010	07/09/2013	(45.683)	(28.938)	(44.190)	(29.306)
		US\$ 160.300	05/05/2011	16/04/2014	18.190	25.708	24.081	30.207
	HSBC	US\$ 150.000	29/04/2011	22/04/2013	15.619	23.076	18.646	25.827
		US\$ 7.586	14/12/2011	07/12/2012	(454)	212	(414)	197
<i>Swap taxa de juros registrados na CETIP (Taxa pré-fixada x CDI)</i>								
	Banco do Brasil (*)	R\$ 117.000	23/12/2010	24/12/2013	685	186	5.813	3.421
		R\$ 33.000	23/12/2010	24/12/2012	343	169	1.185	882
		R\$ 160.000	23/12/2010	14/01/2013	1.641	804	5.992	4.408
		R\$ 35.000	23/12/2010	28/02/2013	341	162	1.424	1.012
		R\$ 80.000	28/06/2010	12/06/2013	709	394	3.401	2.091
		R\$ 130.000	28/06/2010	06/06/2014	828	369	6.033	3.166
		R\$ 130.000	28/06/2010	02/06/2015	579	161	5.790	3.031
		R\$ 200.000	31/03/2010	07/03/2013	1.264	1.274	11.259	7.365
	Unibanco	R\$ 779.650	25/06/2007	01/03/2013	9	(2)	203	(2)
	Santander	R\$ 50.000	28/06/2010	12/06/2013	(39)	(35)	3.123	1.286
					(15.238)	(3.167)	33.797	28.894

(*) Prorrogação de contratos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros --Continuação

e) Opção de Compra Bartira

Calculado através da metodologia de Black & Scholes utilizando as seguintes métricas:

- Preço de exercício: R\$200.466 (valor atualizado pelo IPCA até a data exercício)
- Preço do ativo à vista: R\$591.071, equivalente ao valor da avaliação de 100% da empresa Bartira nas condições em que o ativo poderá ser entregue no caso de exercício da opção, ou seja, sem os efeitos do contrato desvantajoso de fornecimento.
- Volatilidade: 28% com base em empresas comparáveis
- Prazo para exercício: 3 anos
- Taxa livre de risco: 12% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2011 foi efetuado recálculo do valor da opção e não houve alteração no valor.

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados

a) Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
PIS e COFINS a pagar	18.607	51.421	74.827	137.457
Provisão para imposto de renda e contribuição social	41.459	13.449	105.708	177.739
Outros	4.173	4.232	18.460	17.220
	64.239	69.102	198.995	332.416

b) Parcelamentos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Impostos parcelados Lei nº. 11.941/09 (i)	1.278.868	1.344.662	1.374.549	1.440.636
Outros (ii)	20.812	21.219	21.922	22.386
	1.299.680	1.365.881	1.396.471	1.463.022
Circulante	87.411	163.214	94.397	171.212
Não circulante	1.212.269	1.202.667	1.302.074	1.291.810

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

20. Impostos e contribuições sociais a recolher e impostos parcelados--Continuação

b) Parcelamentos--Continuação

- (i) Parcelamentos de Tributos Federais (Lei nº 11.941/09) – A Lei nº 11.941, publicada em 27 de maio de 2009, instituiu por meio de seus arts. 1º a 13º parcelamento diferenciado para o pagamento de dívidas fiscais federais e previdenciárias vencidas até Novembro de 2008, que concedeu uma série de benefícios aos seus optantes como redução de multas, juros e encargo legal, possibilidade da utilização de créditos calculados com base nos prejuízos fiscais acumulados para liquidação de multa de mora/ofício e de juros, o prazo de até 180 meses para pagamento do saldo consolidado, a utilização de depósitos judiciais para redução do saldo a ser consolidado, além da não incidência de IRPJ/CSLL/PIS/COFINS sobre os ganhos oriundos das reduções da dívida proporcionados pela adesão a este parcelamento.
- (ii) Outros – A Companhia apresentou pedido de parcelamento segundo o Programa de Parcelamento Incentivado (PPI). Esses impostos são corrigidos pela SELIC e podem ser pagos dentro de 120 meses.

Considerando este cenário em setembro de 2009 a Companhia optou por reduzir a sua exposição fiscal, fazendo a adesão às modalidades oferecidas por este parcelamento para incluir alguns de seus passivos tributários no mencionado parcelamento. Para tanto, avaliou à época juntamente com seus assessores legais todos os processos administrativos e judiciais em curso perante a RFB/PGFN e a Justiça Federal, avaliados como riscos de perdas possíveis e/ou prováveis, e optou pela inclusão de determinados casos no mencionado programa de parcelamento, cuja fase consolidação se deu entre 07 a 30 de junho de 2011.

De acordo com as regras fiscais existentes, sobre o saldo do principal dos tributos parcelados mencionados nos itens (i) e (ii) anteriores incidem juros equivalentes à Selic, cujo critério de cálculo consiste em aplicar referidos juros somente sobre o montante do principal e não juros sobre juros. Ao ser ajustado o valor das prestações futuras com base em taxas de juros atuais de mercado, o valor presente do saldo devedor resultaria em aproximadamente R\$1.104.140. O saldo devedor contábil permaneceu registrado com base no montante do principal acrescido de juros previstos pelas regras fiscais existentes e totalizou R\$1.299.680.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição sociala) Reconciliação de despesas com o imposto de renda e a contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	206.759	164.877	245.853	97.456
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 25% para a controladora e 34% para suas subsidiárias	(51.690)	(41.219)	(73.756)	(29.237)
Multas fiscais	(623)	(64)	(909)	(179)
Mais valia advindos de combinação de negócios	-	-	-	27.000
Equivalência patrimonial e provisão para passivo descoberto de controlada	13.297	9.165	1.455	3.164
Outras diferenças permanentes (não dedutíveis)	(1.152)	(359)	(10.472)	12.646
Imposto de renda e contribuição social efetivo	(40.168)	(32.477)	(83.682)	13.394
Imposto de renda e contribuição social do período:				
Corrente	(33.566)	(889)	(52.081)	(18.159)
Diferido	(6.602)	(31.588)	(31.601)	31.553
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido	(40.168)	(32.477)	(83.682)	13.394
Taxa efetiva	19,4%	19,7%	34,0%	13,7%

(*) O GPA não paga contribuição social (9%) baseada em uma ação judicial transitada em julgado favorável no passado, o que reduz o imposto sobre renda para 25% nesta Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição social--Continuaçãob) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Prejuízos fiscais (i)	46.729	61.470	859.164	764.524
Provisão para demandas judiciais	73.472	70.326	183.753	208.639
Provisão de operações com instrumentos financeiros derivativos tributado pelo regime de caixa	22.880	21.905	61.313	57.321
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.358	1.388	76.488	82.147
Amortização fiscal de ágio sobre investimento	67.974	64.804	32.575	59.601
Imposto de renda diferido sobre os ajustes na adoção dos CPC's	(9.329)	(7.075)	(1.216.629)	(1.207.770)
Provisão para redução de ágio		-	16.773	36.789
Outras	15.324	12.192	89.776	133.563
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218.408	225.010	103.213	134.814
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	218.408	225.010	103.213	134.814
Ativo não circulante	218.408	225.010	1.210.605	1.249.687
Passivo não circulante	-	-	(1.107.392)	(1.114.873)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	218.408	225.010	103.213	134.814

- (i) As compensações de prejuízos fiscais estão relacionadas à aquisição da Sé e Via Varejo e aqueles gerados pela subsidiária Sendas Distribuidora. A realização desses ativos líquidos da reserva de avaliação é considerado como provável de acordo o plano de negócio estabelecido pela Companhia.

Com base nesses estudos, a Companhia estima recuperar esses créditos como segue:

Ano	Controladora	Consolidado
2012	54.114	263.866
2013	90.596	259.912
2014	29.126	231.804
2015	29.126	242.115
2016	15.446	212.908
	218.408	1.210.605

Em atendimento ao CPC 32 (IAS 12) – Tributos sobre o Lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599/09, a Administração da Companhia preparou estudo técnico de viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis pela Companhia, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi examinado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

21. Impostos de renda e contribuição social—Continuação

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos foram reclassificados em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 de forma a apresentar os valores líquidos por entidade contribuinte, nos termos do CPC 32 (IAS 12).

22. Provisão para demandas judiciais

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos. A provisão foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir os prejuízos considerados prováveis pelos consultores jurídicos da Companhia:

a) Controladora

	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31.12.2011	126.498	75.543	34.881	236.922
Adições	3.792	1.951	3.345	9.088
Pagamentos	(1.311)	(916)	(3.244)	(5.471)
Atualização monetária	2.817	2.522	1.431	6.770
Saldo em 31.03.2012	131.796	79.100	36.413	247.309

b) Consolidado

	PIS/COFINS	Fiscais outros	Trabalhistas	Cíveis e outros	Total
Saldo em 31.12.2011	78.050	346.128	132.853	123.092	680.123
Adições	912	5.762	14.482	20.441	41.597
Pagamentos	(947)	(1.585)	(6.481)	(6.185)	(15.198)
Reversões	-	(11)	(4.809)	(23.795)	(28.615)
Atualização monetária	1.300	7.081	6.292	8.048	22.721
Saldo em 31.03.2012	79.315	357.375	142.337	121.601	700.628

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias

As demandas tributárias são indexadas pelo Sistema Especial de Liquidação de Custódia ("SELIC"), 10,88% em 31 de março de 2012 (11,04% em 31 de dezembro de 2011), e estão sujeitas, quando aplicável, a multas. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

Processos tributários fiscais estão sujeitos a atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. A atualização monetária é exigida por lei para todos os montantes tributários, inclusive a provisão para demandas judiciais.

Os principais processos tributários provisionados são como segue:

COFINS e PIS

Com a sistemática da não-cumulatividade para fins de apuração de PIS e COFINS, a Companhia e suas controladas passaram a questionar o direito de excluir o valor do ICMS das bases de cálculo dessas duas contribuições.

Além disso, uma controlada da Companhia efetuou compensações de débitos fiscais de PIS e COFINS com créditos de IPI – insumos submetidos à alíquota zero ou isentos - adquiridos de terceiros (transferidos com base em decisão transitada em julgado). O valor das demandas para PIS e COFINS em 31 de março de 2012 é de R\$ 79.315 (R\$ 78.050 em 31 de dezembro de 2011).

Fiscais e Outros

A Companhia e suas controladas têm outras demandas tributárias que após análise de seus assessores jurídicos, foram consideradas como de perdas prováveis e provisionadas pela Companhia. São eles: (i) autuações sobre transações de compra, industrialização e venda de exportação de soja e derivados (PIS, COFINS e IRPJ); (ii) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) para o ano de 2012; (iii) questionamento a respeito do Fundo de Combate à Pobreza, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro (iv) questionamentos relacionados a compensações de prejuízo fiscal, bem como aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, erro em aplicação de alíquota, obrigações acessórias pelos fiscos estaduais e (v) outros assuntos de menor expressão. O montante contabilizado em 31 de março de 2012 para esses assuntos é de R\$ 168.360 (R\$ 161.460 em 31 de dezembro de 2011).

Adicionalmente, a Companhia discute judicialmente o direito de não efetuar o recolhimento das contribuições previstas na Lei Complementar nº 110/2001, instituídas para o custeio do FGTS. O montante provisionado em 31 de março de 2012 é de R\$ 27.758 (R\$ 26.334 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

c) Tributárias--Continuação

Outros--Continuação

Foram constituídas provisões tributárias na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes, que na ocasião da combinação de negócios, de acordo com o requerido no CPC 15 (IFRS 3), são contabilizados. A Companhia reavaliou as causas da Via Varejo na data base da aquisição por CBD (6 de julho de 2009) e reconheceu em 31 de março de 2012 o montante de R\$ 161.257 (R\$158.335 em 31 de dezembro de 2011) de passivos contingentes tributários.

Os principais passivos contingentes tributários registrados se referem a processo administrativo relativo à compensação de contribuição ao PIS sob a égide dos Decretos 2445/88 e 2449/88, gerados em função de créditos advindos de processos judiciais, e a compensações de débitos fiscais com créditos de contribuição incidente sobre as exportações de café.

d) Trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de março de 2012, a Companhia mantinha uma provisão de R\$128.667 (R\$118.574 em 31 de dezembro de 2011), referente a processos cujo risco de perda foi considerado provável; a Companhia possui, ainda, processos com risco de perda estimada como possíveis no montante de R\$125.613 (R\$144.550 em 31 de dezembro de 2011). A Administração, com o auxílio de seus assessores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados. Os processos trabalhistas são indexados pela Taxa Referencial de Juros ("TR"), 1,15% acumulada no exercício findo em 31 de março de 2012 (1,20% em 31 de dezembro de 2011) acrescidos de juros mensais de 1%.

Foram constituídas provisões trabalhistas na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios que montam R\$ 13.670 em 31 de março de 2012 (R\$ 14.279 em 31 de dezembro de 2011)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

e) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) que se encontra em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus assessores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Dentre estes processos, destacam-se:

- A Companhia ajuíza e responde diversas ações revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos pela companhia. A Companhia constitui provisão da diferença entre o valor originalmente pago pelas lojas e os valores pleiteados pela parte contrária na ação judicial, quando há o entendimento dos assessores jurídicos internos e externos de que há a probabilidade de ser alterado o valor da locação pago pela companhia. Em 31 de março de 2012, o montante da provisão para essas ações é de R\$ 25.976 (R\$21.853 em 31 de dezembro de 2011), para as quais não há depósitos judiciais.
- A subsidiária Via Varejo é parte em ações envolvendo direitos das relações de consumo (ações cíveis e autuações dos PROCONs) e algumas ações envolvendo rescisões de contrato com fornecedores, sendo que o montante referido nos aludidos processos perfaz a importância de R\$ 58.560 em 31 de março de 2012 (R\$50.017 em 31 de dezembro de 2011).
- Foram constituídas provisões cíveis na subsidiária Via Varejo de passivos contingentes reconhecidos na ocasião da combinação de negócios e que montam R\$ 6.199 (R\$6.553 em 31 de dezembro de 2011).

O total das demandas cíveis e outros em 31 de março de 2012 são de R\$ 121.601 (R\$123.092 em 31 de dezembro de 2011).

f) Outros passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por assessores jurídicos e consideradas como possíveis, mas não prováveis, portanto, não provisionadas, totalizando um montante de R\$5.020.545 em 31 de março de 2012 (R\$ 4.787.183 em 31 de dezembro de 2011), e são relacionadas principalmente a:

- INSS – A Companhia foi autuada pela não-incidência de encargos sociais sobre benefícios concedidos aos seus empregados, cuja perda possível corresponde a R\$ 255.156 em 31 de março de 2012 (R\$ 252.599 em 31 de dezembro de 2011). Os processos estão em discussão administrativa e judicial.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- IRPJ, IRRF e CSLL- A Companhia possui uma série de autuações relativas a processos de compensações, regras sobre dedutibilidade de provisões divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Os processos estão aguardando decisão administrativa e judicial. O montante envolvido equivale a R\$ 415.091 em 31 de março de 2012 (R\$ 377.317 em 31 de dezembro de 2011).
- COFINS, PIS e CPMF – A Companhia vem sendo questionada sobre pedidos de compensação, cobrança dos tributos incidentes nas operações de exportação de soja, divergências de recolhimentos e pagamentos a maior; multa por descumprimento de obrigação acessória, dentre outros de menor expressão. Referidos processos aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial. O montante envolvido nessas autuações é de R\$ 992.485 de 31 de março de 2012 (R\$ 861.096 em 31 de dezembro de 2011).
- ICMS – A Companhia foi autuada pelo fisco estadual quanto à apropriação de créditos de: (i) energia elétrica, (ii) aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, (iii) ressarcimento de substituição tributária sem o devido cumprimento das obrigações acessórias trazidas pela Portaria CAT 17 do Estado de São Paulo, (iv) decorrentes da comercialização de garantia estendida, (v) mercadorias adquiridas de fornecedores que gozam de benefícios fiscais nos estados onde estão situados, (vi) diferença de classificação fiscal, (vii) decorrentes de vendas financiadas, (viii) dentre outros de menor expressão. A soma dessas autuações monta a R\$ 2.558.128 em 31 de março de 2012 (R\$ 2.516.572 em 31 de dezembro de 2011), as quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial. A diferença de valor se justifica em razão de novos processos, reclassificação de probabilidade e atualização.
- ISS, Imposto Predial Territorial Urbano (“IPTU”), Imposto sobre transferência de bens imóveis (“ITBI”) e outras – Referem-se a autuações sobre retenção de terceiros, divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias e taxas diversas, cujo valor monta R\$ 377.038 em 31 de março de 2012 (R\$ 354.578 em 31 de dezembro de 2011) e que aguardam decisões administrativas e judiciais.
- *Outras demandas judiciais* – Referem-se a processos administrativos, ações imobiliárias onde pleiteia a renovação dos contratos de locação e fixação de aluguéis de acordo com valores praticados no mercado e as ações no âmbito da justiça cível, juizado especial cível, Instituto de Defesa do Consumidor (“PROCON”) (em diversos Estados), Instituto de Pesos e Medidas (“IPEM”), Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (“INMETRO”) e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (“ANVISA”), totalizando R\$ 411.552 em 31 de março de 2012 (R\$ 414.254 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

22. Provisão para demandas judiciais--Continuação

f) Outros passivos contingentes não provisionados--Continuação

- Adicionalmente em nossa subsidiária Via Varejo, destacamos uma ação indenizatória ajuizada por ex-fornecedor de serviços (Transmelhado), decorrente de rescisão contratual, no montante de R\$ 11.095 em 31 de março de 2012 (R\$ 10.767 em 31 de dezembro de 2011). No quarto trimestre de 2011 nossos consultores jurídicos externos reavaliaram esse processo para possível com base em laudo pericial arquivado ao processo, sendo revertida a sua respectiva provisão.

Eventuais mudanças adversas na expectativa de risco destes processos podem demandar constituição adicional de provisão para demandas judiciais. Os processos acima relacionados não foram incluídas no REFIS.

g) Depósitos recursais e judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos para recursos (vinculados), de montantes equivalentes pendentes das decisões legais finais, bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais.

A Companhia possui registrada em seu ativo, valores referentes a depósito judicial não vinculado a demandas judiciais no passivo.

h) Garantias

<u>Ações</u>	<u>Imóveis</u>	<u>Equipamentos</u>	<u>Carta de fiança</u>	<u>Total</u>
Tributárias	837.742	1.623	1.659.137	2.498.502
Trabalhistas	6.156	3.130	67.261	76.547
Cíveis e outras	11.202	1.621	34.449	47.272
Total	855.100	6.374	1.760.847	2.622.321

i) Fiscalizações

De acordo com a legislação fiscal atual, impostos municipais, federais, estaduais e contribuições previdenciárias estão sujeitas a fiscalizações em períodos que variam entre 5 e 30 anos.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantila) Arrendamento Operacional

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Passivo bruto de arrendamento mercantil operacional				
Pagamentos mínimos de aluguéis:				
Menos de 1 ano	275.698	299.462	970.220	940.567
De 1 ano a 5 anos	768.022	786.833	2.323.444	2.444.897
Mais de 5 anos	1.005.044	1.331.426	3.520.786	3.972.034
	2.048.764	2.417.721	6.814.450	7.357.498

Os pagamentos de aluguel mínimo de arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, referem-se ao período contratual do curso normal da operação. Esta obrigação é apresentada no quadro acima, como requerido no CPC 06 (IAS 17).

Todos os contratos possuem cláusulas de multa em caso de quebra contratual, que varia de um a seis meses de aluguel. Se a Companhia encerrasse esses contratos em 31 de março de 2012, o montante de multa seria de R\$555.666 (R\$550.642 em 31 de dezembro de 2011).

(i) *Pagamentos contingentes*

A Administração considera o pagamento de aluguel adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,5% e 2,5% das vendas.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o período	66.651	180.164	76.526	209.121

(ii) *Cláusulas com opção de renovação ou reajuste*

Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos, e os contratos podem ser renovados de acordo com a lei de inquilinato. Os contratos possuem cláusulas de reajuste periódico, de acordo com os índices de inflação.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

23. Operações de arrendamento mercantil--Continuação

b) Arrendamento mercantil financeiro--Continuação

De acordo com o contrato dessa operação, a Companhia e o Grupo Casino receberam uma "golden share", o que concedeu a ambos direito de veto para assegurar que os imóveis serão utilizados da maneira pretendida pelas partes durante o prazo do contrato de locação.

A Companhia está autorizada a rescindir o contrato de locação, pagando uma multa de 10% dos alugues restantes, limitados a 12 meses.

24. Receita Antecipada

As subsidiárias direta e indireta Via Varejo e NCB, respectivamente, receberam antecipadamente valores de parceiros comerciais sobre exclusividade na prestação de serviços de intermediação de garantias complementares ou estendidas e a subsidiária Barcelona recebeu antecipadamente valores referentes ao aluguel de ponta de gôndola e painel luminoso Back Lights para exposição de produtos dos seus fornecedores.

	Consolidado	
	31.03.2012	31.12.2011
Garantias complementares ou estendidas	433.256	446.747
Contrato Finasa	354	1.714
Contrato de Permuta	2.382	2.382
<i>Back Lights</i>	10.254	12.478
	446.246	463.321
Circulante	78.745	81.915
Não circulante	367.501	381.406

Do valor classificado como não circulante, a Administração estima que os valores serão reconhecidos ao resultado na seguinte proporção:

	Consolidado
	31.03.2012
2013	46.533
2014	63.188
2015	68.244
2016	73.703
2017	79.599
2018	36.234
	367.501

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado, em 31 de março de 2012, é representado por 260.275 (260.239 em 31 de dezembro de 2011) de milhares de ações nominativas sem valor nominal, sendo 99.680 em milhares de ações ordinárias em 31 de março de 2012 e 31 de dezembro de 2011 e 160.595 em milhares de ações preferenciais em 31 de março de 2012 (160.559 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 400.000 (em milhares de ações), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de fevereiro de 2012 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$515 mediante a emissão de 36 mil ações preferenciais.

b) Direitos das ações

As ações preferenciais não possuem direito a voto, assegurando aos seus titulares os seguintes direitos e vantagens: (i) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; (ii) prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual no valor de R\$0,08 por ação, não cumulativo; (iii) direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o dividendo atribuído às ações ordinárias, incluindo para fins de cálculo do respectivo valor o dividendo preferencial pago nos termos do item (ii) acima.

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$105.675 mediante a capitalização de reserva especial de ágio. Deste total, R\$21.135 foram capitalizados sem a emissão de novas ações, em benefício de todos os acionistas, e R\$84.540 foram capitalizados em proveito da acionista controladora, Wilkes., nos termos do artigo 7º da instrução nº 319/99 da CVM, mediante a emissão de 1.354 milhares de novas ações preferenciais.

Esta reserva foi gerada pela reestruturação societária e representa o benefício tributário futuro através da amortização de ágio incorporado. A parcela da reserva especial de ágio correspondente ao benefício já recebido deve ser capitalizada ao final de cada exercício em benefício dos acionistas controladores, com a emissão de novas ações.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Reserva de capital – Reserva especial de ágio -- Continuação

A reestruturação citada acima ocorreu em 2006 e consistiu na incorporação da antiga *holding* da Companhia, resultando em uma economia de imposto de renda diferido ativo no montante de R\$103.398. O efeito desta transação foi um imposto de renda diferido ativo e uma Reserva especial de ágio de R\$238.930 em 31 de março de 2012 (idem em 31 de dezembro de 2011), que serão convertidas em ações e entregues aos acionistas de acordo com o benefício tributário do imposto diferido incorporado.

O aumento de capital está sujeito ao direito de preferência dos acionistas não-controladores, na proporção de suas participações, por tipo e classe de ações, na época da emissão, e os montantes pagos pelos não-controladores será entregue diretamente ao acionista controlador.

d) Opções outorgadas reconhecidas

Na conta “opções outorgadas” são reconhecidas os efeitos dos pagamentos baseados em ações aos executivos da Companhia nos termos do CPC 10 (IFRS 2).

e) Reservas de lucros

(i) *Reserva legal*: é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital.

(ii) *Reserva para expansão*: constituída mediante a apropriação de montante fixado pelos acionistas com o fim de prover recursos para o financiamento de aplicações adicionais de capital fixo e circulante, mediante a destinação de até 100% do lucro líquido remanescente, após as apropriações determinadas por lei, suportado por orçamento de capital, aprovado em assembléia.

Nos termos da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 31 de março de 2011 foi aprovada a proposta da administração referente ao aumento do capital social, no montante de R\$421.500, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização da Reserva de Expansão e da Reserva de Retenção de Lucros com base em Orçamento de Capital, ambas constituídas na Assembléia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2010.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*

Nos termos das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2006, aprovou-se a alteração do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, originalmente aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 28 de abril de 1997.

A partir do exercício de 2007 as outorgas do plano de opção de compra de ações em favor dos administradores e empregados serão realizadas da seguinte forma:

As opções são classificadas em: *Silver* e *Gold*, sendo que, a quantidade de opções *Gold* poderá ser reduzida e/ou aumentada (reductor ou acelerador), a critério do Comitê de administração do plano, no decorrer dos 35 meses seguintes à data da outorga.

O preço da ação decorrente da opção tipo *Silver* será o correspondente à média do preço de fechamento das negociações das ações preferenciais da Companhia realizadas nos últimos 20 pregões da BOVESPA, anteriores à data em que o Comitê deliberar a outorga da opção, com deságio de 20%. O preço da ação decorrente da opção tipo *Gold* será o correspondente a R\$0,01 e a outorga de tais opções são adicionais às opções *Silver*, não sendo possível a outorga ou o exercício de opções *Gold* isoladamente. Em ambos os casos os preços não serão atualizados.

As opções do tipo *Silver* e *Gold* passam a valer a partir da data do respectivo contrato. A quantidade de ações decorrente da opção *Silver* é fixa (estipulada no contrato). A quantidade de ações decorrente da opção *Gold* é variável, sendo estipulada na data da outorga uma quantidade de ações que poderá ser aumentada ou reduzida, de acordo com o Retorno sobre o capital investido "*Return Over Invested Capital*" (ROIC) apurado ao final do 36º mês a contar da data da outorga. De acordo com o item 3.3 do Plano, o Comitê decidiu que, a partir da Série A6, inclusive, a redução ou o aumento da quantidade de opções do tipo "*Gold*" será apurado com base no atendimento do *Return on Capital Employed* (ROCE) da CBD.

Como regra geral do Plano de Opção, que pode ser alterada pelo Comitê de Stock Option em cada série, a aquisição do direito ao exercício da opção dar-se-á a partir do 36º mês e até o 48º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão, o beneficiário terá o direito de adquirir 100% das ações cuja opção foi classificada como "*Silver*". O exercício das opções classificadas como "*Gold*" ocorrerá no mesmo período, mas o percentual de tais opções sujeitas a exercício será determinado pelo Comitê de Stock Option no 35º mês contado da data de assinatura do respectivo contrato de adesão.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais*- Continuação

As opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção poderão ser exercidas integral ou parcialmente. Vale ressaltar que as opções “Gold” são adicionais às opções “Silver” e, dessa forma, as opções “Gold” somente poderão ser exercidas em conjunto com as opções “Silver”.

O preço referente ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional pelo beneficiário, sendo que o preço de exercício deverá ser pago em 1 parcela devida 30 dias após a data de subscrição das respectivas ações.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2010 foi aprovado o aumento do limite global de ações destinadas ao Plano Geral para a Outorga de Opção de Compra de Ações da Companhia, de 10.118 milhares de ações preferenciais classe A para 11.618 milhares de ações, um aumento de 1.500 milhares de novas ações preferenciais.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido – Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais - Continuação(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais* - Continuação

As informações relativas ao plano de opções de compra de ações em vigor estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 31 de dezembro de 2011										
Série A2 - Gold	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	0,01	0,01	848	(835)	(6)	-	7
Série A2 - Silver	03/03/2008	31/03/2011	30/03/2012	26,93	26,93	950	(937)	(7)	-	6
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(212)	-	-	456
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(237)	-	-	456
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(162)	-	-	352
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(94)	-	-	88
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	-	-	-	299
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	-	-	-	299
						4.453	(2.477)	(13)	-	1.963

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	2ª data de exercício e expiração	Preço		Lote de ações				Total em vigor
				Na data da outorga	Fim do período	Quantidade de ações outorgadas	Exercidas	Não exercidas por demissão	Expiradas	
Saldo em 31 de março de 2012										
Série A2 - Gold	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2011	0,01	0,01	848	(841)	(7)	-	-
Série A2 - Silver	03/03/2008	30/04/2008	30/03/2012	26,93	26,93	950	(943)	(7)	-	-
Série A3 - Gold	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	0,01	0,01	668	(219)	-	-	449
Série A3 - Silver	13/05/2009	31/05/2012	31/05/2013	27,47	27,47	693	(244)	-	-	449
Série A4 - Gold	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	0,01	0,01	514	(166)	-	-	348
Série A4 - Silver	24/05/2010	31/05/2013	31/05/2014	46,49	46,49	182	(95)	-	-	87
Série A5 - Gold	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	0,01	0,01	299	(2)	-	-	297
Série A5 - Silver	31/05/2011	31/05/2014	31/05/2015	54,69	54,69	299	(2)	-	-	297
Série A6 - Gold	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	0,01	0,01	526	-	-	-	526
Série A6 - Silver	15/03/2012	15/03/2015	15/03/2016	64,13	64,13	526	-	-	-	526
						5.505	(2.512)	(14)	-	2.979

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuação

f) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação

(i) *Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação*

Conforme atribuições previstas no regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, o Comitê de administração do plano em 30 de março de 2011, aprovou que não houve redução e ou aceleração referente à Série A2.

Em 31 de março de 2012, havia 232.586 ações preferenciais em tesouraria que poderiam servir de lastro às opções outorgadas do Plano e o valor da ação preferencial da Companhia na BM&FBovespa era de R\$87,00 para cada ação.

(ii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA*

O quadro abaixo demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas em caso de exercício até 31 de março de 2012 de todas as opções outorgadas:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Quantidade de ações	260.275	260.239
Saldo das séries outorgadas em vigor	2.979	1.963
Percentual máximo de diluição	<u>1,14%</u>	<u>0,75%</u>

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black & Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas: (a) expectativa de dividendos de 0,81% (1,09% em 31 de dezembro de 2011), (b) expectativa de volatilidade de aproximadamente 33,51% (25,14% em 31 de dezembro de 2011) e (c) taxa de juros médios ponderada sem risco de 10,19% (12,43% em 31 de dezembro de 2011). A expectativa de vida média remanescente das séries em aberto em 31 de março de 2012 é de 2,04 anos (1,77 em 31 de dezembro de 2011). A média ponderada do valor justo das opções concedidas em 31 de março de 2012 foi de R\$62,26 (R\$45,25 em 31 de dezembro de 2011).

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

25. Patrimônio Líquido--Continuaçãof) Plano de outorga de opções de compra de ações preferenciais--Continuação(ii) *Informações consolidadas planos de opções de compra de ações – GPA--Continuação*

	Ações	Média ponderada do preço de exercício	Média ponderada do prazo contratual remanescente	Valor Intrínseco agregado
Em 31.12.2011				
Em aberto no início do período	2.512	14,31		
Outorgadas durante o exercício	598	27,36		
Canceladas durante o exercício	(11)	42,32		
Exercidas durante o exercício	(1.111)	20,68		
Expiradas durante o exercício	(25)	32,64		
Em aberto no final de exercício	1.963	16,90	1,77	98.371
Total a exercer em 31 de dezembro de 2011	1.963	16,90	1,77	98.371
Média a serem exercidas em 31 de dezembro de 2011	1.221	14,88	1,02	63.653
Em 31.03.2012				
Outorgadas durante o período	1.053	32,08		
Canceladas durante o período	-	-		
Exercidas durante o período	(37)	14,29		
Expiradas durante o período	-	-		
Em aberto no final de período	2.979	22,29	2,04	136.182
Total a exercer em 31 de março de 2012	2.979	22,29	2,04	136,182
Média a serem exercidas em 31 de março de 2012	1.664	18,65	1,37	82,108

O Pronunciamento Técnico CPC 10 (IFRS 2) – Pagamento Baseado em Ações determina que os efeitos das transações de pagamentos baseados em ações estejam registrados no resultado e no balanço patrimonial da Companhia. Os valores registrados no resultado da Controladora e no Consolidado em 31 de março de 2012 foram de R\$7.786 (R\$6.918 em 31 de março de 2011).

26. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
<u>Despesas com vendas</u>				
Despesas com pessoal	(338.989)	(288.546)	(890.391)	(830.570)
Despesas comerciais	(96.648)	(85.043)	(146.380)	(127.316)
Despesas funcionais	(202.893)	(193.119)	(354.377)	(347.575)
Serviços de terceiros	(27.328)	(27.193)	(602.778)	(479.665)
Outras despesas	(16.412)	(16.977)	(66.702)	(95.077)
	(682.270)	(610.878)	(2.060.628)	(1.880.203)
<u>Despesas gerais e administrativas</u>				
Despesas com pessoal	(84.600)	(81.491)	(263.576)	(213.643)
Serviços de terceiros	(53.451)	(56.000)	(143.652)	(150.954)
Outras despesas	(12.106)	(1.278)	(30.108)	(20.782)
	(150.157)	(138.769)	(437.336)	(385.379)

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

27. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
Ganho (perda) na alienação de ativo permanente	(2.255)	(5.313)	6.727	(11.620)
Reversão de provisão de reestruturação	-	-	3.625	-
Provisão para reestruturação	-	-	(5.746)	-
Outros	2	68	343	(411)
	(2.253)	(5.245)	4.949	(12.031)

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2012	31.03.2011	31.03.2012	31.03.2011
<u>Despesas financeiras:</u>				
Encargos financeiros- BNDES	(10.392)	(9.324)	(10.500)	(9.847)
Encargos financeiros -Debêntures	(68.067)	(58.388)	(72.728)	(58.388)
Juros sobre empréstimos	(41.429)	(26.908)	(122.194)	(43.994)
Operações de swap	(8.824)	(13.216)	(17.109)	(34.847)
Marcação a mercado dos instrumentos financeiros	(6.584)	(3.490)	(7.481)	(15.044)
Juros capitalizados	3.324	5.174	3.532	3.109
Securitização de recebíveis	(19.024)	(36.657)	(54.998)	(73.790)
Antecipação de recebíveis de cartão de crédito	(3.675)	(4.424)	(101.455)	(97.169)
Encargos financeiros sobre contingências e impostos	(26.543)	(44.157)	(45.143)	(66.643)
Juros sobre arrendamento mercantil financeiro	(5.388)	(1.644)	(4.704)	(4.074)
Imposto sobre operações financeiras e serviços bancários	(9.249)	(6.652)	(25.796)	(17.995)
Ajuste a valor presente	-	-	(6.422)	(6.977)
Outras despesas financeiras	(2.968)	(2.128)	(16.376)	(33.438)
Total das despesas financeiras	(198.819)	(201.814)	(481.374)	(459.097)
<u>Receitas financeiras:</u>				
Juros sobre caixa e equivalentes de caixa	48.275	46.960	96.895	61.502
Cotas subordinadas PAFIDC	1.833	1.840	5.371	2.055
Descontos financeiros obtidos	11.178	10.654	16.478	11.904
Encargos financeiros sobre impostos e depósitos judiciais	5.625	5.690	17.030	23.438
Juros sobre vendas a prazo	2.160	698	2.852	1.073
Juros sobre mútuo	11.350	11.228	30	-
Ajuste a valor presente	(599)	(701)	812	(1.274)
Outras receitas financeiras	2.502	1.671	6.156	34.674
Total das receitas financeiras	82.324	78.040	145.624	133.372
Resultado financeiro	(116.495)	(123.774)	(335.750)	(325.725)

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base na média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, excluindo as ações emitidas em pagamento de dividendos e ações em tesouraria.

Os instrumentos de patrimônio que serão ou poderão ser liquidados em ações da Companhia são incluídos no cálculo apenas quando sua liquidação teria um impacto de diluição sobre o lucro por ação.

No Brasil, as ações preferenciais e ordinárias conferem diferentes direitos a voto e liquidação.

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pela média ponderada da respectiva classe de ações em circulação durante o período.

A Companhia concedeu aos funcionários plano de remuneração baseado em ações (Vide nota explicativa 25), cujos efeitos de diluição são refletidos no lucro por ação diluído por meio da aplicação do método de "ações em tesouraria".

Quando o preço de exercício da opção de compra de ações é maior que o preço médio de mercado das ações preferenciais, o lucro por ação diluído não é afetado pelas opções de compra de ações.

A partir de 2003, as ações preferenciais conferem direito a um dividendo 10% maior que o distribuído às ações ordinárias. Como esses lucros podem ser capitalizados ou de outra forma alocados, pode não haver garantia de que os acionistas preferenciais receberão o prêmio de 10% mencionado acima, exceto se os lucros forem totalmente distribuídos, e, dessa forma, o lucro por ação é calculado para as ações preferenciais.

De acordo com o método de ações em tesouraria, o lucro por ação é calculado como se as opções fossem exercidas no início do exercício, ou no momento da emissão, no mais tardar, e como se os recursos recebidos fossem utilizados para adquirir as ações da própria Companhia.

Notas Explicativas**Companhia Brasileira de Distribuição**

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

29. Lucro por ação--Continuação

A tabela abaixo apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores de ações ordinárias e preferenciais e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada período apresentado:

	31.03.2012			31.03.2011		
	Preferenciais	Ordinárias	Total	Preferenciais	Ordinárias	Total
Numerador básico						
Lucro básico alocado e não distribuído	106.494	60.098	166.592	70.263	40.587	110.850
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	106.494	60.098	166.592	70.263	40.587	110.850
Denominador básico (milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	160.576	99.680	260.256	156.873	99.680	256.553
Lucro básico por milhares de ações (R\$)	0,66	0,60		0,45	0,41	
Numerador diluído						
Lucro líquido alocado e não distribuído	106.494	60.098	166.592	70.263	40.587	110.850
Lucro líquido alocado disponível para acionistas ordinários e preferenciais	106.494	60.098	166.592	70.263	40.587	110.850
Denominador diluído						
Média ponderada da quantidade de ações (milhares)	160.576	99.680	260.256	156.873	99.680	256.553
Opções de compra de ações	1.488	-	1.488	1.729	-	1.729
Média ponderada diluída das ações (milhares)	162.064	99.680	261.744	158.602	99.680	258.282
Lucro diluído por milhares de ações (R\$)	0,66	0,60		0,44	0,41	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

30. Plano de Previdência Privada de Contribuição Definida

Em julho de 2007, a Companhia estabeleceu um plano de previdência privada complementar de contribuição definida em nome de seus funcionários, a ser administrada pela instituição financeira Brasilprev Seguros e Previdência S.A. A Companhia faz contribuições mensais em nome de seus funcionários. As contribuições realizadas pela Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2012 totalizaram R\$794 (R\$648 em 31 de março de 2011) e as contribuições dos funcionários totalizaram R\$1.085 (R\$943 em 31 de março de 2011). O plano contava com 857 participantes em 31 de março de 2012 (900 em 31 de março de 2011).

31. Cobertura de seguro

A cobertura de seguros, em 31 de março de 2012, pode ser resumida da seguinte forma:

Bens segurados	Riscos cobertos	Controladora Montante da cobertura	Consolidado Montante da cobertura
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	6.462.100	15.260.173
Lucro	Lucros cessantes	1.440.668	2.425.559
Automóveis e outros	Perdas e Danos	370.522	784.979

A Companhia também mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativas no valor de R\$171.065.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos

A Administração separou as entidades recentemente adquiridas em quatro segmentos, como segue:

- Varejo – Inclui as bandeiras do Pão de Açúcar, Extra Hiper, Extra Supermercado, Mini mercado extra, Posto Extra e Drogeria Extra;
- Eletro – Inclui as bandeiras Ponto Frio e Casas Bahia
- Atacado de auto serviços – Inclui a bandeira ASSAI;
- Comércio eletrônico – Inclui os sites www.pontofrio.com.br, www.extra.com.br e www.casasbahia.com.br

A administração monitora separadamente os resultados operacionais de suas unidades de negócios com o objetivo de tomar decisões a respeito de alocação de recursos e avaliação de desempenho. O desempenho do segmento é avaliado com base no resultado operacional e é mensurado de forma consistente com o resultado operacional das demonstrações financeiras consolidadas. O financiamento do GPA (inclusive custos financeiros e receita financeira) e impostos de renda são administrados de forma segmentada.

A Companhia está envolvida em operações de lojas de varejo localizadas em 20 estados e no Distrito Federal. Os segmentos operacionais são divulgados de maneira consistente com o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões operacionais, identificado como o Diretor-Presidente.

O principal tomador de decisões operacionais destina recursos e avalia o desempenho por meio da revisão de resultados e de outras informações relacionadas aos quatro segmentos. Esses quatro segmentos são identificados com base na descentralização da administração dos negócios e incluem o segmento de Varejo, que operam principalmente sob as marcas “Pão de Açúcar”, “Comprebem”, “Extra”, “Extra Super”, “Extra Fácil” e “Sendas”, o segmento de Atacado de auto serviços, que inclui Barcelona e atua sob a marca “Assai”, e o segmento de Eletrodomésticos, que inclui a Via Varejo e Nova Casa Bahia que operam sob as marcas “Ponto Frio” e “Casas Bahia”. Os segmentos operacionais não foram somados para formar os segmentos passíveis de divulgação.

Em 2010 a Companhia identificou o segmento comercio eletrônico separado do negocio eletrodoméstico devido à diferença na estratégia e na gestão dos negócios que inclui os sites pontofrio.com.br, extra.com.br e casasbahia.com.br.

A Companhia calcula os resultados dos segmentos utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, entre outros fatores, o lucro operacional de cada segmento, que inclui algumas alocações de despesas indiretas corporativas. Frequentemente, a Companhia revisa o cálculo do lucro operacional de cada segmento, incluindo quaisquer alocações de despesas indiretas corporativas, conforme estabelecido pelas informações regularmente revisadas pelo principal tomador de decisões operacionais. Quando as revisões são feitas, os resultados operacionais de cada segmento afetado pelas revisões são corrigidos em todos os períodos apresentados, a fim de manter a comparabilidade. As informações dos segmentos da Companhia estão incluídas na tabela a seguir:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos—Continuação

Descrição	Saldos em 31.03.2012				Eliminação	Total
	Varejo	Atacado de auto serviços	Eletrô	Comércio Eletrônico		
Receita líquida de vendas	5.621.082	1.035.285	4.679.524	811.560	-	12.147.451
Lucro bruto	1.580.816	145.388	1.412.088	117.918	-	3.256.210
Depreciação de amortização	(136.871)	(10.121)	(38.151)	(1.302)	-	(186.445)
Lucro operacional	313.107	22.951	236.137	4.555	-	576.750
Equivalência patrimonial	4.291	-	561	-	-	4.852
Despesas financeiras	(226.320)	(21.888)	(212.789)	(29.452)	9.075	(481.374)
Receita financeira	98.239	7.506	47.359	1.595	(9.075)	145.624
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	189.318	8.569	71.268	(23.302)	-	245.853
Imposto e renda e contribuição social	(49.271)	(1.280)	(41.576)	8.445	-	(83.682)
Lucro (prejuízo) do período	140.050	7.289	29.691	(14.859)	-	162.171
Ativo circulante	7.418.064	748.800	6.913.373	655.757	(270.310)	15.465.684
Ativo não circulante	13.230.951	567.969	3.030.867	145.927	(411.231)	16.564.483
Passivo circulante	5.827.909	808.196	4.752.491	589.579	(533.161)	11.445.014
Passivo não circulante	7.472.959	282.199	2.564.482	148.406	(148.380)	10.319.666
Patrimônio líquido	7.348.147	226.374	2.627.267	63.699	-	10.265.487

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos—Continuação

Descrição	Varejo	Atacado de auto serviços	Comércio Eletrônico			Total	Eliminação	Total
			Eletro	Comércio Eletrônico	Total			
Saldos em 31.03.2011								
Receita líquida de vendas	5.157.642	826.745	4.191.561	692.846	10.868.794	-	10.868.794	
Lucro bruto	1.421.039	115.729	1.201.200	110.430	2.848.398	-	2.848.398	
Depreciação de amortização	(118.082)	(6.687)	(31.666)	(1.716)	(158.151)	-	(158.151)	
Lucro operacional	287.851	4.246	93.720	26.817	412.634	-	412.634	
Equivalência patrimonial	7.493	-	3.054	-	10.547	-	10.547	
Despesas financeiras	(229.484)	(24.414)	(186.071)	(30.178)	(470.147)	11.050	(459.097)	
Receita financeira	92.167	74	52.046	135	144.422	(11.050)	133.372	
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	158.027	(20.094)	(37.251)	(3.226)	97.456	-	97.456	
Imposto e renda e contribuição social	(8.351)	6.027	13.579	2.139	13.394	-	13.394	
Lucro (prejuízo) do período	149.676	(14.067)	(23.672)	(1.087)	110.850	-	110.850	
Saldos em 31.12.2011								
Ativo circulante	8.225.595	833.336	7.554.846	847.119	17.460.896	(184.673)	17.276.223	
Ativo não circulante	12.994.362	581.258	3.152.688	120.278	16.848.586	(355.804)	16.492.782	
Passivo circulante	6.483.757	679.817	5.988.761	888.716	14.041.051	(539.849)	13.501.202	
Passivo não circulante	7.536.680	515.388	2.121.200	738	10.174.006	(628)	10.173.378	
Patrimônio líquido	7.199.520	219.389	2.597.573	77.943	10.094.425	-	10.094.425	

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

32. Informações sobre os segmentos--Continuação

- As eliminações são compostas por saldos entre as companhias;
- Principalmente relacionadas à classificação de imposto de renda diferido de circulante para não circulante;

Informações gerais da Companhia

A Companhia atua principalmente como varejista de alimentos, vestuário, eletrodomésticos e outros produtos. A receita total é composta pelos seguintes tipos de produtos:

	<u>31.03.2012</u>	<u>31.03.2011</u>
Alimentos	54,9%	55,1%
Não-alimentos	45,1%	44,9%
Total de vendas	<u>100,0%</u>	<u>100,0%</u>

33. Eventos Subseqüentes

a) Programa de incentivo de longo prazo

Em reunião do Conselho de Administração da Via Varejo S.A. realizada em 11 de abril de 2012, foi aprovado o Programa de Incentivo de Longo Prazo, a ser aprovado em Assembléia Geral.

b) Emissão de debêntures - Nova Pontocom

Em 12 de abril de 2012, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Nova Pontocom, a 1ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$100.000, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476/2009.

Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

As características e condições da emissão da debênture são:

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Eventos Subseqüentes – Continuação

b) Emissão de debêntures - Nova Pontocom– Continuação

Descrição	1ª emissão
Emissora	Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.
Valor da emissão	R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais)
Destinação dos recursos	Alongamento do perfil de dívida.
Espécie	Quirografária.
Garantias	Aval da Companhia Brasileira de Distribuição.
Séries	Série única.
Regime de colocação	Oferta restrita, realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.
Valor nominal unitário	R\$1.000,00 (mil reais).
Data da emissão	25 de abril de 2012.
Prazo	12 meses.
Forma de amortização	Amortização do montante total na data de vencimento.
Remuneração	Remuneração correspondente a 105,35% (cento e cinco inteiros e trinta e cinco centésimo por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI, base 252 dias.
Pagamento da remuneração	Remuneração será paga integral e exclusivamente na Data de Vencimento.
Repactuação	Não haverá.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

31 de março de 2012

(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Eventos Subseqüentes – Continuação

c) Emissão de debêntures – GPA

Em 11 de abril de 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 11ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$1.200.000 as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 476/2009.

Os recursos obtidos com a emissão serão utilizados para alongamento do perfil de endividamento da Companhia.

As características e condições da emissão da debênture são:

Descrição	11ª Emissão
Emissora	Companhia Brasileira de Distribuição
Valor da emissão	R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).
Destinação dos recursos	Alongamento do perfil de dívida.
Espécie	Quirografária.
Séries	Série única.
Regime de colocação	Oferta restrita, realizada sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures.
Valor nominal unitário	R\$ 10.000,00 (dez mil reais)
Data da emissão	02 de maio de 2012.
Prazo	42 meses.
Forma de amortização	Amortização do montante total na data de vencimento.
Remuneração	Remuneração correspondente a 100,00% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI, base 252 dias.
Pagamento da remuneração	Remuneração será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão.
Repactuação	Não haverá.

d) Antecipação de dividendos intermediários - GPA

Em 07 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou o pagamento no valor de R\$ 0,11 por ação preferencial e R\$ 0,10 por ação ordinária, a título de antecipação de dividendos intermediários. O montante total dos dividendos a serem distribuídos no 1º trimestre de 2012 será de R\$ 27.814, de acordo com a Política de Distribuição de Dividendos da Companhia, aprovada em Reunião de Conselho de Administração realizada em 03 de agosto de 2009.

Para o 4º trimestre, após o encerramento do exercício social e da aprovação das correspondentes demonstrações financeiras, a Companhia pagará aos acionistas o dividendo mínimo obrigatório, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações, com a dedução da parcela de dividendos adiantada ao longo do exercício social.

Notas Explicativas

Companhia Brasileira de Distribuição

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
31 de março de 2012
(Em milhares de reais exceto, quando indicado de outra forma)

33. Eventos Subseqüentes – Continuação

d) Antecipação de dividendos intermediários – GPA -- Continuação

O pagamento referente ao 1º trimestre de 2012 será realizado no dia 20 de junho de 2012. Terão direito aos dividendos todas as ações em circulação na data-base de 11 de junho de 2012. A partir do dia 12 de junho de 2012, as ações serão negociadas sem direito ("ex-direito") aos dividendos até a data do seu pagamento.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUIÇÃO (Companhia de capital aberto)					Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
WILKES PARTICIPAÇÕES S.A.	65.400.000	65,61%	-	0,00%	65.400.000	25,13%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	28.619.178	28,71%	3.091.566	1,93%	31.710.744	12,18%
ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	20.635.313	12,85%	20.635.313	7,93%
CASINO GUICHARD PERRACHON *	5.600.052	5,62%	-	0,00%	5.600.052	2,15%
SEGISOR *	-	0,00%	5.091.754	3,17%	5.091.754	1,96%
STANHORE TRADING INTERNATIONAL S.A.*	-	0,00%	7.398.417	4,61%	7.398.417	2,84%
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	4.076.494	2,54%	4.076.494	1,57%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	-	0,00%	2.622.182	1,63%	2.622.182	1,01%
PAIC PARTICIPAÇÕES LTDA.	-	0,00%	652.140	0,41%	652.140	0,25%
BENGAL LLC *	-	0,00%	1.550.000	0,97%	1.550.000	0,60%
OREGON LLC *	-	0,00%	2.483.761	1,55%	2.483.761	0,95%
KING LLC *	-	0,00%	4.752.590	2,96%	4.752.590	1,83%
LOBO I LLC *	-	0,00%	6.566.493	4,09%	6.566.493	2,52%
PINCHER LLC *	-	0,00%	1.550.000	0,97%	1.550.000	0,60%
PARKER I LLC *	-	0,00%	3.907.123	2,43%	3.907.123	1,50%
AÇÕES EM TESOURARIA	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
OUTROS	60.621	0,06%	95.984.383	59,77%	96.045.004	36,90%
TOTAL	99.679.851	100,00%	160.594.802	100,00%	260.274.653	100,00%

(*) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

WILKES PARTICIPAÇÕES S.A					Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
PENINSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	20.375.000	50,00	-	-	20.375.000	27,00%
SUDACO PARTICIPAÇÕES LTDA.	20.375.000	50,00	34.723.824	100,00	55.098.824	73,00%
TOTAL	40.750.000	100,00	34.723.824	100,00	75.473.824	100,00%

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

SUDACO PARTICIPAÇÕES S.A				Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00	
TOTAL	3.585.804.573	100,00	3.585.804.573	100,00	

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

ONYX 2006 PARTICIPAÇÕES LTDA.				Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total		
	Quantidade	%	Quantidade	%	
RIO PLATE EMPREEND. E PARTIC. LTDA	515.580.242	100,00%	515.580.242	100,00%	
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	10.312	0,00%	10.312	0,00%	
TOTAL	515.590.554	100,00%	515.590.554	100,00%	

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA

PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES S.A.					Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	29.889.429	11,26%	3.000.000	42,86%	32.889.429	12,07%
JOÃO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
ANA MARIA F.DOS SANTOS DINIZ D'ÁVILA	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
PEDRO PAULO F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
ADRIANA F.DOS SANTOS DINIZ	39.260.447	14,79%	1.000.000	14,29%	40.260.447	14,78%
RAFAELA MARCHESI DINIZ	39.260.447	14,79%	-	0,00%	39.260.447	14,41%
MIGUEL MARCHESI DINIZ	39.260.447	14,79%	-	0,00%	39.260.447	14,41%
TOTAL	265.452.111	100,00%	7.000.000	100,00%	272.452.111	100,00%

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
PUMPIDO PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
SEGISOR**	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00
TOTAL	3.633.544.694	100,00	3.633.544.694	100,00

(**) Empresa Estrangeira

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
RIO PLATE EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA			Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
PENÍNSULA PARTICIPAÇÕES S.A.	566.610.599	100,00	566.610.599	100,00
ABILIO DOS SANTOS DINIZ	1	0,00	1	-
TOTAL	566.610.600	100,00	566.610.600	100,00

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA), ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA				
SEGISOR			Posição em 31/03/2012 (Em unidades)	
Acionista / Cotista	Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%
CASINO GUICHARD PERRACHON (*)	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00
TOTAL	937.121.094	100,00	937.121.094	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2012						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	64.396.451	40,10%	164.015.782	63,02%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.388	0,00%	4.388	0,00%
Diretoria	-	0,00%	443.377	0,28%	443.377	0,17%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,14%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	95.518.000	59,48%	95.578.520	36,72%
Total	99.679.851	100,00%	160.594.802	100,00%	260.274.653	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	95.518.000	59,48%	95.578.520	36,72%

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 31/03/2011						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	99.619.331	99,94%	42.800.217	26,84%	142.419.548	54,96%
Administradores						
Conselho de Administração	-	0,00%	4.371	0,00%	4.371	0,00%
Diretoria	-	0,00%	355.848	0,22%	355.848	0,14%
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Ações em Tesouraria	-	0,00%	232.586	0,15%	232.586	0,09%
Outros Acionistas	60.520	0,06%	116.054.952	72,79%	116.115.472	44,81%
Total	99.679.851	100,00%	159.447.974	100,00%	259.127.825	100,00%
Ações em Circulação	60.520	0,06%	116.054.952	72,79%	116.115.472	44,81%

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Companhia Brasileira de Distribuição

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão das informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2011 e auditoria das informações contábeis, individuais e consolidadas, do exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

As informações e os valores correspondentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente revisados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 12 de maio de 2011, o qual não

conteve nenhuma modificação. As informações e os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado de 16 de fevereiro de 2012, o qual não conteve nenhuma modificação.

São Paulo, 4 de maio de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edimar Facco
Auditores Independentes Contador
CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 138635/O-2